

BIANCA LARISSA KLEIN

**PROTAGONISMO JUVENIL E CIDADANIA:
UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA BURGUESA**

CURITIBA

2004

BIANCA LARISSA KLEIN

**PROTAGONISMO JUVENIL E CIDADANIA:
UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA BURGUESA**

**Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre.
Curso de Pós-Graduação em Educação,
Setor de Educação, Universidade Federal
do Paraná.**

**Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Dativa
de Salles Gonçalves**

CURITIBA

2004

BIANCA LARISSA KLEIN

**PROTAGONISMO JUVENIL E CIDADANIA:
UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA BURGUESA**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, pela Comissão formada pelos professores:

Orientadora: Profa. Dra. Maria Dativa de Salles Gonçalves
Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR

Prof. Dr. Pedro Leão da Costa Neto
Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná – UTP

Profa. Dra. Acácia Zeneida Kuenzer
Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR

Curitiba, 24 de agosto de 2004.

“A minha amada *maezina*, pelo esforço em me possibilitar uma nova visão de mundo e pela admiração de vê-la constantemente exercendo um princípio marxista: a socialização do conhecimento”. Dedico.

Agradecimentos

A todos aqueles que direta, ou indiretamente contribuíram para a concretização desse trabalho, meus sinceros agradecimentos.

À Profa. Dra. Maria Dativa de Salles Gonçalves, orientadora desse trabalho, pelo carinho e rigor, dedicação e compromisso que sempre demonstrou, num processo de aprendizado constante;

Ao Prof. Dr. Pedro Leão da Costa Neto e à Profa. Dra. Acácia Zeneida Kuenzer, que muito gentilmente compuseram a Banca de avaliação desta dissertação, meus sinceros agradecimentos pelas inestimáveis contribuições ao trabalho e carinho acadêmico.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, especialmente Profa. Dra. Jussara Maria Tavares Puglielli Santos, Prof. Dr. José Henrique de Faria, Prof. Dra. Noela Invernizzi e Profa. Dra. Regina Maria Michelotto.

À todo o Programa de Pós-Graduação em Educação, especialmente à Darci Teresinha Preuss Tissi e Francisca de Jesus Guimarães, pela dedicação dispensada a nós alunos, meu muito obrigada.

À minha família, que sempre esteve presente em todos os momentos desta árdua caminhada, com gestos de incentivo e manifestações de reconhecimento, os meus mais profundos agradecimentos e as minhas sinceras desculpas pelas faltas cometidas.

Aos meus entes mais amados (“Ischinini”, Taty, Kinha e Marcelo), simplesmente por existirem e me proporcionarem sua convivência, meu obrigada.

À minha amada Vozinha pelo exemplo de vida e sabedoria, numa constante luta pela educação, meu muito obrigado.

Aos amigos que, de perto ou de longe, acompanharam e contribuíram para a realização deste trabalho, sem os quais esse desfecho não seria possível, os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal analisar criticamente a **concepção de cidadania** propagada no interior do fenômeno do protagonismo juvenil, originado no movimento de (contra) reforma do Estado e articulado à ofensiva neoliberal, no fluxo de consolidação do processo de reestruturação sistêmica do capital. Para tanto, elegeu-se, como campo empírico, a OSCIP denominada Instituto Internacional de Desenvolvimento da Cidadania, IIDAC, com sede em Curitiba, que se apóia nos aportes teóricos de Antônio Carlos Gomes da Costa. Esta pesquisa analisa a categoria cidadania, sob o ponto de vista de sua emergência e evolução na sociedade capitalista, ressaltando sua reapropriação contemporânea pela ideologia burguesa, enquanto conteúdo do protagonismo juvenil, como um contraponto à sua incorporação nos movimentos táticos da luta dos trabalhadores pela transformação social.

Palavras-chaves: Protagonismo juvenil; cidadania; ideologia; neoliberalismo.

ABSTRACT

The present study's main objective is to analyse in a critical way the conception of citizenship spread in the interior of the juvenile protagonist phenomenon, originated in the (contra) restoration movement of the State and articulated on neoliberal offensive, in the flux of consolidation of the process of capital systemic restructuration. For all that, it was elected as a experience field, the OSCIP denominated International Institute of Citizenship Development, IIDAC, located in the city of Curitiba, which has its support on the theories by Antônio Carlos Gomes da Costa. This research analyses the citizenship category, under the point of view of its emergence and evolution in the capitalist society, highlighting its contemporary repossession by the bourgeois ideology, as a content of juvenile protagonist, as a counter point to its corporation in the tactics movements of the workers fight for social transformation.

Key words: Juvenile protagonist; citizenship; ideology; neoliberalism.

SUMÁRIO

RESUMO	p. 6
APRESENTAÇÃO	p. 9
CAPÍTULO I – O INSTITUTO INTERNACIONAL PARA O	
DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA – IIDAC:	
GÊNESE E IDEÁRIO	
1. Gênese	p. 16
2. Ideário:	p. 19
2.1. Atividades desenvolvidas	p. 19
2.2. Programas e projetos	p. 23
3. O paradigma do Desenvolvimento Humano Sustentado como meta	p. 34
4. Cidadania e protagonismo como estratégia	p. 36
CAPÍTULO II – CAMINHOS ATUAIS DA ACUMULAÇÃO DO	
CAPITAL: O CENÁRIO DA GÊNESE DO IIDAC	
p. 39	
CAPÍTULO III – A IDEOLOGIA CAPITALISTA: FUNDAMENTOS	
DO IDEÁRIO DO IIDAC	
1. O espaço da sociedade civil	p. 54
2. O paradigma do Desenvolvimento Humano Sustentado: a Teoria do Capital Humano revisitada	p. 71
3. Protagonismo como exercício da cidadania: a estratégia do IIDAC para a formação do jovem	p. 93
4. A cidadania no quadro dos novos paradigmas sociais	p. 99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 125

APRESENTAÇÃO

O presente estudo tem como objetivo principal analisar criticamente a **concepção de cidadania** propagada no interior do fenômeno¹ do protagonismo juvenil, originado no movimento de (contra) reforma do Estado e articulado à ofensiva neoliberal, no fluxo de consolidação do processo de reestruturação sistêmica do capital.

O interesse pelo tema se impôs diante da intensiva avocação pela qual a categoria cidadania tem sido suscitada nos espaços da educação formal e não-formal e, ainda, em razão dos rumos que essa avocação vem sugerindo, ou seja, apresentando a cidadania resultante do protagonismo juvenil como principal categoria de uma proposta pedagógica possibilitadora de inclusão social.

O que se pretende demonstrar no presente trabalho é que por meio do fenômeno do protagonismo juvenil isso não só não acontece, como, pelo contrário, avolumam-se efeitos contraditórios, quando não distantes ou até mesmo opostos àqueles proclamados, decorrentes das lutas antagônicas da sociedade dividida em classes, mesmo porque tal fenômeno, ele mesmo, já constitui produto de tais lutas.

O protagonismo juvenil, já difundido mundialmente no âmbito da educação não-formal, pretende-se uma nova pedagogia, no entendimento do mentor brasileiro e maior defensor, o educador Antônio Carlos Gomes da Costa.

A biografia de Gomes da Costa, exposta no site de sua empresa, a *Modus Faciendi*, não se refere à sua formação, limitando-se a descrever sua atuação profissional nos seguintes termos:

O Professor Antonio Carlos Gomes da Costa começou sua vida de educador lecionando no ensino supletivo e, posteriormente, no ensino regular de primeiro e segundo graus. Em 1982, assumiu a cadeira de pedagogia terapêutica no Curso de Psicologia Escolar da FUMEC em Belo Horizonte. Como educador, entretanto, sua experiência mais significativa foi ter dirigido a Escola - FEBEM Barão de Camargo em Ouro Preto.

Como dirigente e como técnico, sua trajetória permitiu-lhe acumular uma considerável vivência profissional. Foi Secretário de Administração e Chefe de Gabinete do Prefeito de Ouro Preto, Presidente da FEBEM-MG, Oficial de

¹ Para efeitos da pesquisa consideramos o protagonismo juvenil como “fenômeno”, haja vista que a terminologia expressa uma das várias manifestações da complexa teia da realidade atual. Enquanto fenômeno, apresenta um espectro aparenial ou seja, *objeto do conhecimento não em si mesmo, mas sempre na relação que estabelece com o sujeito humano que o conhece, e portanto captado segundo a perspectiva das formas*, ou ainda, *apreensão ilusória de um objeto, captado pela sensibilidade ou também reconhecido de maneira irrefletida pela consciência imediata, ambas incapazes de alcançar intelectualmente a sua essência*, (in HOUAISS, Dicionário da Língua Portuguesa, 1ª Edição, Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2001) requerendo, portanto, metodologicamente, que sua apreensão se dê no contexto daquela mesma teia. Daí nossa opção metodológica que, a partir de um dado fenômeno, busca avançar na compreensão de níveis mais complexos da realidade.

Projetos do UNICEF e OIT, Secretário Municipal de Educação de Belo Horizonte, Diretor Executivo e Presidente do CBIA (Centro Brasileiro para Infância e Adolescência). Exerce as funções de Conselheiro nas Fundações ABRINQ, FNLIJ, ANDI, FUNJOBI, Instituto Ayrton Senna e na Comissão Executiva Nacional do Programa Eleitor do Futuro, da Escola Judiciária Eleitoral - EJE/TSE. Atualmente, é Diretor-Presidente da Modus Faciendi, atuando ainda como consultor independente de vários organismos internacionais.

No plano internacional, representou o Brasil no Conselho Interamericano da Criança, organismo da OEA que funciona em Montevidéu. Atuou também, como membro eleito a título pessoal (perito) no Comitê dos Direitos da Criança da ONU em Genebra.

Considera sua maior realização, enquanto cidadão e educador, ter participado do grupo de redação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assim como da atuação política pela sua aprovação no Congresso Nacional e posterior sanção pelo Presidente da República.

Possui o título "Notório Saber" concedido pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) em 2000.

É autor de dezenas de livros e artigos no campo da ação social e educativa publicados no Brasil e no exterior.

No entanto, há vários textos da autoria de Costa em que é possível encontrar a referência à sua formação como pedagogo. A título de exemplo: Folha de São Paulo 29/07/2003 – *Mudar o conteúdo, o método e a gestão; O Desafio da Educação Infantil*, in *Cidadania Antes dos 7 anos. A educação infantil e os meios de comunicação. Séria Mídia e Mobilização Social*. Andi, Editora Cortez. 2003; indicação como palestrante do 7º Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor | 16 a 19 de maio de 2004 | Hotel Transamérica | São Paulo, cujo tema central é a "A Cidadania e suas Múltiplas Dimensões", entre outros.

A pretensão de instituir-se como uma nova pedagogia vem encontrando, ao que parece, franca acolhida tanto no setor público como no privado, conforme bem demonstra a lista de “clientes” – entre os quais destacam-se nada menos que dois ministérios e várias secretarias estaduais e municipais de educação - constante do site² da empresa *Modus Faciendi* – e que aqui é reproduzido:

CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação

Comunitária/SP

Colégio Notre Dame – Campinas/SP

EDISCA – Escola de Dança e Integração social da Criança e do Adolescente
Escola Estadual Rodrigues Alves (Rede Estadual de Ensino de São Paulo – Fundação

Otacílio Coser

Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário

² www.modusfaciendi.net

FIEB – Federação das Indústrias da Bahia/BA
 Fundação ABRINQ/SP
 FUNDAÇÃO PRÓ/CERRADO/GO
 Fundação Educar D'Pascoal
 Fundação Luís Eduardo Magalhães
 Fundo Cristão para Crianças
 Ginásio Pernambucano
 Inspetoria Salesiana/SP
 Instituto Hedging-Griffo
 Irmandade Santa Casa de Misericórdia/RS
 Ministério da Educação
 Ministério do Esporte
 Pastoral do Menor de Belo Horizonte/MG
 Prefeitura Municipal de Sorocaba
 Programa Cuidar – Instituto Souza Cruz - implementado e desenvolvido com os seguintes parceiros: Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC), Inspetoria São João Bosco / ISJB (Rede Salesiana de Escolas), Secretaria de Educação de Iguatu/CE e Gerência de Educação Básica de Juiz de Fora/MG
 Programa Largada 2000 (Aliança Estratégica SESI – Departamento Nacional / Instituto Ayrton Senna - implementado e desenvolvido nos seguintes estados: Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rondônia, Santa Catarina e no Distrito Federal (Fundação Athos Bulcão)
 Programa Meu Quarteirão no Mundo e o Mundo no Meu Quarteirão
 Rede Pitágoras / Sindicato dos Estabelecimentos de Escolas Particulares de Minas Gerais
 Secretaria da Justiça e da Cidadania/ES
 Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo/DF
 Secretaria de Estado da Educação – SEE/MG
 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esporte – SEDESE/MG
 Secretaria Municipal de Educação de Cruz Altas/RS
 Secretaria Municipal de Educação de Marília/SP
 Secretaria Municipal de Educação de Osório/RS
 Secretaria Municipal de Educação de Sorocaba/SP
 Sistema Pitágoras de Ensino/MG

Ressalte-se que, especificamente no Estado do Paraná, a relevância de Costa, como mentor da *idéia de protagonismo*, se deu por meio da introdução do projeto de protagonismo juvenil realizado pelo IIDAC – Instituto Internacional de Desenvolvimento da Cidadania, o que veio a gerar uma grande rede de desenvolvimento de projetos de protagonismo, principalmente no interior de escolas estaduais da rede de ensino público, por meio do projeto “Vem ser cidadão”, projeto esse fruto de uma parceria do IIDAC e a Secretaria de Estado de Educação do Paraná.

O que se demonstrará, no decorrer do presente trabalho, é que o desenvolvimento desses projetos de protagonismo, por meio do IIDAC, e a sua relação com Costa não se dão por mero acaso, mas como resultado de uma proposta cujo “pano de fundo” é a reforma estatal, pretendida pelos grandes financiadores globais.

Segundo COSTA “a expressão *protagonismo juvenil* designa a participação de adolescentes atuando como parte da solução, e não do problema, no enfrentamento de situações reais na escola, na comunidade e na vida social mais ampla”, e complementa o conceito, afirmando também que o protagonismo juvenil seria “um método pedagógico que se baseia num conjunto de práticas e vivências, que tem como foco a criação de espaços e condições que propiciem ao adolescente empreender ele próprio a construção de seu ser em termos pessoais e sociais” (Costa:2001:5).

Como já ressaltamos, a relevância atribuída ao protagonismo juvenil por esse pedagogo, leva-o a afirmá-lo, nada mais, nada menos, como um novo paradigma³ da educação, o qual teria, como premissas:

- a participação dos jovens em ações de voluntariado na escola, na comunidade e na vida social, atuando como parte da solução, e não como parte do problema;
- o protagonismo juvenil é, ele próprio, um elemento constitutivo do arcabouço teórico-prático da educação para valores (éticos, políticos, etc);
- a prática do protagonismo juvenil, enquanto educação pela solidariedade, desenvolve no adolescente: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a conhecer;
- o protagonismo juvenil desenvolve a permanente necessidade de se buscar novas formas de relacionamento entre educador-educando, escola-comunidade, escola-família e dos adolescentes com o seu meio;
- o protagonismo juvenil desenvolve no jovem a consciência de mudança de atitude diante dos fatores de risco;
- o protagonismo juvenil abre espaços para uma nova maneira (os projetos educativos) de favorecer o trabalho interdisciplinar e o manejo criativo dos conteúdos transversais propostos nos parâmetros curriculares nacionais;
- o protagonismo juvenil permite que o adolescente não seja visto apenas como receptor de informações, mas como forma de criar no jovem a fonte de iniciativa (ação), liberdade (opção) e compromisso (responsabilidade).

No entanto, ressalte-se que o cerne da proposta do protagonismo juvenil, como uma nova visão da função do adolescente-jovem na sociedade, é a de promover uma “cidadania-participativa”, discurso esse que, conforme iremos demonstrar no transcórre do trabalho, torna-se por demais “irresistível” aos olhos de uma sociedade vitimada

³ Antonio Carlos Gomes da Costa utiliza a expressão “paradigma” em seu livro *Protagonismo Juvenil Passo a Passo*.

pelos malefícios oriundos do embate capital-trabalho, encobrendo o seu caráter ideológico de servir aos interesses do capital.

Com efeito, a escolha do tema não se deu por mero acaso, mas pautou-se pela urgência de refletir criticamente sobre o conteúdo dos discursos pedagógicos, haja vista as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, face à nova reestruturação do capital, as quais trazem a lume a necessidade imperiosa de se desvendar, para não dizer, desmistificar os novos fenômenos ideológicos e apologias surgidas “no” e decorrentes dessa nova re-organização do capital.

Dessa forma, o objetivo de desvendar “qual concepção de cidadania” permeia o fenômeno do protagonismo juvenil é tarefa por demais necessária aos interesses da classe trabalhadora, haja vista o uso de um discurso aparentemente universal – o de criação de consciência cidadã para todos - mas que presta-se hegemonicamente aos interesses e objetivos da classe dirigente na medida em que, ideologicamente, encobre o seu caráter de apoio à flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas tão arduamente adquiridos, ao prestar-se a contribuir para a des-responsabilização do Estado frente às políticas sociais, na medida em que defende, para tal, a criação de novas instâncias de organização da sociedade civil.

Há hoje, no Brasil, diversas instituições que operam com a proposta do protagonismo juvenil. Embora tais instituições apresentem algumas nuances diferentes em suas propostas e, inclusive, na apresentação de seus conceitos estruturais – entre os quais o próprio “protagonismo juvenil” e “cidadania” -, verifica-se que estas diferenças caracterizam-se mesmo como nuances, uma vez que com o recurso de formalizações distintas orientam-se pelo mesmo conteúdo.

Considerando a exigência metodológica de proceder a um recorte representativo do real, como campo empírico possível para o levantamento dos dados a serem analisados, elege-se, dentre tais instituições que vêm se ocupando do protagonismo juvenil, o IIDAC- Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania, do qual derivou-se o CPJ – Centro de Protagonismo Juvenil, situado em Curitiba, Estado do Paraná..

Tal recorte justifica-se por duas razões específicas: em primeiro lugar, pela importância destacada do IIDAC no cenário nacional e internacional: trata-se de uma Organização Social de Interesse Público de caráter internacional e natureza sócio-interativa, que atua por meio de acordos com o Governo do Brasil e dos Estados da Federação, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento –

PNUD -, tendo como colaboradoras várias agências de cooperação internacionais e nacionais; em segundo lugar, porque o IIDAC apóia-se na concepção de protagonismo juvenil construída por Costa, com larga aceitação em setores do panorama pedagógico brasileiro – como pudemos conferir na lista de “clientes” acima mencionada – e que apresenta, como sua principal proposta, o desenvolvimento da cidadania participativa.

Esta pesquisa encontra seus fundamentos teórico-metodológicos no método do materialismo histórico-dialético, tal como elaborados na teoria marxiana da crítica à economia política. Destaque-se que, no cerne desta teoria encontramos, por um lado, como exigência teórico-metodológica, a premissa da visão de totalidade, em que a infraestrutura econômica determina, **em última instância**, a superestrutura – onde se situa a ideologia -, o que nos obriga à compreensão dos determinantes econômicos das demais instâncias da realidade social; por outro lado, destaca-se a compreensão dos fundamentos da sociedade como requisito para orientar a crítica e a prática política de superação da ordem burguesa.

A recolha dos dados empíricos sobre os quais se desenvolveu o esforço de crítica foi feita através de entrevista semi-estruturada e análise de documentos. Foram entrevistados, em ocasiões diferentes, o Diretor Executivo, o Diretor Administrativo e uma jovem integrante do Núcleo de Projetos⁴, do IIDAC. As entrevistas foram gravadas, com autorização dos entrevistados e, posteriormente, transcritas. Os documentos estudados foram os seguintes: Registro Civil de Pessoa Jurídica, que institui o IIDAC como OSCIP (trata-se do Registro Nº 16082 do Livro A do Registro Civil de Pessoa Jurídica de Curitiba, Estado do Paraná, lavrado em 1998); exemplar da edição Nº 0 - a única publicada -, de novembro de 2002, do Jornal do IIDAC; duas edições distintas de folderes explicativos sobre o IIDAC e uma edição de folder explicativo da parceria SEED/PR e IIDAC/CPJ; publicações no site do Instituto (www.iidac.org.br). Cabe esclarecer que, segundo informação recolhida nas entrevistas, o Instituto ainda não dispõe de outras publicações oficiais, além daquelas constantes do endereço eletrônico. Em vista da pouca documentação existente, buscou-se apreender a filosofia do Instituto, no que se refere ao protagonismo juvenil e cidadania, através do estudo da obra de COSTA, cujas idéias constituem a referência teórica do Instituto.

⁴ Na nomenclatura empregada pelo IIDAC, os jovens que participam das atividades formativas denominam-se “protagonistas”.

Para o fim de melhor apresentar o desenvolvimento da pesquisa, o trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos: no primeiro, tratou-se de apresentar o objeto empírico, ou seja, o Instituto Internacional de Desenvolvimento da Cidadania – IIDAC, cuidando-se de historiar sua gênese e seus eixos norteadores. No segundo capítulo, buscou-se situar o cenário de emergência do Instituto, no quadro do atual processo de acumulação do capital. O tema do terceiro capítulo é constituído pelo estudo crítico dos fundamentos do ideário do IIDAC, debruçando-se sobre o paradigma do desenvolvimento humano sustentado, o protagonismo juvenil e a concepção de cidadania abraçados pelos idealizadores do Instituto, sendo dedicado um especial espaço ao estudo da cidadania, com o objetivo de aprofundar a compreensão de tal categoria, como condição para uma crítica à concepção defendida pelo IIDAC.

Por fim, apresenta-se o elenco de conclusões a que se chegou ao longo do trabalho, destacando-se o quadro de novas falácias produzidas no interior do movimento dialético de reprodução capitalista, bem como a importância da ação política de desvendamento e resistência proletária ao tal conteúdo ideológico.

Tendo muito claramente os limites desse trabalho, acredita-se, entretanto, tratar-se de contribuição válida ao debate educacional, sobretudo em face da opção política de combate à ideologia reacionária. Entende-se, também, importante, a assunção de uma opção teórico-metodológica clara e explícita, que concebe o real como uma *totalidade concreta*, cujas determinações, mediações e particularidades inter-relacionam-se para produzir a realidade social como um *processo histórico*, cujo cerne está no desenvolvimento antagônico das lutas de classes e, portanto, tendo como centralidade a categoria trabalho e o produto de suas contradições, que tanto poderão reproduzir sua dinâmica e estrutura quanto abrir uma possibilidade concreta de transformação revolucionária.

CAPÍTULO I

O INSTITUTO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA – IIDAC: GÊNESE E IDEÁRIO

Para introduzir o leitor na compreensão do tema posto em debate, mister é a descrição do objeto a ser analisado. Nesse sentido, este capítulo traduz essa finalidade, ou seja, delimita o objeto a partir de sua constituição e ideário, posto que daí decorrem os elementos tomados para análise, bem como as condições de sua articulação com a totalidade histórica.

1. Gênese

Em entrevista realizada no dia 03/06/2004, o diretor administrativo do IIDAC e um dos seus principais idealizadores, Sr. Marco Antônio Carvalhaes Pereira relatou à pesquisadora que, há pelo menos dez anos atrás, encontrava-se envolvido em atividades que tinham como foco a questão do “Desenvolvimento Sustentável”. À época, havia apenas um modelo de “Desenvolvimento Sustentável” difundido mundialmente, e que era objeto de discussão e estudos em cinco Centros Multiregionais de Desenvolvimento Sustentável, distribuídos em diversos países pelo mundo. Carvalhaes Pereira participou de uma das reuniões dos Centros Multiregionais de Desenvolvimento Sustentável, ocorrida na Cidade de Nova York - EUA, na qual o paradigma do Desenvolvimento Sustentável, focado exclusivamente no meio ambiente, foi colocado em questão e evoluiu para o paradigma do desenvolvimento humano sustentado. Este novo paradigma despertou o entusiasmo e adesão de Carvalhaes Pereira que, já no seu retorno ao Brasil, gestou a idéia de formação de um Instituto para viabilizar a aplicabilidade desse “novo” paradigma.

A concretização da idéia de criação do Instituto foi possível graças à contribuição e parceria do Sr. Gilson Scharnik⁵, (diretor executivo do IIDAC), principal articulador para a constituição do Instituto, em face de sua atuação como representante do Comitê de Desenvolvimento Humano Sustentável na América Latina e como representante da UNV – Voluntários das Nações Unidas.

⁵ Conforme Carvalhaes Pereira esclareceu, durante a entrevista, já havia entre ele e Scharnik uma aproximação profissional, posto que ambos faziam parte do CIOFF – Conselho Internacional de Organização de Festivais de Folclore e Artes Tradicionais.

Aqui, faz-se imprescindível um parênteses para explicitar o que vem a ser o UNV – Voluntários das Nações Unidas. Para tanto, transcrevemos do endereço eletrônico:

Desde 1971 o Programa dos Voluntários das Nações Unidas (VNU) envia especialistas e voluntários de campo profissionalmente experientes para eles trabalharem em projetos de cooperação nacional e internacional de desenvolvimento. Além da cooperação técnica o núcleo do trabalho concentra-se cada vez mais em áreas de apoio humanitário, de preservação e respeito dos direitos humanos e da preparação e observação de eleições. Uma outra tarefa muito importante deste programa é a promoção do voluntariado entre os cidadãos para ampliar o engajamento voluntário dos mesmos em diversas áreas. Anualmente cerca de 5.000 pessoas de 150 diferentes países trabalham como voluntários internacionais das Nações Unidas. Dois terços dos voluntários trabalham nas duas principais regiões de atividades, nomeadamente África e Ásia. O Programa dos Voluntários das Nações Unidas no Brasil foi criado em 1998. É um programa crescente, o qual coopera com projetos de parceiros diferentes em todo o Brasil e necessita de pessoas qualificadas para cumprir serviços voluntários nestes projetos de desenvolvimento. No Brasil, milhões de pessoas já cumprem serviços voluntários em clubes, ONGs, igrejas, escolas, etc. Milhares de voluntários participam em projetos sociais de empresas privadas com o objetivo de melhorar as condições de vida ou a qualidade de ensino das escolas. Neste sentido, o Programa VNU procura também parcerias com as empresas privadas, com universidades e fundações, por que acreditamos que uma maior participação destes atores sociais na cooperação de desenvolvimento pode trazer vantagens a todas as partes envolvidas. (<http://www.undp.org.br/unv/>)

Conforme destacou o entrevistado, a experiência de Scharnik com o programa de Voluntariado foi fundamental para a configuração do Instituto.

Nesse contexto, o Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania – IIDAC foi constituído em 03 de março de 1998, por Scharnik e Carvalhaes, tendo sua sede em Curitiba-Paraná.

O Instituto constitui-se como uma OSCIP - Organização Social de Interesse Público de caráter internacional e natureza sócio-interativa, fundamentada nos princípios e diretrizes emanados da ONU, registrado sob o nº 16082 do Livro A de Registro Civil das Pessoas Jurídicas. (fonte IIDAC)

Esta OSCIP atua por meio de acordos com o Governo Federal e com o governo dos Estados da Federação, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD -, no âmbito do Programa de Voluntários das Nações Unidas, Projeto BRA/VNU 002-99 – Projeto Brasil Voluntários das Nações Unidas e o International Center of Specialists Volunteers – ICSV – Centro Internacional de

Voluntários Especialistas. Além dessas parcerias, conta com a colaboração de várias agências de cooperação internacionais e nacionais (fonte IIDAC).

A atual composição do IIDAC, indicada em seu endereço eletrônico, é a seguinte:

Diretoria:

Diretor Executivo: Gilson Scharnik

Diretor de Projetos: Gilbert Scharnik

Diretor Administrativo: Marco Antônio Carvalhaes Pereira

Departamento Financeiro:

Gislaine Breda

Secretária Executiva:

Janaína do N. Fila Hreciuk

Núcleo de Projetos:

Beatriz Caetana da Silva

Cláudio Roberto Stacheira

Além disso, também participa das atividades do IIDAC o Sr. Gerson Scharnik, irmão do Sr. Gilson e do Sr. Gilbert, conforme informações do Sr. Marco Antônio, em entrevista já citada.

Questionado a respeito da escolha da Cidade de Curitiba para sediar o Instituto, o entrevistado relatou que havia três cidades candidatas a sede do IIDAC: Brasília, São Paulo e Curitiba. A escolhida foi Curitiba em função de três aspectos: primeiro, pelo fato de os fundadores do projeto terem suas raízes familiares nessa cidade, tanto isso se verifica que a equipe que compõe o Instituto traz na sua composição três irmãos; segundo, em razão de intencional descentralização de atuação, que significa uma desvinculação com Brasília, como capital da República, o que provavelmente traria uma ingerência político-partidária na atuação do IIDAC, o que é combatido por seus fundadores. O terceiro fator diz respeito ao clima da cidade que mais se aproxima do clima europeu, o que seria um fator facilitador nas visitas de estrangeiros, de antemão já previstas. Esclareça-se que, segundo o entrevistado, este último fator foi o predominante na escolha da sede.

Considerando que a constituição do IIDAC tem suas raízes no programa dos voluntários das Nações Unidas e que este programa se constitui de “especialistas e voluntários de campo profissionalmente experientes”, ou seja “pessoas qualificadas para cumprir os serviços voluntários”, conforme pudemos observar na citação acima, foi preocupação da pesquisadora questionar o entrevistado sobre sua formação acadêmica, bem como dos principais integrantes do IIDAC. Foi-lhe respondido que o Sr. Gilson Scharnik é graduado em Medicina pela Universidade Católica do Paraná, mas que atualmente cursa Teologia na mesma Instituição; o Sr. Marco Antônio é graduado em Engenharia Eletrônica pela Escola Naval, Biologia Marinha pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-graduado em Marketing e Gestão Empresarial pela Universidade de Coimbra – Portugal e atualmente cursa Teologia na Universidade Católica do Paraná; Sr. Gilbert Scharnik é graduado em Direito pela Universidade Católica do Paraná e o Sr. Gerson Scharnik é graduado em Agronomia em Santa Catarina – o Sr. Marco não soube informar em que Instituição; a Jovem Beatriz Caetana cursa Teologia na Universidade Católica do Paraná.

Ressalte-se que, independentemente da formação anterior, todos os principais integrantes da direção do Instituto cursam Teologia na Universidade Católica do Paraná.

2. Ideário

O IIDAC têm como seus eixos norteadores o paradigma do desenvolvimento humano sustentado e a cidadania e protagonismo juvenil como estratégias, cuja realização se dá através de diferentes atividades e programas.

Para melhor visualização do seu ideário, baseado nos eixos acima mencionados, é importante descrever a trajetória de suas ações, desde a sua constituição.

2.1. Atividades Desenvolvidas:

1998:

- *Projeto Caminhos da Cidadania*, cujo objetivo foi aproximar a administração pública estadual e municipal, por meio de uma grande feira realizada nos municípios de Paranavaí e Rio Negro, no Estado do Paraná;

- *Projeto Ouvidores da Casa*, pelo qual foi implantado um sistema de ouvidoria em 140 municípios do Estado do Paraná;

- *Centro Internacional de Especialistas Voluntários – ICSV*, esse foi o centro que implantou o departamento de desenvolvimento humano sustentado do Instituto, constituindo-se de especialistas nacionais e internacionais para atuarem junto às áreas da agricultura, trabalho e geração de renda, cultura, educação, projetos, esporte e lazer, saúde, voluntariado, produção, meio ambiente, infância, juventude e família, e turismo;

- *Acordo de cooperação técnica e científica*, firmado com a Secretaria de Educação do Estado do Paraná – SEED, com o objetivo de participar do I Seminário Vem ser Cidadão, dirigido aos jovens de escolas da Rede Pública do Estado do Paraná.

1999:

- *Ampliação de sua área de atuação junto à SEED*, com vistas a trabalhar na capacitação do seu corpo docente, no que diz respeito às áreas de Voluntariado, Cultura e Ouvidoria, como forma de dar continuidade as ações desenvolvidas no Seminário Vem ser Cidadão e Ouvidores da Casa, já identificando 20 grupos de protagonismo juvenil no Paraná;

- *Trabalhos de implementação do desenvolvimento humano sustentado no Bosque Municipal de Paranavaí – Pr*, a partir de ações desencadeadas no Projeto Caminhos da Cidadania e solicitações do Prefeito e autoridades locais, cujo financiamento adveio do Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA, além de *ações estratégicas de conservação para o Parque Nacional de Ilha Grande*, em parceria com o IBAMA;

- *Acordo para reassentamento de refugiados de Kosovo no Brasil*, em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas, sob a Lei Federal nº 9474;

- *Levantamentos científicos (zoologia, botânica, ecologia)*, no Bosque Municipal de Paranavaí-Pr e no Parque Nacional de Ilha Grande – Pr;

- *Recepção da Missão de Avaliação das Nações Unidas para o programa IIDAC/UNV002/99*;

- *Recepção do Embaixador das Nações Unidas para o programa de Voluntariado Internacional*;

- *Organização metodológica e estrutural do II Seminário Vem ser Cidadão.*

2000:

- *Projeto para desenvolvimento de uma rede real e virtual nas áreas de educação, cidadania, cultura e voluntariado, direcionada para jovens, adolescentes e educadores, não só do Paraná, mas para o Brasil como um todo;*

- *mobilização de cerca de 50 instituições nacionais e internacionais, 100 grupos de Protagonismo juvenil em sua rede e como resultado do II Seminário Vem ser Cidadão, implementa o Centro de Protagonismo Juvenil, o Fórum Brasileiro de Voluntariado e Juventude e o Fórum Paranaense de Protagonismo Juvenil;*

- *Seminário de Ouvidores;*

- *Seminário de Cultura (I Folclore em questão);*

- *III Seminário Vem ser Cidadão;*

- *Manifesto 2000 – Embaixadores da Paz;*

- *Carta e Manifesto do Jovem Voluntário Brasileiro;*

- *Ouvidorias da Casa junto a todas as escolas públicas;*

- *Escola do Terceiro Setor;*

- *Programa de Voluntariado Institucional;*

- *Voluntários Ambientais;*

- *Além disso, prestou atendimento e consultoria técnica para:*

- *Grupo Mídia Jovem;*

- *Grupo PRAVER – Contadores de Histórias;*

- *Comitê de Assessoria Jovem;*

- *Grupo G21;*

- *Grêmios Colégio Estadual do Paraná;*

- *Interacts Clubes: Dom Atiço, Dona Branca, Aline Pichetti.*

2001:

- *elevação para a categoria de OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;*

- *levantamento da implementação do protagonismo juvenil no Paraná, desenvolvido junto a 2.100 escolas da rede estadual, por meio de um Censo de Protagonismo Juvenil, incorporando cerca de 2.100 projetos a um banco de dados do Centro de Protagonismo Juvenil – CPJ, com vistas a estabelecer metas e dinamizar os conceitos de protagonismo de forma constante e organizada;*

- *intercâmbio entre 200 jovens do Estado do Paraná para outros estados brasileiros e países do Mercosul;*

- *formação de oito câmaras temáticas nas áreas de meio ambiente, saúde, educação, cultura, ciência, tecnologia, trabalho e cidadania, mobilizando cerca de 300 grupos de protagonismo juvenil do Paraná e do Brasil;*

- *14 jornadas de Protagonismo Juvenil;*

- *Festival Folclórico da Juventude;*

- *II Seminário Voluntários na Educação;*

- *IV Seminário Vem ser cidadão.*

2002:

- *I Seminário de Juventude Rural da América Latina e Caribe, uma parceria entre o IIDAC e o INCRA*

- *Parceria do IIDAC com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA-superintendencia do Pr, para ampliação de ações de incentivo e fomento ao protagonismo juvenil no meio rural;*

- *Parceria do IIDAC com Assembléia Mundial da Juventude – WAY e Associação dos Municípios do Paraná – AMP – também em face das ações de protagonismo do meio rural, o que veio a dar origem ao I Seminário de Juventude Rural da América Latina e Caribe;*

- *6 jornadas de protagonismo rural – Rede Jovem de Protagonismo Rural, em assentamentos no Estado do Paraná;*

- *participação nas jornadas de protagonismo rural de cerca de 1000 beneficiários diretos dos municípios: Rio Bonito do Iguaçu, Saudade do Iguaçu, Honório Serpa, Querência do Norte, Palmital e Iretama (Estado do Paraná);*

- *participação de jovens – protagonistas brasileiros (representantes do Fórum Brasileiro de Protagonismo Juvenil) no WORLD SUMMIT SUSTAINABLE DEVELOPMENT (Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável), realizado na Argélia;*

- *realizaram-se quatro reuniões do Fórum Brasileiro de Protagonismo Juvenil, com a intenção de contribuir para a elaboração do relatório de ações enviado para Joanesburgo – 2002 (Rio + 10);*

- *Festival Folclórico de Juventude (agosto/2002);*

- *Reunião preparatória para o V Seminário Vem ser cidadão;*

- *V Seminário Vem ser cidadão (4 a 7 de novembro/2002), contando com o apoio de mais de 15 organizações de caráter nacional e internacional, consolidando-se como o maior evento do gênero em nível latino-americano, envolvendo 850 participantes, entre adolescentes, jovens, gestores públicos e representantes de organizações internacionais da juventude. O tema do evento foi “Juventude e Políticas Públicas”, sendo realizado por meio de debates, oficinas de trabalho, conferências de juventude, vivências em campo e atividades culturais;*

- *consolidação da parceria entre o IIDAC e o Fundo das Nações Unidas para a infância – UNICEF;*

Nos anos de **2003/2004** verifica-se uma significativa redução nas atividades, constando, apenas, do site do IIDAC, o empenho em promover o desenvolvimento humano sustentado, mas não há descrição de nenhuma atividade.

2.2. Programas e Projetos:

Ainda como forma de direcionar suas metas, o Instituto constituiu vários programas, todos voltados para o desenvolvimento humano sustentado, a partir dos quais projetos menores são delineados. Contudo, é preciso ressaltar que tais programas

nem sempre são efetivados, ficando como meta idealizada. No site do Instituto, constam os seguintes programas⁶:

a) Programa Comunicação para o desenvolvimento;

b) Programa de Cooperação Internacional;

c) Programa de Desenvolvimento Rural;

d) Programa de Empreendedorismo;

e) Programa de Inclusão;

f) Programa de Protagonismo Juvenil.

O *Programa Comunicação para o desenvolvimento* propõe a discussão sobre a importância da comunicação para o processo de promoção e desenvolvimento, por meio das novas tecnologias de informação. Para isso, o Instituto articula a esse programa, os seguintes projetos: Centro Itinerante de Tecnologia de Informação – CITI, Juvenews e Agência Juvenil de Notícias.

Do site do Instituto consta que o **projeto CITI** *visa criar laboratórios multimídias itinerantes nos eventos, seminários e jornadas promovidos pelo Instituto, a fim de oferecer condições técnicas para viabilizar a capacitação de jovens e adolescentes em conhecimentos de tecnologias de informação e comunicação (rádio, TV e Internet).*

O público alvo são adolescentes e jovens com idades entre 14 e 19 anos integrantes de grupos de ação jovem.

A metodologia a ser adotada consiste em duas linhas de ação: - *oficinas de Internet, criação de websites, tratamento de imagens, manejo de equipamentos de rádio e TV, ministradas por técnicos habilitados e com experiência no trabalho com jovens e adolescentes;* - *oficinas de cidadania e desenvolvimento de projetos que utilizem as mídias como veículos de promoção social, com incentivo à participação protagonista por meio de assuntos de interesse dos próprios jovens e adolescentes, com enfoque no desenvolvimento da cidadania participativa.*

⁶ Os textos em itálico constituem transcrição *ipsis literis* do site.

Seu objetivo é qualificar grupos de ação adolescente para a criação de projetos sociais, sua gestão e sustentabilidade, destacando o potencial que o bom uso das mídias eletrônicas possuem no desenvolvimento de ações de promoção social.

*A metodologia das oficinas tem como base os quatro pilares da educação desenvolvidos pela UNESCO: aprender a Ser, aprender a Conviver, aprender a Aprender e aprender a Fazer. O IIDAC acrescenta a esses pilares ainda, um quinto elemento – aprender a Ensinar, acreditando que os conhecimentos adquiridos nas atividades desenvolvidas não têm valia se não forem transmitidas apropriadamente ao maior número de pessoas possível. Daí a importância do papel do jovem facilitar que, **aprendendo a ensinar**, levará seu cabedal de conhecimento àqueles que não tiveram a mesma oportunidade, aumentando assim o escopo de ação do projeto e as chances de um desenvolvimento social mais amplo e eficaz.*

*O **Projeto Juvenews** consiste no desenvolvimento de uma **Agência Juvenil de Notícias** virtual de notícias que se apresenta como uma ferramenta de informação e troca de experiências entre adolescentes e jovens de diferentes Estados brasileiros, no campo das políticas públicas para a adolescência, abrangendo temas como educação, saúde, meio ambiente, cidadania e práticas sociais.*

O público almejado são adolescentes entre 14 e 17 anos, além de educadores, organizações governamentais e não-governamentais, entidades e instituições privadas cujas atividades os tenham como foco em todos os aspectos: famílias e comunidades locais.

A metodologia a ser utilizada é a atuação dos próprios jovens e adolescentes na equipe editorial da revista, sendo responsabilizados pelos artigos e matérias publicadas. As pautas desenvolvidas incluem-se dentro de quatro grandes eixos de discussão:

- responsabilidade social;
- participação cidadã;
- desenvolvimento sustentável;
- boa governabilidade.

Tais temas serão desenvolvidos dentro da perspectiva adolescente e abrangerão diferentes pontos-de-vista, incluindo o enfoque regional provocado pela distância física e cultural, fato de enriquecimento e diferencial do projeto.

O **Programa de Cooperação Internacional** tem como finalidade *buscar parcerias para realizar a co-operação entre países, visando a promoção do desenvolvimento humano sustentado. Para tanto, o IIDAC busca por meio de acordos e termos de cooperação, o fomento aos projetos de característica internacional, realizando o intercâmbio de metodologias de trabalho e a construção de ferramentas que facilitem o desenvolvimento de iniciativas para melhoria da qualidade de vida da população.*

O **Programa de Desenvolvimento Rural** tem como finalidade *promover a participação de jovens e adolescentes que vivem no meio rural na discussão e construção de ações relativas a sua comunidade. Para o Instituto, é um processo que vem se destacando e fortalecendo as iniciativas locais, onde a transformação acontece e cada realidade nesse sentido, fomenta a construção de vias de acesso às oportunidades que existem, por meio do exercício da cidadania, da participação em atividades que promovam a melhoria das condições e a qualidade de vida em cada comunidade.*

Nesse sentido, destaca-se o projeto **Clubes da Terra – Juventude Cidadã** – que *atua no sentido de promover a cidadania juvenil, utilizando como estratégia de ação o protagonismo juvenil. Por meio da partilha de experiências, reunindo vivências adquiridas em áreas rurais, as atividades do projeto visam a formulação de diretrizes políticas públicas de desenvolvimento, a partir do comprometimento e da participação democrática ativa, proposta dentro da perspectiva do jovem como ator válido do presente.*

O público almejado são jovens vindos do processo de reforma agrária, filhos de agricultores rurais assentados; e estudantes de escolas públicas e rurais.

Os objetivos delineados são:

- *promover a cidadania dos jovens rurais, estimulando sua participação na sociedade e em sua comunidade como atores sociais de transformação;*
- *melhorar o processo de participação cidadã, assim como a qualidade de vida junto aos jovens que vivem em assentamentos da reforma agrária, estabelecendo como hábito, a prática do debate dos temas de interesse de sua comunidade;*
- *fazer a gestão e elaborar mecanismos de aperfeiçoamento e melhoramento da qualidade técnica de projetos sociais, baseados nas questões de cidadania participativa*

e desenvolvimento comunitário, como também na atuação protagonista dos jovens rurais;

- ampliar os espaços de participação dos jovens rurais em suas respectivas comunidades, objetivando o acúmulo de experiências positivas no encaminhamento das atividades e o cumprimento das metas de participação juvenil.

A metodologia visa à disseminação e a aplicação dos conceitos de cidadania, participação protagonista e responsabilidade solidária por meio de atividades práticas, dinamizadas por facilitadores, nas temáticas de saúde, educação, meio ambiente, cultura, comunicação e cidadania. Além dessa dinâmica, os trabalhos são fomentados dentro dos assentamentos pelos Agentes Jovens com o auxílio de facilitadores locais, normalmente delegados pelas prefeituras municipais envolvidas no programa. As execuções destas ações são efetivadas por meio da realização das Jornadas de Protagonismo Rural e cada Agente Jovem atua em pelo menos um projeto de desenvolvimento rural.

O Programa de Empreendedorismo estabelece que pensar em desenvolvimento sem pensar em juventude seria condenar toda uma região ao fracasso econômico e à inação social. Construir oportunidades de geração de renda, promover acesso às novas tecnologias e ampliar os mecanismos de participação para a juventude é a solução indicada para o desenvolvimento regional.

Para aplicar o programa, o Instituto criou a **Agência Juvenil de Empreendedorismo** que tem por objetivo promover o aprendizado ético e o processo democrático para o empreendedorismo por meio de programas e projetos desenhados e implementados por jovens e para jovens nas seguintes áreas de empreendimentos: micro-crédito para jovens, programas de capacitação, gestão de informação e gestão de negócios.

O público alvo é composto por jovens de 16 a 20 anos.

A metodologia aplicada pela agência desenvolve suas atividades em três fases:

- despertando para o empreendedorismo: visa a preparação de adolescentes e jovens para atuação nos Fóruns de Desenvolvimento e na administração e gestão da agência juvenil de empreendedorismo;

- **aprendendo a empreender:** prepara adolescentes e jovens com habilidades e competências para mobilizar e gerenciar pessoas, recursos e ações de forma integrada e eficaz;

- **empreendendo:** forma a Agência Juvenil de Empreendedorismo, como fonte e organização responsável pela política regional do desenvolvimento econômico e social dos jovens e a sustentabilidade do programa de empreendedorismo desenvolvido pelo Grupo Gestor.

O **Programa de Inclusão** tem como meta *promover o desenvolvimento humano sustentado a partir da oferta de oportunidades equitativas à população, independente de idade, etnia, cor, geração e condição de vida.*

Os projetos que compõem o programa de inclusão são:

- Inclusão de deficientes visuais na rede de Protagonismo Juvenil;
- Portal Rede Solidária;
- Projeto Percebendo a vida.

O projeto **Inclusão de deficientes visuais na rede de Protagonismo Juvenil** destaca para o fato de que o Estado do Paraná possui uma grande população com deficiências visuais. *Para atender essa população, o IIDAC pretende estruturar assistência à deficientes visuais na produção de desenvolvimento sustentável, através de uma estação de produção e reprodução braille, instalada no Centro de Protagonismo Juvenil, com previsão de atendimento de cerca de 50.000 pessoas ao ano.* Tal estação é composta por duas impressoras, um scanner e três computadores, softwares Jaws for Windows. Para tanto, formou-se uma parceria com o Consulado Geral do Japão em Curitiba.

O projeto **Portal Rede Solidária** trata-se de um *portal de Internet, idealizado pela CNBB – Regional Sul II, que reunirá ações determinantes para a diminuição das desigualdades sociais e de exclusão social e digital.*

O público alvo são as pastorais, associações, igrejas, escolas, universidades, Ong's e comunidade em geral.

Os objetivos delineados são:

- *diminuir a exclusão digital;*

- *criar formas de auxílio mútuo;*
- *encurtar caminhos entre o conhecimento e o cidadão;*
- *favorecer a formação do voluntariado;*
- *possibilitar a comunicação entre as entidades, favorecendo o intercâmbio cultural, a produção de conhecimento e a realização de projetos comuns.*

Metodologia proposta: *o Portal disponibiliza ferramentas que o torna rico em conteúdo, agradável e fácil de navegar.*

As parcerias firmadas para o projeto se deram com as seguintes instituições: Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Puc/Pr, Gaudium – Instituto de Proteção à Vida, CEAT – Centro de Apoio ao Trabalhador – SP.

O Programa de Protagonismo Juvenil estabelece que a cada dia torna-se mais comum deparar-se com adolescentes e jovens participando do processo de boa governabilidade, “good governance”, sustentando as bases democráticas e cidadãos em toda a América Latina. O programa de protagonismo juvenil, por meio de suas ações e projetos, pretende estimular o desenvolvimento de jovens com iniciativa, com espírito de liderança, conhecedores de si mesmos e do mundo. Jovens protagonistas são jovens atores sociais que transformam suas idéias em atitudes, que trabalham em equipe e participam do desenvolvimento individual e coletivo.

Os projetos que tratam do desenvolvimento do protagonismo juvenil propostos pelo Instituto são:

- Projeto Centros de Protagonismo Juvenil;
- Projeto Jornadas Juvenis de Protagonismo;
- Projeto Jornadas Pedagógicas – A cidadania na Escola;
- Projeto Conexão Sigma – Democracia e Participação;
- Projeto Agenda do Adolescente – Prioridade Absoluta;
- Projeto Clubes da Cidadania;
- Projeto Arte e Cidadania;
- Programa Políticas Públicas Criança, Adolescência e Cidadania.

O Projeto Centros de Protagonismo Juvenil *pretendem identificar e cadastrar os grupos promotores de ações de protagonismo juvenil atuando junto à captação de recursos, elaboração de projetos e demarcação de linhas de ação, bem como aos intercâmbios culturais entre os grupos que passam, a partir daí, a se comunicar e trabalhar em regime de cooperação.*

O público alvo é composto por jovens das mais diversas regiões do país, voluntários no desenvolvimento de ações de cunho social e dispostos a fomentar o processo de propagação dos conceitos de protagonismo juvenil.

A metodologia empregada está baseada nos seguintes princípios:

- *Participação: pautada no diálogo permanente com os jovens e com os outros membros da comunidade, garantindo uma relação de horizontalidade, onde os beneficiários são os protagonistas principais de seu próprio desenvolvimento e não objeto passivo de ações;*

- *Descentralização: todas as propostas são construídas e implementadas a partir das comunidades ou grupos de protagonismo, uma vez que decide melhor quem conhece e vive sua realidade concreta;*

- *Mecanismos de Execução Simples: a utilização de instrumentos simples, funcionais e acessíveis aos jovens e facilitadores, são compatíveis com a natureza do Protagonismo Juvenil e com as vocações das comunidades e dos grupos;*

- *Parceria: busca o planejamento da ação integrada em apoio ao desenvolvimento da cidadania com base na interdisciplinariedade e complementaridade e a interdependência de todos os atores, visando o aumento da abrangência e eficácia das ações com maior qualidade e menor custo.*

O Projeto Jornadas Juvenis de Protagonismo *acontecem por meio de uma concepção de trabalho com base em atividades práticas de promoção social, a partir do protagonismo juvenil, considerando a importância da formação cidadã de jovens e adolescentes.*

O público alvo é composto por jovens de 12 a 18 anos de idade.

O objetivo das Jornadas é *integrar jovens e adolescentes, por meio da prática cidadã, junto a elaboração de propostas conjuntas para o desenvolvimento de ações de políticas públicas para o município.* Além disso, visa *promover a cidadania por meio*

da ampliação dos canais de comunicação e de participação junto à comunidade, à administração municipal e à sociedade civil organizada. Também, visa incentivar a formação de redes de promoção social dentro do município, através de grupos de protagonismo juvenil ou em atividades individuais.

A metodologia empregada compreende a duração das jornadas em dois dias, onde são realizados trabalhos de motivação a partir de grupos de discussão, bem como oficinas de trabalho orientadas por técnicos e consultores do IIDAC.

As parcerias do projeto compreendem prefeituras municipais e Ong's.

O Projeto Jornadas Pedagógicas – A cidadania na Escola tem o intuito de *favorecer a ação participativa dos educadores da rede pública de ensino, junto às práticas de promoção cidadã dos alunos das redes públicas de ensino.*

Os objetivos traçados pelo projeto compreendem: *reeditar conceitos de cidadania e participação comunitária entre os educadores; instrumentalizar os educadores para a difusão dos conceitos de cidadania nas escolas; oferecer metodologias de trabalho e ensino, embasadas na educação não-formal e na promoção cidadã; construir métodos viáveis de disseminação dos conceitos; aprimorar as bases para educação de acordo com as realidades locais; incentivar a participação protagonista de educadores e alunos.*

A metodologia empregada é a *realização de oficinas, grupos de discussão, rodas de debate e conferências.*

As parcerias são firmadas com prefeituras municipais, governos de Estado, Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, Empresas, Associações e Ong's.

O Projeto Conexão Sigma – Democracia e Participação *é uma iniciativa que pretende inculir nos jovens uma melhor compreensão dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário como órgãos de representação do conjunto da sociedade.*

O público alvo é composto por jovens de 14 a 18 anos de idade.

O objetivo é *ampliar o conhecimento dos jovens sobre o processo eletivo e os procedimentos do setor legislativo, além de capacitá-los para que se tornem líderes locais, estimulando a participação ativa na comunidade. Também visa a tornar possível a articulação e capacidade de organização política, como propiciar um espaço de diálogo entre a juventude e o Poder Legislativo.*

A metodologia compreende a execução de atividades em dois dias onde a turma de jovens desenvolverá ações agrupadas em duas etapas: capacitação e instrumentalização. Na capacitação, com duração de oito horas, os jovens terão aulas teóricas sobre política, ética e democracia participativa. *A intenção é oferecer esclarecimentos sobre a razão de ser, as funções e o cotidiano dos Poderes. Como atividade complementar, terão a oportunidade de observarem o que foi aprendido na teoria com observações in loco.*

O Projeto Agenda do Adolescente – Prioridade Absoluta *é o resultado concreto dos Seminários de Políticas Públicas: Adolescência e Cidadania, parte integrante do Programa Políticas Públicas – Adolescência e Cidadania, coordenado pelo IIDAC o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e consiste em proposições formuladas pelos próprios adolescentes em cooperação com gestores públicos, com o objetivo de propor ações concretas, por meio de uma agenda, dentro do campo das políticas públicas para a adolescência.*

O público alvo compreende *adolescentes e agentes técnicos das diferentes esferas governamentais e outros órgãos e organizações ligados ao Sistema de Proteção da Infância e Adolescência, que atuam como reeditores sociais e são responsáveis pela elaboração e execução das políticas públicas.*

Os objetivos do projeto compreendem:

- *Ampliar a participação do adolescente como interlocutor na discussão e implementação de políticas públicas nas quais está implicado direta ou indiretamente, considerando para tal os espaços formais de participação e sua atuação não apenas como referencial mas sim como ator simétrico do processo;*

- *Dar a conhecer e discutir as diferentes realidades de participação do adolescente e compartilhar experiências entre os adolescentes e os gestores públicos;*

- *Oferecer espaço de ação de desenvolvimento social dos adolescentes para promover sua participação e desenvolver sua plena cidadania.*

As atividades desenvolvidas nos seminários têm sua dinâmica metodológica focada nos seguintes elementos:

- **Exposições teóricas:** *conceitos e fundamentos de práticas sociais e seus diferentes elementos, em acordo com a temática do Seminário;*

- **Visão de Mundo:** exposição simétrica por adolescentes e representantes de organizações sobre o processo de participação democrática do adolescente em espaços formais;

- **Rodas de Discussão:** Debate entre os participantes sobre os diferentes temas abordados no seminário;

- **Produção Teórica:** espaço dedicado a produção teórica dos participantes apontando os elementos estratégicos e papéis para a ação cooperativa entre os diferentes atores sociais na formulação de políticas públicas, sua gestão e execução por meio da **Agenda do Adolescente – Prioridade Absoluta**.

O Projeto Clubes da Cidadania compreende a criação de Clubes da Cidadania no âmbito das escolas da Rede Pública Municipal de Ensino.

O público alvo são crianças com idade entre 09 e 10 anos, ou que estejam cursando a Terceira ou a Quarta Série do Ensino Fundamental.

O objetivo é *criar espaços de participação e interação entre crianças e adolescentes para a discussão e interpretação de temas de seu interesse, levando em consideração sua faixa etária e suas formas de expressão, permitindo a esses jovens a oportunidade de conhecer o espaço em que estão inseridos favorecendo, assim, suas ações como cidadãos responsáveis.*

Os Clubes da Cidadania serão formados a partir da realização dos Cursos de Formação para Facilitadores e pela realização das Jornadas de Cidadania. O Curso de Formação para Facilitadores está direcionado a atender professores e adolescentes incumbidos de orientar ações e facilitar a dinâmica de funcionamento de cada Clube, de acordo com os objetivos do projeto. As ações são direcionadas para o desenvolvimento dos conteúdos focados nos seguintes conceitos:

- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
- A criança como base para o desenvolvimento social;
- Adolescência e participação cidadã;
- Cultura e identidade;
- Moral e ética;
- Historicidade;

- *Grupo e o exercício da cidadania;*
- *Criança e espaço cidadão;*
- *Teatro de sombras;*
- *Teatro de dedos;*
- *Construção de Cenários;*
- *Fantoches, construção de máscaras;*
- *Teatro e jogos dramáticos;*
- *Contação de histórias – críticas;*
- *Percepção rítmica;*
- *Discurso e argumentação;*
- *Dialética e interpretação.*

O Projeto Arte e Cidadania atua no segmento de formação cidadã de jovens e adolescentes, utilizando a parceria arte & educação para promover a difusão e a compreensão dos conceitos de cidadania participativa, assim como de políticas públicas dirigidas aos mesmos.

O público alvo compreende Jovens e adolescentes carentes, com idade entre 14 e 18 anos, estudantes de escolas municipais da Rede Pública de Ensino.

Os objetivos visam:

- *Promover a cidadania de jovens e adolescentes carentes, utilizando como estratégia as expressões do teatro e da música, para a difusão de conceitos e práticas de cidadania participativa entre jovens e adolescentes da Rede Pública de Ensino, em segmentos de políticas públicas na esfera municipal, regional e estadual;*

- *Incentivar a formação de novos grupos musicais e de teatro nas escolas públicas do Estado, por meio das práticas de cidadania desenvolvidas pelo grupos de teatro e pelo grupo;*

- *Criar um espaço de ação que contribua para o desenvolvimento social dos jovens e adolescentes moradores de regiões com menores índices de desenvolvimento humano do Estado, promovendo sua participação e o desenvolvimento pleno de sua cidadania por meio da prática das manifestações culturais;*

- Promover a integração, bem como dar a conhecer entre jovens e adolescentes carentes os espaços formais de participação em políticas públicas, nas quais estão inseridos direta ou indiretamente.

Cada grupo de teatro e o grupo musical terá sua missão voltada ao desenvolvimento de peças teatrais, direcionadas a um determinado tema no campo das políticas públicas, considerando para tal as realidades vividas pela população carente e as formas de participação e transformação social dos jovens e adolescentes.

Ambos os grupos estarão atuando juntamente no processo de formação cidadã de seus componentes, assim como na valorização e preservação cultural do Estado.

São desenvolvidas parcerias com organizações locais (Prefeituras Municipais, Universidades, Ong's, Associações de Municípios, etc.) de maneira a atender ao público dos municípios indicados a participarem das atividades previstas no projeto.

O Programa Políticas Públicas Criança, Adolescência e Cidadania pretende, por meio de suas ações, ampliar o espaço público e democrático das crianças e dos adolescentes, valorizando o exercício cotidiano da cidadania e estabelecendo mecanismos eficazes que permitam sua efetiva participação, por meio do acesso a informações e do assessoramento de suas ações na sociedade.

O programa está voltado a crianças, adolescentes e organizações que os têm como foco de trabalho.

Objetivos do programa:

- Ampliar a participação das crianças e dos adolescentes na discussão e implementação de políticas públicas, não apenas como referencial mas sim como ator simétrico do processo;

- Conhecer e discutir as diferentes realidades de participação da criança e do adolescente, compartilhando experiências entre estes e os gestores públicos;

- Oferecer espaços de ação para o desenvolvimento social da criança e do adolescente promovendo sua participação e desenvolvendo as perspectivas da cidadania.

O programa é resultado da parceria entre o Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e parceiros locais dentre governos, empresas públicas e sociedade civil.

2.3. O paradigma do desenvolvimento humano sustentado como meta

O Instituto assume, como missão, a promoção, em âmbito nacional e internacional, do *Desenvolvimento Humano Sustentado*. Ao apontar o *Desenvolvimento Humano Sustentado* como seu eixo de ação, o Instituto busca a referência norteadora para tal categoria em Mahbud ul Haq, mais precisamente no seu livro “Reflexões sobre o Desenvolvimento Humano” (1995). (fonte IIDAC)

Em sua obra, Mahbud ul Haq defende, em síntese, que a orientação do desenvolvimento econômico deve deslocar-se da preocupação com a produção em si para uma preocupação com o desenvolvimento do ser humano. Nesse sentido, retoma a idéia do “capital humano” e estabelece o desenvolvimento humano como o veículo para a realização do desenvolvimento econômico.

No documento em que explicita seus “Eixos Norteadores”, e que se denomina “O Paradigma do Desenvolvimento Humano Sustentado”, o IIDAC é categórico ao enfatizar que *o capital humano não é medido quantitativamente nem qualitativamente, tampouco recebe a atenção que merece. Muitas sociedades, apesar da abundância de capital financeiro, têm sido incapazes de se desenvolverem. Existe uma ausência geral de reconhecimento das pessoas como sendo um fim em si do desenvolvimento*”. (Fonte IIDAC)

Atribuindo à qualidade de vida das pessoas o cerne da possibilidade de desenvolvimento econômico, cujo *duplo significado seria o de reduzir a exclusão do passado, causado pela pobreza e desigualdade, e diminuir o poder de mecanismos que hoje reiteram e aumentam a exclusão*, o documento indica, como meio para se atingir esse desenvolvimento, uma política social voltada para: a educação, o emprego e a proteção social.

Para tanto, o documento defende que os planos de desenvolvimento deveriam conter cinco elementos distintos, “*claramente ausentes na maioria dos planos atuais*”:

- uma folha de balanço humano que deveria trazer dados que retratassem: primeiro, os recursos humanos existentes no país; segundo, o grau de instrução das pessoas; terceiro, qual o perfil da distribuição de renda relativa e pobreza absoluta;
- os objetivos do plano deveriam priorizar as necessidades humanas básicas, e “só mais tarde” traduzir-se-iam em *alvos físicos para produção e consumo*, o que

implicaria uma clara exposição de metas para o alcance de um patamar médio de nutrição, educação, saúde, moradia e transporte, como “um mínimo razoável”.

- o que se busca é um resultado essencial da incorporação da dimensão humana no planejamento do desenvolvimento, em que os objetivos de produção quanto de distribuição seriam integrados e receberiam igual ênfase. Além disso, o plano deveria especificar tanto o que será produzido quanto a equiparação na distribuição da produção nacional;

- busca-se uma estratégia descentralizada de desenvolvimento humano, na qual a participação da comunidade no plano deverá ser implementada, mesmo porque pretende-se, por meio da participação, produzir a auto-estima;

- por fim, os planos deverão trazer indicadores sociais e de desenvolvimento para monitorar seu progresso.

Ainda, conforme o documento, o paradigma do *Desenvolvimento Humano Sustentado* possui quatro componentes essenciais: *a equidade (igualdade de oportunidade para todas as pessoas na sociedade), o caráter sustentado (de tais oportunidades de uma geração para a próxima), a produtividade e o empoderamento (de pessoas de modo que elas participem e se beneficiem do processo de desenvolvimento).*

O texto é concluído com a seguinte afirmação: “A *OPORTUNIDADE* das pessoas de exercerem o direito de escolha e o enriquecimento das suas vidas estão no centro do paradigma”.

Observa-se, aqui, uma clara vinculação do documento elaborado pelo IIDAC às idéias propostas por COSTA, o grande defensor do protagonismo juvenil, que, justamente, aduz: “o protagonismo juvenil adota como concepção sustentadora (maneira de ver, entender e agir) o paradigma do *Desenvolvimento Humano*”.(COSTA, 2001:6)

Para esse autor, o paradigma do Desenvolvimento Humano é tomado como o “*desenvolvimento do potencial humano em sua acepção mais ampla*” e entendido como “*a afirmação de que todo ser humano nasce com um potencial e tem o direito de desenvolvê-lo*”, ao mesmo tempo em que constata que “*para desenvolver o seu potencial, as pessoas precisam de oportunidades e que as oportunidades que verdadeiramente desenvolvem o potencial de um ser humano são as oportunidades educativas*”.(idem)

Com efeito, para Costa, tal paradigma pode traduzir-se em dez princípios, quais sejam:

1. O universalismo do direito à vida;
2. Nenhuma vida vale mais que outra;
3. Todo ser humano nasce com um potencial e tem o direito de desenvolvê-lo;
4. Para desenvolver o seu potencial as pessoas precisam de oportunidades;
5. O que uma pessoa se torna ao longo da vida depende de duas coisas: das oportunidades que teve e das escolhas que fez;
6. Por isso, além de ter oportunidades, as pessoas devem ser preparadas para fazer escolhas;
7. Cada geração deve às gerações vindouras um meio ambiente igual ou melhor daquele recebido da geração anterior;
8. As pessoas, grupos e comunidades devem ser dotados de poder para participar ativamente nas questões que dizem respeito ao bem-comum;
9. O caminho para a consecução de uma sociedade baseada nestes princípios é a afirmação dos direitos humanos individuais (civis e políticos) e coletivos (sociais, econômicos, culturais e ambientais);
10. A via para se trabalhar e lutar pelos direitos é o exercício consciente da cidadania, enquanto direito de ter direitos e dever de ter deveres.(COSTA, 2001: 29)

2.4. Cidadania e protagonismo como estratégias

No dizer, portanto, do documento, com base no ideário de COSTA, é possível apreender que a promoção, nos adolescentes - jovens, de uma cidadania-participativa é condição para o desenvolvimento humano sustentado.

Ela é, também, segundo o documento, uma via de superação da desigualdade e da exclusão social: *“A promoção do desenvolvimento humano sustentado como extensão da cidadania ativa tem, na América Latina, o duplo significado de reduzir a exclusão do passado, causada pela pobreza e desigualdade, e diminuir o poder de mecanismos que hoje reiteram e aumentam a exclusão.”* (Fonte IIDAC).

Portanto, o que se verifica é que o Instituto se propõe é viabilizar o desenvolvimento humano sustentado por meio do protagonismo juvenil, espaço em que se desenvolve uma tal “cidadania-participativa”.

Um dos documentos que revela a avocação da categoria cidadania, diz respeito a um folder de produção do Instituto, atinente ao Centro de Protagonismo Juvenil, delimitando-se que: “*ser cidadão é participar da sociedade e dos processos de transformação do país*”.

Da mesma forma, há um outro folder produzido pelo Instituto que trata do desenvolvimento de Protagonismo Rural explicitando:

A Rede Jovem de Protagonismo Rural acredita no potencial de transformação do jovem, em sua capacidade empreendedora, em seu compromisso com o presente e com o futuro e em sua responsabilidade social. Acredita que a construção da cidadania inicia-se com a formação da identidade e da auto-estima, passa pelo conjunto de aprendizagens básicas para a convivência e se efetiva na solidariedade e na participação.

Também, bastante revelador é o ilustrado no⁷ Jornal do IIDAC a respeito de Políticas Públicas, página 03, que registra a conceituação de cidadania defendida pelo Instituto, atrelada ao conceito de exclusão social:

Cidadania.

Direito de ter, usufruir e conhecer os próprios direitos. De construir a cada dia novos direitos. Direitos que as pessoas têm de participar da sociedade e usufruir benefícios sociais. Além de garantia de direitos, a concepção de cidadania aqui apresentada inclui a articulação entre projetos pessoais e coletivos, ou seja, trata-se de uma ética de responsabilidade, em que há desenvolvimento pessoal na medida em que aumentam os compromissos e os encargos assumidos com o coletivo. A cidadania é centrada no respeito a valores socialmente acordados.

Exclusão Social.

Não efetivação da cidadania. Indivíduos que vivem no espaço de uma sociedade nacional, fazem contribuições a esta sociedade, mas não têm acesso ao consumo de bens e serviços de cidadania. Embora a lei lhes garanta direitos civis, políticos e sociais, tal garantia legal não se traduz em usufruto efetivo de tais direitos.

Na página 09 do mesmo documento, novamente há alusão ao problema da conceituação da categoria cidadania, como chamamento:

Cidadania no início do século XXI.

O conceito de cidadania é um tema importante e ao mesmo tempo controverso dentro do cenário contemporâneo. Numa época em que o público e o privado são remodelados a cada nova experiência, surgem perguntas como: de que forma os indivíduos podem articular suas necessidades e influenciar na definição e implantação das políticas públicas, como exercer a cidadania e qual o espaço do cidadão? É importante também entender alguns conceitos tradicionalmente relacionados ao exercício de cidadania – caridade, generosidade e solidariedade. A caridade ocorre quando as ações beneficiam uma pessoa desconhecida que continua assim mesmo após o ato de doação. A generosidade acontece quando o beneficiário é igual àquele que faz contribuição, é a expressão da fraternidade. É oferecida cooperação tendo em vista o que se pensa ser

⁷ exemplar da edição Nº 0, de novembro de 2002 (a única publicada).

importante para os outros, a partir de um julgamento de valor. A solidariedade ocorre quando se estabelece o compromisso de desenvolvimento do beneficiário, com a criação e manutenção de oportunidades de sobrevivência, de existência, de preservação de identidade da comunidade, sempre orientadas para a melhoria de qualidade de vida de todos. Dependendo de qual conceito for utilizado como base para elaboração de políticas públicas os objetivos e ações a serem realizados serão muito diferentes.

A educação para cidadania pode ser expressa como a educação que visa a formação de cidadãos-livres – conscientes de seus direitos, que reconhecem e respeitam as diferenças entre os indivíduos e que se sentem responsáveis por garantir os direitos de todos, através do respeito pelos projetos individuais de existência articulados no coletivo.

Dessa forma, o que se verifica que de fato há uma articulação entre esses elementos suscitados pelo Instituto, quais sejam: o paradigma do desenvolvimento humano sustentado como meta, tendo como estratégia o protagonismo juvenil, como espaço de desenvolvimento de uma cidadania – participativa.

Todavia, para que se compreenda melhor tal articulação, imprescindível percorrer um caminho endogenista a respeito da constituição do Instituto, para situá-lo em uma compreensão de totalidade, o que será desenvolvido no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

CAMINHOS ATUAIS DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL: O CENÁRIO DA GÊNESE DO IIDAC

Para ser fiel ao método que foi escolhido como alicerce para a pesquisa e, nesse sentido, tendo em vista que são as relações de produção infra-estruturais que determinam os processos macro-estruturais, mister se faz o estabelecimento das relações entre a reestruturação produtiva do capital, o processo de globalização, o projeto neoliberal, a educação não-formal e o terceiro setor, posto que é esta tessitura que caracteriza as condições de existência do nosso objeto empírico, o IIDAC.

Conforme PELIANO (2003), a Segunda Guerra Mundial possibilitou a expansão capitalista mundial devido a três fatores determinantes, originários da hegemonia dos Estados Unidos: o seu poderio militar, a sua influência-diplomática sobre os demais países e o crescente envolvimento desse país nas negociações mundiais (através de operações financeiras oficiais ou por meio de investimentos diretos em multinacionais).

Havendo, no momento pós Segunda-Guerra, uma grande expansão da economia capitalista americana, foi justamente esse controle econômico americano o terreno fértil para que, em momento posterior, fosse viabilizado o projeto neoliberal, mesmo porque, segundo ressalta o autor, os pilares político-ideológicos dessa fase expansionista foram o Keynesianismo e o Estado do Bem-Estar Social. Este, como garantidor de sobrevivência dos indivíduos pela regulação de salário/renda, seguridade e assistência social e aquele como defensor de uma intervenção estatal nas economias via gastos públicos (custeio e investimento) com a finalidade de assegurar a demanda efetiva, e por decorrência, o nível de emprego.

No entanto, face à contradição imanente entre capital e trabalho, entre a propriedade privada dos meios de produção e a socialização da produção, e por força da concorrência, desenvolve-se contínua substituição da força de trabalho pela maquinaria (alterando a composição orgânica do capital), desencadeando a *tendência à queda da taxa de lucro*, e, por conseguinte, gerando uma crise estrutural.

MONTAÑO (2003) invocando Marx, alerta para o fato de que se trata de “*uma lei geral da acumulação capitalista que, considerada a longo prazo, intercala períodos de crescimento acelerado, seguidos de fases de crescimento desacelerado, convulsões e*

estagnação, derivando em crises econômicas generalizadas e cumulativas". E conclui: *"Dessa forma a vida da indústria se converte numa seqüência de períodos de atividade moderada, prosperidade, superprodução, crise e estagnação"*. (Motano, 2003:24)

Todavia, mesmo nos períodos de maior crise, o capitalismo tem demonstrado uma enorme capacidade de se recompor, enfrentando sua contradição imanente, seja por meio de aumento da jornada de trabalho, seja por meio de inclusão de maquinaria. Nesse sentido, enfatiza Montañó:

não obstante, o sistema capitalista tem demonstrado, historicamente, uma notável capacidade de se refazer como a fênix, de "corrigir", de "neutralizar" (temporariamente) suas crises, mediante mecanismos (econômicos, políticos, ideológicos, legais ou não), que interceptam e anulam transitoriamente os efeitos da lei geral de tendência decrescente da taxa de lucro" (2003:25).

É exatamente sob a lógica desses ciclos que o período desenvolvimentista do pós-guerra começa a entrar em declínio. Tal estrutura político-econômico-social começa a apresentar os seus sinais de falência a partir dos anos 60 e 70 do século XX, com a crise do petróleo e a derrubada do padrão-ouro pela formação de liquidez financeira em dólares fora dos Estados Unidos. É neste quadro que tem lugar a mudança nas relações de trabalho do método taylorista-fordista pelo Modelo Japonês de Produção Industrial (MJPI), também chamado de Toyotismo. Como instrumento de respaldo ideológico às duras medidas sócio-econômicas demandadas por essa crise, cria-se uma filosofia capaz de sustentar os conflitos decorrentes das relações de trabalho: o neoliberalismo.

Toda essa crise tem sua origem num processo intenso de mudanças no padrão então vigente da produção social, caracterizado pela produção em massa de bens e serviços, a inclusão direta, na produção, de novas formas de progresso técnico-científico, bem como a geração de acumulação física e financeira do capital. Como prevê a teoria marxista, tais mudanças iniciaram-se nos países em que o capitalismo estava mais avançado, sem que todavia, deixassem de disseminar sua influência a nível mundial. Conforme bem explicita PELIANO (2003,1), citando Coutinho, esse processo caracteriza *"um estágio mais profundo e intenso de internacionalização da vida econômica, social, cultural e política"*.

Veja-se que, aqui, dois conceitos - importantes para a melhor compreensão de nosso objeto - entrelaçam-se: a reestruturação produtiva e o fenômeno da globalização. Para o mesmo autor, a reestruturação produtiva, *"enquanto conjunto de transformações técnicas, econômicas e sociais, que se efetiva no interior do padrão convencional de produção em massa, influencia e é influenciada pelo processo de globalização,*

enquanto conjunto de mecanismos e instrumentos de aprofundamento e generalização do padrão dominante de produção, distribuição e consumo de bens e serviços”. (idem) (grifo nosso).

Essa internacionalização do novo padrão social de produção representa a forma pela qual as nações hegemônicas se utilizam para ganhar novos mercados, bem como generalizar e aprofundar as relações de produção, o que permite que, em meio à crise geral, o capital encontre mecanismos de reafirmar sua forma de regulação e acumulação.

Para uma melhor compreensão do que ocorreu nas relações de produção de caráter infra-estrutural do capital, em termos mundiais, no contexto a que estamos nos referindo, é importante apreender algumas considerações no que tange às semelhanças e distinções entre o antigo e o novo modo de organização da produção capitalista.

Para tanto, mister se faz uma comparação entre os modelos taylorista-fordista e toyotista. Dela ressalta que um de seus principais eixos de mudança situa-se na esfera da administração da produção e no campo da gestão do trabalho, com consideráveis reflexos de ordem econômica, política, ideológica e social que atingiram a sociedade como um todo.

No modelo de organização fordista há uma rigidez dos postos de trabalho e simplificação/parcelamento das seqüências de tarefas efetuadas pelo trabalhador, o que permite um isolamento e desagregação do trabalho no processo de produção. Tal característica gera a impossibilidade do conhecimento da totalidade do processo produtivo pelo trabalhador.

Ao contrário do modelo fordista, o Modelo Japonês de Produção Industrial (MJPI) assenta-se na maleabilidade e caracteriza-se como um regime de acumulação flexível. Tal consideração está atrelada ao que segundo BENKO (1999, 117) alude: *“Notou-se uma tendência a mais flexibilidade nos domínios dos métodos de produção, dos contratos de trabalho, da fixação dos salários, das relações interempresas, etc”*.

No que se refere a esfera de produção e do trabalho, tal flexibilização decorre da utilização de novas tecnologias no processo de produção. Isso ocorre porque

com o desenvolvimento da eletrônica e das tecnologias de informação, as máquinas especializadas (assim como os trabalhadores qualificados) podem ser substituídas por robôs capazes de efetuar todo um conjunto de operações diferentes, podendo passar rapidamente de uma operação para outra; são máquinas inteligentes, comandadas por computador e programáveis – as máquinas-ferramenta de comando numérico, os equipamentos de CAO e de FAO, os sistemas de produção flexíveis, os sistemas de transmissão eletrônica de dados, as linotipos eletrônicos e as teletransmissões

numéricas constituem exemplos; o que segundo o autor permite que a produção pode ser controlada na medida de sua realização: a alocação do trabalho, entre os diferentes postos, pode ser gerada em tempo real da mesma forma que os estoques e a cadência de produção.(idem, 117)

Dessa forma, o Modelo Japonês de Produção Industrial (MJPI) permite que hajam novos ganhos em produtividade. Nesse sentido, aduz Peliano:

A produção moderna nas grandes empresas, notadamente transnacionais, adquire maior agilidade e complementaridade, desde a concepção dos produtos e serviços até a sua disposição ao mercado, acarretando melhorias acentuadas nos níveis de produtividade, eficiência e qualidade de produção. Essas características pouco convencionais, conhecidas como flexibilidade e integração, resultam da automatização das linhas de montagem e da aplicação de métodos de gestão do trabalho.(Peliano, 2003:1)

Uma das consequências dessa flexibilização é verificável na formação dos processos de logística, hoje amplamente utilizados pelas organizações, as quais vão-se fixando a partir das necessidades do mercado globalizado.

Além disso, para aumentar a produtividade, a flexibilidade no processo produtivo fez-se necessária no que diz respeito a estrutura organizacional. Para Benko *a estrutura organizacional da produção depende em parte da generalização da integração vertical das diferentes fases nas organizações hierarquizadas ou de sua colocação no seio de empresas diferentemente situadas na divisão social do trabalho.*(idem, 117)

Para Benko, o que permite uma flexibilização na produção seria a desintegração vertical, hierarquizada dos postos de trabalho, o que o faz citar Scott: *“a medida que se realiza a desintegração vertical (a divisão social do trabalho), os sistemas de produção se externalizam ainda mais e se tornam, por isso mesmo, mais flexíveis em termos organizacionais. Ao contrário, a integração vertical gera inflexibilidade organizacional crescente que limita as possibilidades de combinação e reposição dos diferentes processos de produção”.* (idem)

Além disso, a introdução do Modelo Japonês de Produção Industrial (MJPI) no processo produtivo resultou em modificações importantes no comando e controle dos processos de trabalho e produção. No fordismo, os homens e máquinas situavam-se na linha de montagem, cuja disposição era previamente determinada, ou seja, o método é ajustado aos homens e as máquinas à gestão de trabalho e da produção. Já, o Modelo Japonês de Produção Industrial (MJPI) organiza homens e máquinas em células

(malhas) de produção, permitindo uma disposição funcional autônoma. Dessa forma, tal modelo ajusta gestão do trabalho aos homens e às máquinas.

É possível verificar essa nova composição pelas seguintes constatações de Peliano:

- no fordismo, o trabalhador, ao realizar manual ou mecanicamente o seu trabalho na linha de montagem, executa, ao mesmo tempo, sua tarefa ou função e administra seus movimentos em determinado tempo de trabalho/duração. No MJPI, o trabalhador executa sua tarefa ou função e administra os movimentos dos instrumentos e/ou máquinas;

- no fordismo, ao administrar seu trabalho, o trabalhador, de fato, administra não só os seus movimentos, mas também, de maneira coordenada, os movimentos dos instrumentos e/ou máquinas com os quais opera. Da conjugação desses movimentos – trabalhador + máquina – é que resulta ao padrão de trabalho exigido pela empresa. No MJPI, há uma separação completa entre os movimentos de trabalho e os movimentos de operação dos instrumentos/máquinas, o que depende do tipo de tecnologia empregada pela empresa. Citando Zarifian, Peliano aduz: *o trabalho, assim, é muito mais de gestão de operações da tecnologia do que de execução de tarefas propriamente ditas.* (idem)

Ressalte-se, entretanto, que independentemente de o trabalhador executar a tarefa propriamente dita, ou atuar como gestor de operações, uma vez que se trata de administrar tempos e movimentos de trabalho/produção, a exigência técnica é praticamente a mesma.

O que irá diferenciar precipuamente é a dimensão de atuação do trabalhador, que no Modelo Japonês de Produção Industrial (MJPI) exigirá dele outras habilidades, aumentando sua responsabilidade em cuidado, atenção, conhecimento e experiência.

Visando atingir uma eficiência global dos sistemas de produção, a implantação do Modelo Japonês de Produção Industrial (MJPI) à produção exige um trabalhador “polivalente”, capaz de atuar nas células de produção, do que decorre a avaliação das qualificações portadas por esse trabalhador, donde ir-se-ão gerar vários estudos no âmbito da educação, como instrumento de preparação técnica a esse trabalhador.

No plano da educação nacional, uma grande contribuição têm sido os estudos realizados por Kuenzer ao suscitar a questão das mudanças nas competências dos trabalhadores desencadeadas pelas alterações no modo de produção;

Para a autora, esta nova realidade traz a necessidade de uma nova compreensão das relações entre educação e trabalho, *na perspectiva dos processos de formação humana, que são absorvidas diferentemente pelos Estados Nacionais, através das políticas públicas, pois no caso do Brasil, elas incorporam as desigualdades como naturais e articulam-se organicamente à lógica do mercado no processo de acumulação flexível, reforçando a exclusão.* (Kuenzer, 2000, 133).

Segundo a autora, no modo taylorista/fordista, face a dualidade estrutural, exigia-se do trabalhador poucos anos de escolaridade, posto que o trabalhador era considerado qualificado quando executava tarefas com habilidade, geralmente adquirida pela combinação entre treinamento e experiência, que se dava durante a execução das atividades laborais. Por tratar-se de processos técnicos transparentes, rígidos e estáveis, bastavam habilidades psicofísicas, memorizações e repetição de procedimentos para definir a capacidade para executar as tarefas, cujas variações eram pouco significativas ao longo do tempo.

Contudo, ressalta a autora, dos trabalhadores que exerciam postos de trabalho de direção política e técnica, pesquisa e desenvolvimento, já se exigiam outras relações com o trabalho, em que deveria estar presente um domínio do conhecimento científico, das habilidades cognitivas, cuja formação escolar era mais prolongada.

Por outro lado, ao considerar as mudanças no mundo do trabalho, pautado por outras formas tanto de execução como gestão do trabalho, Kuenzer aduz que:

com a progressiva perda de conteúdo do trabalho, que vai se tornando cada vez mais abstrato pela crescente incorporação de ciência e tecnologia ao processo produtivo para atender aos objetivos da acumulação, estas habilidades cognitivas, até então restritas a um número reduzido de funções, passam a ser requeridas para o conjunto dos postos transformados pela reestruturação produtiva. (KUENZER 2000 :133)

Com isso, decorre a instauração de *novos paradigmas*, que correspondem a uma

nova cultura, marcada pela presença de novas tecnologias que permanentemente se transformam, e ao fazê-lo, também transformam todas as dimensões da vida social e produtiva, embora com impactos diferenciados, particularmente em um país como o Brasil, onde as desigualdades são muito acentuadas.(KUENZER: 2000:133)

Se no interior das relações de produção o que se verifica é um contexto de crise estrutural de forma a exigir um “novo trabalhador”, como forma de reagir a essa crise e, portanto, ampliar os níveis de lucro esperado, a contrapartida político-ideológica da globalização é o que Montañó (2003, 25) chama de *nova estratégia hegemônica, hoje conhecida como projeto neoliberal*, que se verifica em dois aspectos: uma forte ofensiva contra o trabalho e uma centralização ainda maior do capital.

Defendendo um Estado apenas regulador “mínimo” e a hegemonia do mercado, o neoliberalismo reproduz, de forma modificada, os ideais de Adam Smith, do liberalismo do século XVIII, que pregava a derrubada de restrições mercantilistas à formação de um mercado global capitalista.

MONTANO (2003:25) alerta que essa estratégia se desdobra em três frentes articuladas: “*o combate ao trabalho (às leis e políticas trabalhistas e às lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas “reestruturação produtiva” e “reforma do Estado”.*

Para o autor, a ofensiva contra o trabalho é verificada pela necessidade de se aumentar a extração de mais-valia gerada pela intensificação do trabalho pelo trabalhador e da diminuição dos custos de produção traduzidos na redução/eliminação de gastos atrelados ao salário. Isso implica, segundo ele,

*na flexibilização (precarização) dos contratos de trabalho, o esvaziamento ou atenuação da legislação trabalhista, a retirada dos direitos sociais e até políticos, do horizonte da cidadania e dos trabalhadores, a subcontratação/terceirização das relações de trabalho, criando formas de exploração de mais-valia absoluta combinadas com a mais-valia relativa, a **redução do poder sindical**, subsumindo o sindicato à empresa, a **automação** que, combinada com o aumento do desemprego estrutural, leva a uma constante redução salarial, e **precarização** das condições de trabalho e emprego.*(Montano:2003:26)

E veementemente conclui:

“O projeto neoliberal constitui uma radical ofensiva contra as conquistas históricas dos trabalhadores”.(idem)

Atrelado ao projeto neoliberal está a chamada “reforma do Estado” que se traduz na derrocada do Estado do tipo “Welfare State” – providência, para a formação do “estado mínimo”, cujos objetivos são a desregulamentação e liberação máxima da acumulação do capital, cuja lógica está sustentada no mercado e, portanto, na “lógica da concorrência”. (Montano, 2003, 29)

Para viabilizar o alastramento pelo mundo da hegemonia neoliberal, principalmente nos países periféricos, realizou-se, em novembro de 1989, uma reunião entre os organismos de financiamento internacional de Bretton Woods (FMI, BID, Banco Mundial), funcionários do governo americano e economistas latino-americanos, com a finalidade de avaliar as reformas econômicas da América Latina, o que ficou conhecido como “*Consenso de Washington*”. (Montano, 2003, 29)

Ainda, como iniciativa de reafirmar os objetivos delineados no Consenso de Washington, em janeiro de 1993, novamente reuniram-se especialistas, dentre os quais Bresser Pereira, representando o Brasil, para discutir um plano de ajuste, no qual tratou-

se das condições mais favoráveis e regras de ação para obter apoio político necessário para levar a cabo ao programa de estabilização e reforma econômica. Dessa reunião dispôs-se que o plano de ajuste constaria de três fases: a primeira dirigida à estabilização macroeconômica, o que se traduz em perseguir o superávit fiscal, reduzir o déficit da balança comercial e reestruturar o sistema previdenciário; a segunda diz respeito às reformas estruturais, tem por objetivo a liberalização financeira e comercial, a desregulamentação dos mercados e a privatização das empresas estatais; a terceira definida como retomada dos investimentos e do crescimento econômico. (idem)

No entanto, embora todos esses movimentos estivessem ocorrendo em âmbito mundial, como resultado das mudanças geradas pela reestruturação produtiva e da globalização, na América Latina e mais especificamente no Brasil, o processo de implantação e desenvolvimento do capitalismo se verificou de forma diferente.

CUEVA (1983:81) já sinaliza para isso ao caracterizar esse processo como um *capitalismo oligárquico-dependente*, fundado no latifúndio tradicional e num esquema colonial de exportação de matérias-primas e importação de produtos industrializados, em que *mesmo modificadas as estruturas econômicas, não tenha sido atingida e alterada plenamente a superestrutura, mantendo-se no processo capitalista latino-americano, elementos ideológicos, culturais e até relações sociais e produtivas próprias dos sistemas latifundiário, servil e escravocrata*.

Por outro lado, o que Montano afirma como “capitalismo dependente” diz respeito a uma não constituição propriamente dita de um “capitalismo industrial”, mas *subordinado à fase imperialista, numa nova forma de colonialismo: a dependência tecnológica e financeira, inicialmente constituído como um sistema “desindustrializado”, de extração/exportação de matérias-primas e importação/consumo de produtos industrializados nos países centrais*. (Montano, 2003:32)

O que Montano quer ressaltar é que a possibilidade de constituição de um “capitalismo industrial”, na América Latina, dá-se a partir de uma “troca de favores” em que *no Brasil há não só uma conciliação (da burguesia/oligarquia nacional) com a estrutura produtiva colonial, mas também uma conciliação onde a burguesia brasileira cede seu poder econômico para manter o poder político*. Com efeito, aduz: *o bonapartismo colonial será o articulador de uma política de Estado manipuladora e alijadora das massas populares; será, enfim, a encarnação e a gênese da autocracia burguesa no Brasil*. (idem)

Assim, é a partir dessas premissas que serão estabelecidas alianças entre o Estado, o capital nacional e frações da classe trabalhadora. Esta, como detentora da força de trabalho necessária à produção e consumidora; esse, como mentor da entrada da industrialização no país e aquele, como articulador “in tese” de ambos os interesses, o que na verdade, traduz-se no articulador dos interesses da classe dominante.

É, portanto, da ampliação de emprego e elevação do salário real com vistas a aumentar o consumo que ir-se-á constituir a industrialização no Brasil, todavia, resultado de um processo construído em bases não tão democráticas. Nesse sentido, procedente o dizer de CUEVA (1983):

tal elevação não se realiza espontaneamente, pela generosidade da burguesia industrial, mas através de enfrentamentos contínuos entre esta e o proletariado (...) A bonança conjuntural da economia em geral cria suficiente espaço de negociação como para que o Estado possa confirmar esse papel. Fortalecido pela parte do excedente que captou, pode até realizar alguns gastos ‘sociais’, com o que ratifica sua condição de Welfare State.(p 190)

É na conjuntura desses fatos que surge segundo Montano *tardia e inacabadamente, uma espécie de ‘Estado social intervencionista*, como forma de colocar “panos quentes” na crise que se estabelecia evidenciada pelos conflitos sociais de classes.

Não obstante isso, é mister ressaltar que as conquistas adquiridas pelo trabalhador são notáveis no que diz respeito a alguns direitos de cidadania. Todavia, é preciso levar em conta que apenas ocorreram por concessão da classe burguesa a que momentaneamente interessava mitigar os conflitos de classe.

Todavia, é necessário considerar que o Brasil, no século XX, passou por profundas modificações, tanto em níveis econômicos, quanto em níveis políticos, culturais e formais, do que resultou a formação um Estado que, embora voltado para as questões sociais, não se reafirmou enquanto Estado do Bem Estar Social - Providência propriamente dito.

Novamente é em Montano (2003, 34) que vamos buscar fundamentação para essas transformações e o que delas decorreram.

Se no período varguista, sob o fundamento de um populismo exacerbado com vistas à manutenção do poder, os trabalhadores adquiriram uma série de direitos tanto sociais quanto trabalhistas (salário mínimo, férias remuneradas, aviso prévio, proteção a maternidade, etc), ratificando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, o que se verificou no período posterior foi uma completa lacuna nesse sentido.

Somente no pós-64 é que novamente são retomadas as iniciativas de se desenvolver políticas voltadas para os interesses de massa em que são instituídos novos mecanismos de formação de um patrimônio para os trabalhadores (FGTS, PIS/PASEP, etc).

Entretanto, com a crise do sistema ditatorial, resultado de um complexo quadro de transformações em níveis econômicos, sociais e políticos é que se dá o advento do então chamado governo da *Nova República*, sustentado pelo movimento da redemocratização nacional, no qual uniram-se tanto partidos de direita, quanto de esquerda, além de representantes da classe trabalhadora (sindicatos, movimentos sociais) na defesa da democracia.

Para tanto, estabeleceu-se um novo “*pacto social*” consubstanciado na Constituição Federal de 1988, donde se esperava a conformação de um Estado voltado para o atendimento das mazelas sociais.

Para Netto:

a Constituição de 1988 consagrou este profundo avanço social, resultado das lutas conduzidas, por duas décadas, pelos setores democráticos: sem ferir a ordem burguesa [...], ela assentou os fundamentos a partir dos quais a dinâmica capitalista poderia ser direcionada de modo a reduzir, a níveis toleráveis, o que os próprios segmentos das classes dominantes então denominavam ‘dívida social. (1999:79):

Tendo em vista que o Estado é o representante institucionalizado dos interesses da classe dominante, ou seja, é o principal aparelho reprodutor do sistema, e que este se materializa no interior da sociedade por meio das normas jurídicas, é de se levar em conta o grande avanço no plano jurídico-formal que representou a Constituição Federal de 1988, posto que é uma lei voltada amplamente às questões sociais, com expressão própria do pacto keynesiano.

Entretanto, se no plano jurídico-formal estava materializado a possibilidade de um Estado do Bem Estar Social, na prática a realidade era bem diferente. Isso se deve ao fato de que essa conquista legal não estava adequada ao contexto econômico global, cujo projeto neoliberal sustenta-se na redução paulatina do Estado, o que representa um total descompasso entre a realidade brasileira e o contexto global.

Nesse sentido, reafirma Montano:

A corrente neoliberal, consolidada nos países capitalistas centrais na década de 80 com ampla hegemonia internacional, após os triunfos eleitorais de Thatcher e Reagan, e reafirmada na década de 90 com a “queda do Muro”, sob uma forma mais “adocicada”, centra-se no feroz ataque aos elementos de conquista sociais e

trabalhistas que continha o chamado “pacto keynesiano”, no Estado do Bem-Estar Social.(2003:35)

Veja-se que é nesse meandro de relações, cujo controle remonta aos grandes financiadores do globo, que materialmente se estabelece uma realidade: a impossibilidade de articulação da classe trabalhadora, tanto no pleiteamento de seus direitos junto aos superiores diretos (na fábrica) quanto em relação ao Estado, o qual cada vez mais vem respondendo em parceria com o setor privado.

A essa *impossibilidade*, materialmente disposta, o capital aponta outras *possibilidades* como forma de responder às lacunas sociais. Disso resulta a origem da apologia do “terceiro setor” como um ente personificado, tido como a grande panacéia, constituído pela sociedade civil organizada que responderá às mazelas sociais, cuja obrigação precípua teria de advir do Estado.

Em suma, uma das resultantes do movimento de acumulação do capital é a derrocada do estado do tipo “Welfare State” para a formação do “estado mínimo”, pela via do mecanismo de desestatização. O processo de desestatização caracteriza-se pela transferência das funções consideradas tipicamente estatais, haja vista seu caráter qualitativamente público, para a sociedade civil, que as assume na qualidade de “delegados”, sob o manto de um discurso ideológico de participação política.

Tal processo fez surgir o fenômeno do “Terceiro Setor”, que se caracteriza pelo fato de que uma parcela da sociedade passa a ocupar-se, por meio de delegação estatal, do desempenho de atividades tipicamente públicas, de que o Estado vem paulatinamente se desobrigando. Neste quadro, vê-se constituírem-se, assim, novos organismos sociais – as organizações não governamentais ou ONGs- que passaram a se preocupar com tais serviços ou bens de interesse público, os quais vêm por se tornar progressivamente mais escassos enquanto oferta estatal.

Estes organismos, em dado momento, viram-se de tal forma enraizados na sociedade que passaram a reivindicar sua institucionalização, como condição para mais dinâmica e livremente perseguirem seus objetivos. A legitimação institucional desses organismos deu-se na forma de regulamentação das chamadas OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ou seja, ong’s constituídas legalmente. Esclareça-se, pois, que toda OSCIP é uma ONG, porém nem toda ONG é uma OSCIP, haja vista a necessidade imperativa de autorização legal.

É nessa categoria que se inscreve o Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania – IIDAC. Trata-se de um organismo não-governamental, transformado em OSCIP pela Lei 9.790/99, por meio de registro no Ministério da Justiça, cujo objetivo, proclamado, é a promoção do Desenvolvimento Humano Sustentado por meio do desenvolvimento do protagonismo juvenil para a cidadania.

Entremeio, é preciso explicitar a forma como se deu esse espaço de constituição de tais organizações e sua vinculação ao chamado “Terceiro Setor”. Tal explicação é necessária na medida em que no Brasil, isso se deu de forma diversa dos demais países centrais. Conforme alerta Montano,

enquanto a década de 80 é marcada por um “pacto social” entre os diversos setores democráticos, pressionados por amplos movimentos sociais e classistas (que levou à Constituição de 88), os anos 90 representam o contexto do desenvolvimento mais explícito da hegemonia neoliberal, onde até setores da esquerda resignada e possibilista sucumbem aos “encantos” ou às pressões do Consenso de Washington.(2003:36)

Registre-se que havia um descompasso entre o propósito de se efetivar um Estado do Bem-Estar Social – editado pela Constituição Federal e a realidade mundial, cuja inserção brasileira não fugiu às tendências neoliberalizantes.

Nesse sentido, registra Montano, *a burguesia nacional começa a tomar consciência das controvérsias primeiramente no chamado “pacto populista” e depois do conteúdo impresso na Constituição de 88.*

Para o mesmo autor, *inicia-se, lenta e gradualmente, o processo de reestruturação (ajuste) capitalista no Brasil. Começa a amadurecer a idéia de reformar o Estado, eliminando os aspectos “trabalhistas” e “sociais” já vindos do período varguista nos anos 30-60 (de desenvolvimento “industrial” e de constituição do “Estado social”, e, particularmente, esvaziando as conquistas sociais contidas na Constituição de 88.(idem) A efetivação desse tipo de Estado emanado na Constituição ia de encontro aos ditames neoliberais, posto que, segundo Netto, para estes segmentos dominantes, levar à prática o pacto social plasmado na Constituição de 1988 equivalia, no plano econômico, à redução das taxas de exploração e, no plano político, à construção de mecanismos democráticos de controle social” (Netto, 1999, 78).*

É a partir dessa concepção que o então Ministro do Governo FHC, Bresser Pereira faz alusão a um possível *retrocesso burocrático representado pela Constituição*

de 1988 (1998). Tal concepção está fundada na idéia de que, para Bresser Pereira, o Brasil contou com três formas de administração estatal, quais sejam: primeiramente uma “administração patrimonialista”, em que predomina, por meio do Estado, o interesse privado do governante e não o interesse público; uma “administração burocrática”, baseada num “serviço civil profissional” e no universalismo de procedimentos, expresso em normas rígidas”; uma “administração desenvolvimentista”- nos anos 60 e 70 que visava sucumbir com a forma burocrática; e a “administração gerencial” proposta por ele.

É clara a posição defendida pelo Ministro ao retratar: *“justamente em um momento em que o país necessitava urgentemente reformar a sua administração pública, de forma a torná-la mais eficiente e de melhor qualidade, aproximando-a do mercado privado de trabalho, o inverso foi realizado e ela revelou-se irrealista”*.(p.192)

Daí a necessidade de uma “administração gerencial”, que no entendimento do seu autor *“visa assegurar o caráter democrático da administração pública, por meio da implantação de um serviço público orientado para o cidadão-usuário (que não paga pelo serviço) ou cidadão-cliente (que sim paga por ele)”* (Bresser Pereira, 1998, 111).

Note-se que a reforma do Estado se faz necessária, naquele contexto, com a justificativa de que tal administração é burocrática, ineficiente e corrupta, refletindo-se um argumento incrivelmente ideológico.

Neste sentido, denuncia Montano: *“Está claro que a reforma não se orienta, como sugere seu mentor, para o desenvolvimento da democracia e cidadania e para o melhor atendimento à população, mas, na verdade, surge do “dever de casa” que foi determinado no encontro que derivou no chamado “Consenso de Washington” e nas subsequentes missões do FMI”*.(idem)

Ressalte-se que as políticas neoliberais começaram a ser implementadas no Brasil, já na década de 80, em que se promoveu um ajuste estrutural macroeconômico, por meio de medidas de ajuste fiscal, de liberalização de mercado, bem como as primeiras privatizações.

A fim de dar continuidade ao processo, já nos ditames do Consenso de Washington é que nos anos 90 iniciou-se um processo de *reforma administrativa do Estado* (visando acabar com a estabilidade funcional dos servidores públicos, bem como extinguir o regime jurídico único), *a reconstituição da poupança pública*, *a reforma da Previdência Social* e *a reforma política*.

Nesse contexto é implantada, pelo então Ministro Bresser Pereira, a “reforma gerencial” do Estado.

A “reforma gerencial” defendida por Bresser Pereira, orientou-se para a reestruturação do Estado Brasileiro em três frentes: uma *institucional-legal*, cuja finalidade é a criação de instituições normativas e organizacionais, como agências executivas e organizações sociais, que constituem unidades de descentralização de gestão; uma *cultural*, visando alterar os valores burocráticos para os gerenciais e por fim uma frente *dimensão-gestão*, no sentido de pôr em prática as novas idéias gerenciais, oferecendo à população um serviço público de melhor qualidade, cujo fundamento está em se prestar o melhor por um custo menor para o cidadão-cliente (Bresser Pereira, 1998, 240).

Entretanto, a justificativa defendida publicamente por Bresser Pereira, numa tentativa forçada de se colocar em oposição à proposta neoliberal iniciada em 80, tida como “*reforma neoliberal*”, plasmada por uma direita conservadora e ultraliberal e a centro direita, cujos objetivos centraram-se em reformas *orientadas para o mercado* (liberalização comercial, privatização, des-regulação) instituindo-se um ajuste estrutural macroeconômico, é a composição de uma chamada “aliança social – liberal”, constituída entre a centro - direita e a centro - esquerda “social–democrática”, para o fim de *tornar-se um Estado mais competente, mais dotado de governança ... um Estado menor mas melhor.*(idem, 39)

E, para atingir essa tal *governança*, Bresser Pereira propõe a “*transformação dos serviços não exclusivos do Estado em propriedade pública não-estatal e sua declaração como organização social*”(1998,246), o que chamou de processo de *publicização*.

Registre-se que a tal *publicização* nada mais é do que o processo de desestatização revestido em discurso de um promissor “Estado mais eficiente”.

Nesse sentido, registra Montano:

Sob o pretexto de chamar à sociedade à participação em torno do “controle social” e da “gestão de serviços sociais e científicos”, desenvolvendo a democracia e cidadania, a dita “publicização” é, na verdade, a denominação ideológica dada à transferência de questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado “terceiro setor” (conjunto de “entidades públicas não estatais” mas regido pelo direito civil privado) e ao repasse de recursos públicos para o âmbito privado. Isto é uma verdadeira privatização de serviços sociais e de parte dos fundos públicos. Esta estratégia de publicização, orienta-se numa perspectiva, na verdade, desuniversalizante, contributivista e não constitutiva de direito das políticas sociais.(2003:45)

Mas de que forma esse projeto de *publicização* foi implementado no contexto nacional? A partir de três princípios norteadores: a *descentralização*, a *organização social* e as chamadas *parcerias*.

A *descentralização*, tendo por fundamento o princípio da subsidiariedade, trata-se da transferência de responsabilidade e gestão na tomada de decisões do âmbito global para âmbito regional e/ou local.

As *organizações sociais* seriam uma espécie de instituição central para o desempenho das atividades sociais e científicas definidas como “entidades públicas não-estatais”, as quais teriam a finalidade de ou instituir o “controle social” e/ou prestarem-se à produção de bens ou serviços sociais e científicos (Bresser Pereira, 237), estabelecendo uma relação de *parceria* com o Estado – é o chamado Terceiro Setor.

A *parceria* é o instrumento – já institucionalizado pela Lei 9.790/99 – para viabilizar a condução dos projetos executados pelas *organizações sociais*, as quais, inclusive, podem resultar na transferência de recursos públicos, o que também implica no processo de afastamento do Estado às respostas às questões sociais.

Contudo, verifica-se que não se trata de “acaso histórico” o desenvolvimento de instituições - aclamadas como Terceiro Setor – mas “processo histórico” fruto das “adequações” do grande capital.

CAPÍTULO III

A IDEOLOGIA CAPITALISTA: FUNDAMENTOS DO IDEÁRIO DO IIDAC

1. O espaço da sociedade civil.

No que se refere ao objeto de estudo em análise, primeiramente é preciso atribuir uma crítica à sua significação social, como entidade representativa do então chamado “Terceiro Setor”, posto que, mesmo que ideologicamente, trata-se do seu âmbito de atuação.

Tal crítica deve ser dirigida sob dois pontos de vistas: em primeiro lugar, trata-se de desmistificar a terminologia casuística atribuída a este setor, e em segundo lugar, é preciso delatar a contradição existente no discurso proferido por essas entidades, dentre os quais, o da defesa da cidadania, bem como revelar a sua funcionalidade com o atual processo de acumulação do capital, principalmente no que se refere à reforma do Estado.

Do ponto de vista terminológico, a expressão “Terceiro Setor” encontra guarida numa mistificação de possíveis “setores” existentes na sociedade. Daí resulta que o primeiro setor seria o Estado; o segundo setor, o mercado; e o terceiro setor o espaço da sociedade civil organizada – privada, mas para atuar em âmbito público.

A importância de trazer a lume a crítica sobre o aspecto terminológico, diz respeito ao desvendamento da ideologia que a mesma quer afirmar, como expressão da hegemonia burguesa.

Conforme demonstra LANDIM (1999, 63), *“o terceiro setor não é um termo neutro”, ele tem nacionalidade clara. É de procedência norte-americana, contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal*”.

Além disso, ao se afastar a noção da sociedade na perspectiva de sua totalidade, é possível afastar a compreensão do caráter histórico de suas contradições, cujo cerne está no embate capital – trabalho que se expressa como luta de classes, o que evidencia uma intencionalidade de manutenção da ordem.

Ou seja, *“o termo é construído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (“primeiro setor”), o mercado (“segundo setor”) e a “sociedade civil”(“terceiro setor”).Constituindo um recorte (...) claramente neopositivista,*

estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade social. Situando o “político” à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” apenas à sociedade civil, num conceito reducionista. (Montano, 2003,53)

Essa personificação em setores traduz-se na transposição de um importante instrumento: um discurso que, na perspectiva de uma crítica isolada, coloca um setor em detrimento do outro, o que sugere um excelente mecanismo de ideologia burguesa.

Não apenas a expressão “terceiro setor” está eivada de problemas, bem como a sua conceituação, que não encontra consenso sequer entre os autores que dela se utilizam.

De fato, o que se apresenta é que o termo “terceiro setor” revela um mínimo de consenso sobre sua origem, composição ou suas características. Há claramente um dissenso que expressa um conceito ideológico, não imanente da realidade social, mas que tem como ponto de partida elementos formais e uma apreensão da realidade apenas no nível aparential. Com efeito, acaba-se por ter diversos conceitos diferentes, uma vez que não se utiliza a realidade concreta como referência.

Por óbvio, a conceituação de um objeto não é tarefa fácil para qualquer estudioso, mas o que irá diferenciar entre uns e outros são os instrumentos de análise para se chegar a essa conceituação. É exatamente aí que reside o problema da conceituação do chamado “Terceiro Setor”, posto que, para os seus defensores, a perspectiva de análise parte de aspectos fenomênicos, superficiais, tornando-o mistificado, ideologizado.

Segundo Montano, esta conceituação traz em seu bojo, algumas debilidades, que se podem traduzir nas seguintes questões: primeiro, trata-se de “terceiro ou primeiro setor” e em que período se originou o chamado “terceiro setor”?; segundo, quais as entidades que o compõem?; terceiro, é um conceito que antes confunde do que esclarece; quarto, tem de fato um caráter “não-governamental”, “autogovernado” e “não-lucrativo”? (MONTANO: 2003:54)

A terminologia encontra respaldo numa suposta lacuna gerada pela dicotomia entre o *público* e o *privado*, como uma espécie de articulação entre ambos os setores: o “*público, porém privado*” ou o “*público não estatal*”. Nesse sentido, ao Estado caberia

a dimensão do público e ao mercado a dimensão do privado. Para Montano trata-se de uma *concepção claramente de inspiração liberal*. (idem, 54)

Além disso, a partir dessa concepção, o “terceiro setor” corresponde ao espaço identificado com a sociedade civil, esta que – organizada – atua em âmbito público, porém constitui-se no espaço privado. É justamente aí, que padece de equívoco tal terminologia, partindo-se de uma análise marxiana da história, compreendida enquanto totalidade.

A indefinição acerca do que consiste, precisamente, esse “universo” denominado Terceiro Setor abre um amplo leque de possibilidades de atuação, que contempla desde o voluntariado individual, até instituições formalizadas.

Outro aspecto que merece relevo diz respeito ao esvaziamento de qualquer conteúdo de classe na constituição do chamado “Terceiro Setor”, do qual decorre um conjunto de indefinições. Por um lado, verifica-se uma tendência de se identificar o “Terceiro Setor” com a “sociedade civil organizada”, o que permite colocar na mesma categoria diferentes agentes sociais e instituições com interesses de classe opostos (note-se, a título de exemplo, que essa indefinição gera dúvidas e dissensos no que concerne à inclusão, no terceiro setor, de certas entidades civis, como é o caso dos movimentos sociais, como o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, dos sindicatos, das seitas, etc.).

Produz-se, com este recurso, a falsa idéia de que o Terceiro Setor constitui uma totalidade politicamente homogênea, cujos sujeitos e instituições estão irmanados na mesma luta, voltados para interesses comuns e fraternos.

Deste modo, a ausência de critérios consistentes e claros para definir o terceiro setor, vale dizer, as instituições que dele fazem parte, enseja representação ilegítima e oportunista dos interesses da classe trabalhadora, concorrendo para confundir os sujeitos dessa classe através de um mecanismo de identificação de instituições e movimentos que se configuram como concretamente opostos, mas que se apresentam como se movidos por interesses fraternos.

Quanto ao IIDAC, isso é evidente, levando-se em conta as inúmeras outras entidades (*CNBB, Rotary Club, Ong's, Ecoclubes, Secretarias Estaduais, Prefeituras, MST, etc*), as quais o Instituto se reconhece como parceiro. Esta parceria é estabelecida

em caráter superficial, na medida em que não resultam em um compromisso de caráter institucional e político para com tais entidades.

Por conta disso, denota-se uma completa falta de critério de posicionamento desse Instituto no que diz respeito às questões sociais e políticas, do que resulta um discurso por demais demagógico, no simples dizer: “estou com todos e com ninguém ao mesmo tempo”.

Ou seja, por meio do IIDAC, constata-se uma vinculação de entidades das mais variadas naturezas, muitas vezes sem qualquer correspondência de ordem institucional e política.

Outra debilidade a ser levantada, diz respeito à auto-intitulação das entidades do terceiro setor como de caráter *não-governamental, autogovernado e não-lucrativo*. Essa auto-intitulação apresenta-se ideológica na medida em que não revela as relações subjacentes que perpassam a constituição ou o exercício da atividade associativa.

Não obstante sua denominação *organizações sem fins lucrativos*, é possível acontecer que entidades que compõem o “terceiro setor” acabem por gerar receita lucrativa.

Primeiro, é preciso explicitar que as entidades do “terceiro setor”, na maioria das vezes, não geram receitas suficientes para a composição de fundos necessários ao pleno desenvolvimento de suas atividades, donde decorre a forma como as mesmas quitam suas despesas e se mantêm: por meio da captação de recursos (*fundraising*). A captação de recursos é fundamental para a manutenção da própria existência da entidade, e derivam, geralmente, de entidades externas ao “terceiro setor”, como por exemplo, grandes corporações interessadas em fazer “marketing social”.

A questão que se impõe criticar, não diz respeito à necessidade de captação de recursos para a entidade se autogerir e desenvolver suas atividades, mas a forma como a questão tem sido contextualizada desde o final da década de 80. A partir dos anos 80, a captação de recursos dessas entidades, no Brasil, passou a ser prioridade dos órgãos internacionais. E isso não se deu por mero acaso.

Um dos perigos da necessidade de captação de recursos diz respeito à vinculação que é criada com a entidade do “terceiro setor” e a entidade/doadora que repassou o recurso. Por óbvio, não se trata de “solidariedade”. Essa captação de recursos pode levar a uma perda de identidade e uma descaracterização da “missão” da organização.

Petras já alertava para isso, ao afirmar:

Um dos efeitos do fluxo de recursos internacionais foi a perda frequente de várias características das ONGs latino-americanas (com seu caráter participativo, agilidade burocrática, etc)...o outro efeito foi a proliferação de ONGs, que passaram a ser criadas com o único propósito de absorver parte do fluxo de dinheiro internacional devido à persistente escassez na oferta de empregos em outros setores.(PETRAS: 1999:79)

Essa perda de identidade ocorre na medida em que os recursos repassados pelo então doador, são condicionantes para o desenvolvimento da missão organizacional, tanto do ponto de vista econômico, quanto do político e moral. Desvirtua-se a filosofia, valores, princípios, objetivos da organização e de seu público-alvo para os interesses e exigências do seu financiador.

Ocorre uma verdadeira adaptação da organização aos ditames de seu mantenedor.

E, nesse sentido, é bastante compreensível o porquê das grandes agências internacionais estarem vinculadas a entidades do “terceiro setor”, posto que estas se tornam instrumentos, verdadeiros mecanismos de divulgação ideológica dos interesses do grande capital.

Tanto isso se verifica que a “monta” de dinheiro movimentada por esse setor, já o situa em posição de destaque nas economias nacional e internacional.

A título de exemplo:

Em abril de 1997, o Banco Mundial desembolsou, mediante a gestão estatal, 150 milhões de dólares dirigidos a ONGs no Brasil. Diretamente para as organizações do “terceiro setor”, o mesmo banco destinou 19 milhões de dólares para programas de DST/Aids (cf. Bailey, *in* Abong, 2000, 97).

Por outro lado, é preciso lembrar que nem sempre os recursos destinados às entidades do “terceiro setor”, provêm do setor privado, podendo advir do Estado, evidenciando-se aí, a implantação do projeto de reforma estatal.

Esse mecanismo de repasse de recursos, por meio do Estado, é o que se chama de *parceria* (Lei das Oscips), ou seja, o mecanismo de se firmar acordos de cooperação entre o Estado e uma entidade privada, com recursos públicos.

Por conta disso, questiona-se: qual é o caráter não-governamental de tal entidade?

Por óbvio, se o investimento é estatal, há uma ingerência política, tanto na escolha seletiva da entidade, bem como no desenvolvimento de suas atividades, objeto da *parceria*, o que afasta, de pronto, o seu caráter de auto-governada.

Entretanto, o mais estarrecedor é o fato de que nem sempre os recursos destinados para as entidades do “terceiro setor” provêm da entidade que se auto-intitula mantenedora. Essa conta pode ser repassada para toda a coletividade. De que forma?

O artigo publicado em 28 de Julho de 2004, Revista Carta Capital, intitulado “A ONU VERDE-AMARELA. As agências das Nações Unidas operam com dinheiro do Brasil e cobram para administrar estes recursos”, reza:

Segundo a Agência Brasileira de Cooperação, órgão do Ministério das Relações Exteriores que centraliza as informações sobre a ação dos organismos das Nações Unidas no País, 92% dos recursos para os 318 projetos gerenciados pela ONU provêm dos cofres públicos brasileiros e de empréstimos levantados pelo Brasil com instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD). O restante – 8% é levantado pelas agências da ONU.

Boa parte desses recursos é utilizada na contratação de consultores, que já foram cerca de 10 mil e hoje beiram os 3,2 mil. Nos últimos dez anos, época em que o Estado brasileiro se empenhou em enxugar a sua máquina, muito dos consultores da equipe de base da ONU no Brasil ocuparam as funções de funcionários públicos, em geral com fartos salários. (p.22)

...

Para gerir os recursos brasileiros, as agências da ONU cobram taxa de administração de, em média 3%. Este ano, por exemplo, a cobrança da taxa pode gerar US\$ 7,8 milhões para custear a presença da ONU no Brasil.(p.23)

...

Lembrete: a presença dos organismos da ONU na região – e o uso do dinheiro dos governos – disparou nos últimos dez anos, exatamente o período em que a América Latina embarcou na aventura neoliberal. .(p.23)

...

A prática de administrar fundos de governos nacionais é prevista nos estatutos da ONU sob a rubrica *cost-sharing*, ou divisão de custos. Até recentemente, o Brasil era o recordista, mesmo dentre os países da América Latina, em fornecer recursos para programas administrados, pelas agências da ONU.(p.23-24)

Em entrevista à pesquisadora, ao ser questionado a respeito dos recursos de manutenção do Instituto, o diretor executivo do IIDAC respondeu: “*nós temos um fundo das Nações Unidas*”.

É possível, a partir disso, concluir que a sociedade brasileira custeia o IIDAC?

Outro aspecto que gera dúvida no interior do debate é o discurso da “não-lucratividade” das entidades que compõem o “terceiro setor”. Isso também se revela ideológico, na medida em que não existe a “não-lucratividade” mas a “lucratividade”, mesmo que indireta. Como forma de melhor explicitar essa finalidade lucrativa mediata

é possível conceber, hipoteticamente, a constituição de uma fundação privada como forma de produzir um “marketing social” atrelado à atividade empresarial. Dessa forma, a “ação voltada para o social” como instrumento de marketing, acaba por majorar o consumo por um determinado produto, donde resulta o lucro.

Entretanto, o debate a respeito do “terceiro setor” não deve ficar restrito à sua terminologia e caracterização, mas ampliar-se para a explicitação de seus sustentáculos teóricos, suas promessas à sociedade, bem como o seu desvendamento.

A discussão em torno disso, no apontado por Montañó, concentra-se por duas principais correntes teóricas: uma de *tendência regressiva* e outra de *suposta intenção progressista*. A coexistência destas duas tendências não afasta o que ambas têm em comum: a defesa da diminuição do Estado, embora determinadas por percursos diferentes.

Em ambas as tendências há o entendimento de que o Estado do Bem-Estar Social constitui-se em um limite da liberdade, e à medida em que se desenvolvesse a sua diminuição, disso decorreria um livre associativismo.

A primeira corrente, cujos maiores defensores constituem-se na socióloga Ruth Cardoso, o prêmio Nobel Jeremy Rifkin, Rubem Cesar Fernandes e Luis Carlos Bresser Pereira, de tendência conservadora, deposita no mercado o poder regulador das relações sociais. Os teóricos dessa corrente vão buscar inspiração em Tocqueville e Hayek, os quais remetem à redução do Estado. Para estes autores, o Estado é gestado a partir de um descompromisso dos indivíduos com a coisa pública, diante de uma preocupação dos indivíduos para com as atividades lucrativas e de caráter individualista, caracterizando-se em um Estado de modelo autoritário, que leva à radicalização, à servidão, portanto a desvios democráticos ameaçadores da liberdade, no dizer de Hayek (Caminho de Servidão).

Também usado como referência por esses teóricos, Tocqueville propõe a formação de associações da sociedade civil, atribuídas de liberdade política. Estas associações eliminariam a possibilidade de revoluções, e fortaleceriam a auto-ajuda e a assistência particular ou privada. Já, Hayek, por sua vez, ao considerar como valor supremo da sociedade a liberdade e o espaço de seu *florescimento* – o *mercado concorrencial*, coloca-se contra o planejamento estatal, por associá-lo ao comunismo e ao nazismo, aos Estados totalitários, em última análise contra a intervenção do Estado

na chamada "questão social". Este autor, considera ainda, que a justiça social, a igualdade de oportunidades e a seguridade social constituem-se impedimentos ao pleno desenvolvimento da liberdade, preconizando a liberdade de mercado, donde resulta sua identificação como o pai do neoliberalismo. Para preservar e dinamizar o livre jogo no mercado, Hayek aceita e advoga as desigualdades sociais, considerando-as naturais e necessárias, verdadeiramente mobilizadoras do desenvolvimento econômico com liberdade.

Dessa forma, as igrejas, as instituições sociais, as ONGs e demais instituições ficam encarregadas de desenvolver, de forma focalizada, descentralizada, políticas sociais que visem à justiça social ou à redistribuição da renda, enquanto ao Estado é dado o dever de cumprir duas únicas funções: prover uma estrutura para o mercado e prover serviços que o mercado não pode fornecer.

O projeto de Hayek surge como alternativa contraposta ao keynesianismo, ao Estado de Bem-Estar Social.

Concluindo a tese defendida por essa corrente, Montañó (2003) aduz:

Os autores do “terceiro setor” mais engajados com o projeto neoliberal têm, nos postulados keynesianos, sua pedra de toque. Neste caso, é necessário que a sociedade se organize/regule a partir da livre concorrência no mercado, garantindo assim, a liberdade (“negativa”) e os esforços individuais por se destacar/triunfar no mercado, estimulando o desenvolvimento social. Nessa concepção, entende-se que os indivíduos devem acreditar que seu bem-estar depende (e assim deveria ser) deles próprios, o que os impulsuonaria a esforços contra a suposta apatia e comodismo que gera o Estado intervencionista.(p.87)

Já, a segunda corrente, também conhecida por terceira via, de tendência progressista, atribui à sociedade civil o poder regulador das relações sociais, e da mesma forma, propõe a retirada do Estado deste papel, a fim de se estabelecer a construção de um novo contrato social entre indivíduos, grupos e classes. Esta alternativa é também conhecida como pós-social-democracia, cujo fundamento está na defesa de uma sociedade civil mais visível e no desenvolvimento de uma solidariedade voluntária – o terceiro setor. Por este projeto, deixa-se de lado a alternativa estatização versus privatização, redefinem-se fronteiras e relações entre Estado e sociedade, advoga-se a redução da demanda do Estado, do reencaixe da solidariedade na sociedade e da produção de uma maior visibilidade social.

No entanto, esta tendência também acaba por ser funcional ao neoliberalismo, na medida em que reafirma a reforma estatal, bem como o novo trato da questão social – agora pela transferência à sociedade civil.

Diante do que é defendido por essa tendência é possível vinculá-la ao que hoje é chamado de “nova esquerda” ou “pós-marxismo”.

Petras, ao fazer alusão ao pós-marxismo, caracteriza-o “*Como sendo a postura intelectual da moda a partir do espaço deixado pela esquerda reformista com o triunfo do neoliberalismo*”⁸. (Petras, 1999, 17-20)

A defesa dessa tendência encontra respaldo a partir de autores que se valem de uma forçada interpretação de Gramsci, quanto à sua categoria “sociedade civil”, das análises de Habermas e sua negação do trabalho e seu “mundo da vida”, de uma tradição pseudo-anarquista e das propostas de Rosanvallon, questões que, por ora, não se irá adentrar.

Nesse segundo caso, o Terceiro Setor é compreendido como partícipe das transformações gerais do capital, como um produto mesmo destas transformações. Para Montano, muitos dos conceitos ou termos hoje empregados, como economia social, organizações voluntárias e terceiro setor, ganham visibilidade mas carecem de densidade teórica e assim têm o sentido e a utilidade de encobrir a realidade e torná-la ideologizada. Neste caso, a concepção que opõe Estado e sociedade civil, público e privado, tem clara inspiração liberal.

A desresponsabilização do Estado e a auto-responsabilização dos sujeitos pelas respostas a suas próprias necessidades, ocorre em ambas às tendências, sendo um golpe duro ao princípio da universalidade e à sua condição de direito de cidadania, conquistas históricas dos trabalhadores.

⁸ Petras determina dez argumentações básicas que compõem a corrente do *pós-marxismo*: 1) o suposto fracasso do socialismo e o fim das ideologias; 2) a acusação de reducionismo marxista na ênfase da determinação de classe; 3) o Estado como inimigo da democracia e da liberdade, propondo como contratendência o protagonismo da sociedade civil; 4) a afirmação de que o planejamento centralizado leva à burocracia, enquanto o mercado conduz a um maior consumo e distribuição eficiente; 5) a preferência pelas lutas localizadas do que as das esquerda tradicional pelo poder estatal; 6) a idéia de que as revoluções sempre acabam mal, preferindo lutar pela consolidação da democracia (dentro do sistema); 7) o enterro da classe como categoria, erguendo no seu lugar outras entidades; 8) o descrédito sobre as lutas de classes, preferindo a cooperação governamental e internacional (para responder a necessidades na busca do bem comum); 9) a desconsideração do imperialismo como fenômeno significativo; 10) a necessidade de as organizações populares não apenas responderem às demandas sociais, mas cada vez mais se voltarem para a captação de verbas externas. (PETRAS, 1999: 17-20)

Pressupostos do Terceiro Setor:

O debate em torno do “terceiro setor” apresenta algumas pressuposições, as quais devem ser levadas em conta para a compreensão do firmamento dessa categoria socialmente considerada.

Dentre elas, é comum a relevância atribuída à separação entre o Estado, o mercado e a sociedade civil, no sentido de se atribuir à esfera pública ao *Estado* e a esfera privada ao *não-estatal* e a *sociedade civil*. Conforme já se discutiu, essa autonomização nada mais é do que uma forma de se retirar a visão de totalidade, e, por decorrência, o caráter histórico da realidade.

Atrelado a essa setorialização, também se faz presente no discurso sobre o “terceiro setor” a confusão entre público e privado, posto que os seus ideólogos delimitam o âmbito de atuação pública como sendo o espaço do Estado (política formal e certa atividade social) e o espaço privado, onde ocorrem as relações de mercado. Dessa autonomização decorreria o “terceiro setor”, como espaço de articulação entre o “público e o privado”.

Outro pressuposto presente no discurso sobre o “terceiro setor” e que, de imediato resulta em um problema de ordem teórica, diz respeito a uma frequente equiparação entre **Estado** e **Governo**. Trata-se as políticas governamentais definidas e operadas em determinado governo como se fossem mudanças do Estado. Ora, as políticas governamentais são definidas a partir de opções de ordem classista, partidária e de acordos e compromissos com organismos internacionais, variando de governo para governo.

Essa equiparação atinge duas finalidades intencionadas pelos ideólogos do “terceiro setor”: primeiro, a descaracterização do compromisso político de parceria com o **governo tal**; segundo, a inviabilização da discussão a respeito do caráter não-governamental das entidades que compõem o “terceiro setor”, posto que, embora estas entidades sejam consideradas não estatais, ao formar parcerias seguem uma lógica de governo.

Também está presente na discussão a respeito do “terceiro setor” a frequente identificação das Ong’s aos Movimentos Sociais. Tal realidade tem suas raízes a partir dos anos 70 e 80, em que se verificava, de fato, uma atividade dirigida em favor ou contra o Estado e apoiada por uma organização, que então se denominava Ong.

Segundo Petras, “*as Ongs criticavam o Estado de uma perspectiva ‘esquerdista’, na defesa da sociedade civil, enquanto a direita fazia-o em nome do mercado*”.(1999,45)

Todavia, nos tempos atuais, tal identificação fica prejudicada, na medida em que no Brasil, especificamente, o período pós-ditadura e a democratização do país, fez com que os movimentos sociais perdessem a razão de sua existência, ou seja, o enfrentamento ao sistema ditatorial. A crise desses movimentos permitiu a gestação de “novas Ongs”, porém surgidas e voltadas sob uma nova lógica, a do mercado – menos politizadas e mais gerenciais.

Outro pressuposto presente entre os defensores do “terceiro setor”, com maior relevância aos ideólogos da tendência progressista, diz respeito à **ideologia do possibilismo**.

Tal ideologia nada mais é do que se buscar alternativas para o desenvolvimento social no interior do próprio capitalismo, perdendo a perspectiva de uma nova ordem.

Nesse sentido, denuncia Petras, ao considerar uma “*variante pessimista do pós-marxismo*”, insta “*a Esquerda a apoiar o “possibilismo”: a necessidade de se trabalhar dentro dos nichos de livre-mercado*”. ((Petras, 1999, 36)

Ou seja, os pós-marxistas eliminam o socialismo como horizonte, para dar lugar a um forte aceitação da realidade (globalizada e neoliberal).

Denuncia Montaño:

Ao se considerar como naturais e imodificáveis a globalização e as transformações neoliberais – as privatizações, a terceirização e a flexibilização do contrato de trabalho, as reformas administrativas - , ao considerar-se como insuperável a ordem capitalista, procura-se, no seu interior, a melhora possível, a mudança possível, a participação possível. Instaura-se a cultura do possibilismo.(2003:140)

Note-se que a teoria do possibilismo revela efetivamente como se dá, no interior da sociedade capitalista, a cooptação pelo capital dos valores sociais, a fim de manter-se a ordem como está.

Nesta perspectiva, segundo Montaño:

O debate possibilista do “terceiro setor” subordina a *estratégia à tática*, confundindo a *democratização como caminho*, necessário porém insuficiente, para superação da ordem do capital, com a *democracia capitalista como horizonte final*.(2003:141)

Uma outra questão que se coloca, no que diz respeito ao “terceiro setor” é a defesa pelos seus ideólogos da instituição de um novo “contrato social”. Este novo “contrato social” funda-se na crença de uma possibilidade real de um pacto social entre classes (supraclassista), constituindo-se numa aliança harmônica entre cidadãos – desconsiderando os interesses de classes, próprios da sociedade burguesa.

Ainda, a ser considerado, é o pressuposto de que o “terceiro setor” permite o deslocamento dos movimentos contra o Estado para as “parcerias com o Estado”.

Se nos anos 60-80, os movimentos sociais eram fortalecidos, quando não constituídos no interior das Ongs, como enfrentamento ao Estado, para reivindicação por direitos democráticos e políticos, econômicos e sociais, cujo fundamento está no embate capital-trabalho, ou seja, na *luta de classes*, hoje, isso não mais se verifica, posto que essas instituições passaram a representar uma outra lógica, a gerencial, em que a conquista por direitos se dá na forma de *parceria – acordo*.

Essa nova composição das Ongs, não mais voltadas aos movimentos sociais propriamente ditos, mas como resultado do processo de acumulação ampliada do capital, ou seja, sob a lógica gerencial, traz efeitos desastrosos para a classe trabalhadora, principalmente pelo seu caráter de rápida despolitização do conflito capital-trabalho, além de impor um rompimento da relação direta dos movimentos sociais com o Estado.

Essa despolitização caracteriza-se por estabelecer que os movimentos e organizações que compõem o “terceiro setor” desenvolvam uma prática “não-política”, harmônica, de integração, de parceria, cooperação mútua, com vistas à promoção do bem comum.

Registre-se, portanto, que essa prática desvirtua a defesa dos interesses de classe, pautada no conflito, no confronto.

Tanto isso se verifica, que o próprio Estado, criou um mecanismo de efetivação dessa cooperação mútua, *a parceria*, aproximando-se dessas entidades.

A *parceria* nada mais é do que um instrumento que se constitui pelo repasse de verbas e fundos públicos no âmbito do Estado para instâncias privadas, substituindo o movimento social pela Ong..

Além disso, uma vez que as atividades de uma Ong são viabilizadas por financiamento estatal ou instituição privada, obviamente o seu mantenedor irá ditar as regras de sua atuação, retirando-lhes qualquer autonomia.

Entretanto, o caráter despolitizante das novas configurações dessas entidades remonta o projeto neoliberal de se atingir um “desenvolvimento sustentado”, que deverá percorrer um caminho harmônico, de engajamento solidário e desinteressado de todos, a fim de trazer modernização e bem-estar geral. Este é o discurso ideológico que sustenta o abandono do conflito, do confronto e para isso, faz necessário manter - a entidade, um caráter “apolítico”.

Para Petras, *“a ideologia e prática da ONG desvia a atenção das causas da pobreza e das suas soluções (olhando para baixo e para dentro, em vez de olhar para cima e para fora)”*, ou seja, *“a estrutura e natureza das ONGs, com sua postura apolítica e o seu enfoque na auto-ajuda, despolitiza e desmobiliza os pobres”*.(1999:48-9).

Promessas do Terceiro Setor:

Tendo sua gênese decorrente do processo de acumulação ampliada do capital, nos ditames do Consenso de Washington, a idéia do “terceiro setor” fortifica-se na sociedade a partir de manifestações, cuja promessa é uma melhoria na condição de vida de todos.

Dentre as promessas, destaca-se aquela cujo fundamento reside num fortalecimento da sociedade civil, como espaço de organização, mobilização e demanda/resposta às questões sociais da população, em oposição à estratégia da tomada do Estado, considerada falida pelos defensores do “terceiro setor”.

Ou seja, sataniza-se o Estado, burocrático e falido, por não corresponder aos anseios no atendimento da população, e, em seu lugar, em uma condição semidivina, santifica-se a “sociedade civil organizada”, como espaço de possíveis conquistas sociais.

Dessa forma, é a própria sociedade civil organizada que deverá promover os mecanismos de auto-organização, auto-provimento de suas necessidades, corporificadas pelas entidades representativas do “terceiro setor”.

Para Netto trata-se de:

Um fortalecimento de *vertentes aparentemente radicais*, fundadas seja num anticapitalismo romântico de inspiração católica (*a glorificação do “saber popular”, do povo, com o apelo a valores de solidariedade*), seja na repulsa anarcóide ao universalismo da modernidade (*a entronização abstrata do protagonismo da sociedade civil, a desconsideração do Estado, a antiinstitucionalização vulgar, a reificação das diferenças*), seja no irracionalismo aberto (*a validação das racionalidades alternativas*),

seja no relativismo mais primário (com a *equalização de todas as formas de sociedade*). (1996:127)

Atrelada à idéia de fortalecimento da sociedade civil, constitui-se uma outra promessa de realização pelo “terceiro setor”, qual seja, a de uma diminuição do poder estatal. De que Estado está-se falando? Do Estado do Bem-Estar Social.

Essa premissa encontra respaldo a partir de duas justificativas: a primeira delas, da ala progressista, entende o Estado como instrumento de classe de manutenção e reprodução da hegemonia burguesa. Todavia, por parte desses autores, há uma completa desconsideração no que concerne a real ampliação estatal, tanto nas suas funções, quanto na sua composição e a partir disso, a incorporação de respostas a demandas sociais, resultado de árduas conquistas trabalhistas.

A outra justificativa, da ala conservadora, com inspiração fortemente liberal, situa o Estado como sendo o castrador da constituição da democracia, no sentido de que uma organização tão forte, regulando as relações sociais, atenta contra a liberdade. Pura retomada do pensamento Hayekiano, ao relacionar o Estado com o “caminho à servidão” e providente aos ditames neoliberais.

Ainda, como proposta de solidificação, o “terceiro setor” se propõe como um espaço alternativo de produção/consumo de bens e serviços.

Todavia, ao se colocar como esse espaço alternativo de produção/consumo de bens e serviços filia-se à lógica do mercado, perdendo a sua auto-intitulação de *não-lucratividade*, evidenciando uma contradição passível de crítica. Mesmo porque, considerado na perspectiva da totalidade compreende sua inserção no sistema, portanto, hegemônica.

Ainda, como forma de afirmação e aceitação social, o “terceiro setor”, em contraposição à diminuição das respostas estatais às necessidades da população, estimularia os laços de *solidariedade local e voluntária*, permitindo uma participação maior da comunidade para com os seus problemas.

É de se acrescentar que a “noção” de solidariedade ocupa um espaço central no discurso dos defensores do “terceiro setor”. Faz-se menção à solidariedade, no sentido de se respeitar às diferenças locais e individuais em oposição à dita *homogeneização* considerada pelo Estado, no trato às questões sociais, como forma de impulsionar a construção de uma nova cultura, fundada em valores altruístas, de ajuda mútua,

cooperação, a fim de se integrar trabalhadores e empresários para a realização da participação cidadã.

Com efeito, é importante situar a crítica no sentido de se compreender em que concepção o “terceiro setor” vem se utilizando da categoria *solidariedade*.

Para tanto, novamente vamos buscar o referencial teórico em Montaña, que discute essa questão. Esta solidariedade, a qual o “terceiro setor” pretende produzir “na comunidade local e voluntária” deve ser *operacionalizada*, ou seja, evidenciada na prática, na realidade cotidiana. Para que isto seja possível, faz-se necessário a compreensão de uma *solidariedade* enquanto um *direito* (tida como uma opção: ser solidário remete aqui a uma *ação voluntária*), que exige valores individuais altruístas, na qual o beneficiário deve dispor da boa vontade, disponibilidade e sensibilidade de outrem, além de receber o que e como vier. Isso contrapõe, a aceção de solidariedade enquanto um dever, própria do Estado keynesiano, ou seja, aquela decorrente de uma *atividade compulsória*, necessária, exigida por leis e operacionalizada por uma instituição: o Estado. Considerada enquanto dever, a solidariedade constitui-se em um *direito do cidadão*.(Montaña, 2003,166).

Para os ideólogos do “terceiro setor”, a solidariedade compreende o voluntarismo, a doação, concepção, portanto, diversa da proposta pelo Estado keynesiano, em que a solidariedade é regida por um princípio universalista, em que todos contribuem para financiar a Seguridade Social.

Nesse sentido, Montaña:

A substituição do princípio de solidariedade baseada em direitos universais (presente no sistema de tributação direta, na previdência única, na seguridade e nas políticas sociais do Welfare State) faz com que cada grupo ou coletivo que apresenta uma necessidade ou carência particular tenha que se *auto-responsabilizar* (direta ou indiretamente) pelo financiamento/prestação da sua resposta: e este é o grande desejo/finalidade do projeto neoliberal.(idem, 167)

Especificamente, no que diz respeito ao objeto de estudo do presente trabalho, essa concepção de *solidariedade* fica evidenciada a partir de vários exemplos, dentre os quais, a entrevista realizada com a Jovem protagonista, que ao ser questionada sobre *quais os problemas que mais afligem a sociedade na contemporaneidade*, respondeu:

É tanta coisa. Eu acho que uma das coisas que a gente sempre fala, dos elementos, é a falta de solidariedade mesmo, é um dos problemas, é basicamente tudo. Quando você é solidário, você se doa ao outro, você compartilha, você constrói junto, você e o construir junto é

diferente você trabalhar sozinho e você trabalhar em conjunto. É diferente você ter uma idéia e o outro ter uma idéia e complementa a tua, então, a falta de solidariedade hoje, o homem está trabalhando, o ser humano está trabalhando sozinho e também a ganância de querer ter mais e mais, ele esqueceu muito da solidariedade, do amor ao próximo, da construção conjunta e do compartilhar, então são palavras que parecem que foram riscadas do dicionário do ser humano. E ainda mais esse avanço tecnológico, quanto mais se avança tecnologicamente há um retrocesso pessoal do homem, do ser. (Fonte: entrevista concedida à pesquisadora em 20/02/04).

Também, em entrevista à pesquisadora, dispôs o diretor executivo do IIDAC, Gilson Scharnik, ao ser questionado se *o objetivo do protagonismo é formar uma consciência social*, respondeu:

Como uma consciência social, também uma prática de educação para valores, educação para ética, e aí tem todos os pilares que a própria Bioética hoje, se pegar os quatro pilares da Bioética, a Justiça Social, não maleficiência, beneficência, quer dizer, são objetivos, autonomia, são quatro. **Solidariedade** e justiça social, que é um dos pilares da Bioética. A Bioética hoje, encaixa muito bem nessa prática de consciência de valores que se estabelece. É interessante dentro, você dar uma olhadinha na questão da Bioética para referendar algumas noções. (grifo nosso) (Fonte: entrevista concedida à pesquisadora em 20/02/04)

Com efeito, as entrevistas citadas vem ratificar a concepção de *solidariedade* empregada pelo Instituto, nos moldes dos ditames neoliberais, ou seja, ações voluntárias de *doação*, não constitutivas de direitos de cidadania.

Ainda, como promessa da efetividade do “terceiro setor”, os seus defensores sustentam a idéia de que o mesmo seria um espaço de criação de emprego alternativo.

De fato, a grande gama de entidades que compreendem o “terceiro setor” possibilita a oferta de emprego, mas não como um espaço alternativo, apenas como mais um espaço, o que não implica a resolução do problema do desemprego, cuja gênese se insere no próprio movimento interno do capital. Isso implica que tal promessa retrata mais um discurso ideológico resultante do debate sobre o “terceiro setor”.

Por fim, a partir dos pressupostos e promessas defendidas pelos ideólogos do “terceiro setor”, é possível estabelecer o seu caráter instrumental e funcional para com o projeto neoliberal.

A instrumentalização e a funcionalidade do terceiro setor para com o projeto neoliberal:

Tendo em vista que o objeto desse estudo se caracteriza como entidade representativa do então denominado “terceiro setor”, mister se faz à denúncia do seu caráter funcional e instrumental para com os ditames neoliberais.

Nesse sentido, estabelece Montano:

O sistema capitalista de produção, na sua fase monopolista (madura e consolidada), transforma todas as relações sociais, instituições, indivíduos, valores, atos, em meios para acumulação capitalista e a reprodução das relações sociais. *Instrumentaliza todas as esferas da vida social para o seu primordial fim: a acumulação ampliada do capital.* Desta forma, um objeto, sujeito, instituição, não representa necessariamente um meio ou instrumento “natural” para atingir finalidades. Ele deve ser adaptado, convertido em meio adequado, deve ser *instrumentalizado*.(2003: 230,231)

De forma genérica, Montano estabelece que o caráter instrumental do “terceiro setor” deve prever três frentes:

A **re-instrumentalização do Estado**, in casu, dá-se a partir da *reforma do Estado*, de acordo com os postulados do Consenso de Washington. No Brasil, isso é registrado a partir das privatizações, desregulamentações, parcerias público-privadas, etc.

A **re-instrumentalização das relações de produção** seria o esvaziamento da legislação trabalhista, a alteração da relação de contratação – terceirização, precarização do vínculo empregatício, a anulação dos acordos coletivos – a reorganização do processo de trabalho, etc, tudo isto operado a partir da reestruturação produtiva.

A **re-instrumentalização da sociedade civil** está sendo definida, mediante a docificação dos atores sociais, a ideologização de ser um “setor” (o terceiro) que integra diversos sujeitos que perseguem o mesmo fim (a ajuda ao necessitado), a desarticulação das lutas sociais e, ainda mais, a retirada do horizonte de seu agente, transformando luta em “agir comunicativo”, em interação de interesses em procura do consenso.(idem, p.232)

Note-se que é exatamente nessa contextualização que o IIDAC assume a sua função social, enquanto entidade articuladora do discurso proferido nos moldes neoliberais. A divulgação desse ideário aparece em vários momentos do presente trabalho. Da mesma forma, foi possível estabelecer toda a rede de articulações subjacentes de reprodução do sistema hegemônico, a partir do discurso ideológico propagado pelo Instituto aos seus espectadores.

Portanto, o processo de constituição ou cooptação dessas entidades dá-se a partir da re-instrumentalização de sujeitos, instituições, práticas e valores, para a disseminação de uma ideologia, do que decorre o seu caráter funcional.

Quanto ao IIDAC, essa cooptação se verifica a partir do processo de *instrumentalização de valores sociais* – que se dá com a adoção de palavras bem-aceitas pela população para expressar processos outros.

Torna-se o Instituto instrumento para o fim neoliberal.

Posto que a estratégia neoliberal visa instrumentalizar um conjunto de valores, práticas, sujeitos, instâncias, enfim, o chamado terceiro setor, com os valores de “solidariedade individual” e do “voluntarismo, acaba por se tornar funcional ao capital, enquanto este luta por *instrumentalizar a sociedade civil*, tornando-a dócil, desestruturada, desmobilizada, amigável e principalmente, despolitizada.

No caso do presente estudo, essa instrumentalização ficará evidente a partir da explicitação dos principais eixos norteadores da “missão” organizacional do IIDAC: o paradigma do desenvolvimento humano sustentado como meta, a partir do protagonismo juvenil pela cidadania.

2. O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTADO: A TEORIA DO CAPITAL HUMANO REVISITADA.

Conforme já ressaltado, o Instituto assume, como missão, a promoção do *Desenvolvimento Humano Sustentado*, em âmbito nacional e internacional. Ao apontar tal objetivo de ação, o Instituto busca a referência norteadora em Mahbud ul Haq, mais precisamente no seu livro “Reflexões sobre o Desenvolvimento Humano” (fonte IIDAC). A assunção dessa referência conceitual pelo IIDAC deu-se, provavelmente, em decorrência de suas relações com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD - sob influência de sua parceria com o UNV, programa de voluntariado patrocinado por aquele órgão das Nações Unidas.

Ocorre que Mahbud ul Haq foi o idealizador do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicado anualmente pelo PNUD e que tem, nesse conceito de Desenvolvimento Humano, sua categoria basilar. Efetivamente, em seu site oficial no Brasil, o PNUD informa que *esse enfoque é apresentado desde 1990, nos RDHs que propõem uma agenda sobre temas relevantes ligados ao desenvolvimento humano e reúnem tabelas, estatísticas e informações sobre o assunto. A cargo do PNUD, o relatório foi idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1988).*

Além do RDH, o PNUD publica também o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pautado, evidentemente, na mesma categoria. Tais relatórios se propõem a aferir o avanço de uma população, levando em conta várias dimensões: econômica, social, cultural e política, as quais influenciam a qualidade de vida humana. (Fonte: PNUD).

Ao criar o IDH, Mahbub forneceu os elementos para uma concepção do paradigma do desenvolvimento humano sustentado, entendido como a possibilidade de todos os cidadãos de uma sociedade desenvolverem melhor seu potencial, com o menor grau possível de privação e de sofrimento, ou seja, a possibilidade da sociedade poder usufruir coletivamente do mais alto grau de capacidade humana.

Interpretando a categoria de Mahbud ul Haq, COSTA (2001) esclarece que o paradigma do desenvolvimento humano *parte da afirmação de que todo ser humano nasce com um potencial e tem o direito de desenvolvê-lo, constatando que, para*

desenvolver o seu potencial, as pessoas precisam de oportunidades e que as oportunidades que verdadeiramente desenvolvem o potencial de um ser humano são as oportunidades educativas. (p.18)

Em seu livro sobre o protagonismo juvenil, Costa faz menção ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), explicando que ele contempla três indicadores: primeiro, a expectativa de vida ao nascer; segundo, o nível educacional e terceiro, a capacidade econômica. Na mesma obra, ressalta que, avaliado por esse índice, o Brasil ocupa a 74ª posição mundial.

O pedagogo alerta para o fato de que *por trás deste índice, existe toda uma fundamentação ético-política, uma visão do homem, do mundo, da economia e da sociedade, que fundamenta a construção de um modelo de desenvolvimento comprometido com os direitos humanos, ou seja, com uma vida digna para todos. (idem, 29)*

E conclui, sintetizando os princípios básicos do paradigma do desenvolvimento humano sustentado, em dez pontos:

I - O universalismo do direito à vida.

II – Nenhuma vida vale mais que a outra.

III – Todo ser humano nasce com um potencial e tem o direito de desenvolvê-lo.

IV – Para desenvolver o seu potencial as pessoas precisam de oportunidades.

V - O que uma pessoa se torna ao longo da vida depende de duas coisas: oportunidades que teve e das escolhas que fez.

VI – Por isso, além de ter oportunidades, as pessoas devem ser preparadas para fazer escolhas.

VII – Cada geração deve às gerações vindouras um meio ambiente igual ou melhor do que aquele recebido da geração anterior.

VIII – As pessoas, grupos e comunidades devem ser dotados de poder para participar ativamente nas questões que dizem respeito ao bem-comum.

IX – O caminho para a consecução de uma sociedade baseada nestes princípios é a afirmação dos direitos humanos individuais (civis e políticos) e coletivos (sociais, econômicos, culturais e ambientais).

X – A via para se trabalhar e lutar pelos direitos é o exercício consciente da cidadania, enquanto direito de ter direitos e dever de ter deveres. (idem, 29)

Estes princípios se articulam em torno de quatro idéias mestras que constituem a base do paradigma do desenvolvimento humano sustentado *a equidade* (igualdade de oportunidade para todas as pessoas na sociedade), *o caráter sustentado* (de tais oportunidades de uma geração para a próxima), *a produtividade* e *o empoderamento* (de pessoas de modo que elas participem e se beneficiem do processo de desenvolvimento).

A EQÜIDADE

A equidade é entendida, na perspectiva do desenvolvimento humano sustentado, como a possibilidade de igualdade de oportunidades. Ao tratar da *equidade* como sendo a possibilidade de se desenvolverem, no espaço social, *oportunidades* para todas as pessoas, os defensores do paradigma do desenvolvimento humano sustentado nominados neste trabalho colocam a promoção do protagonismo juvenil como sendo *precisamente essa oportunidade de os jovens saírem do particularismo de seus interesses individuais, familiares e grupais para viverem a grande aventura da promoção e defesa do bem-comum (COSTA, 2003,39).*

No entanto, segundo esses autores, tais oportunidades somente viabilizar-se-ão a partir do desenvolvimento das potencialidades individuais de cada um no processo social, uma vez que *todo ser humano nasce com um potencial e tem o direito de desenvolvê-lo*, mas para *desenvolver o seu potencial as pessoas precisam de oportunidades* porque *o que uma pessoa se torna ao longo da vida depende de duas coisas: oportunidades que teve e das escolhas que fez e por isso, além de ter oportunidades, as pessoas devem ser preparadas para fazer escolhas* (idem, p. 39). E é exatamente nesse sentido que, para esses autores, justifica-se a propositura do protagonismo juvenil, como forma de desenvolver tais potencialidades nos jovens-adolescentes, como mecanismo de fortalecimento da auto-estima, da identidade e de sua transformação em “atores sociais”.

Há de se considerar, entretanto, que, por mais sedutoras que tais proposições se afigurem aos olhos dos jovens-adolescentes, essa retomada da idéia do desenvolvimento das potencialidades individuais como mecanismo de desenvolvimento coletivo constitui

uma interpretação reducionista da realidade, na medida em que limita toda a realidade aos indivíduos e às ações interindividuais, retirando-os, entretanto, do universo das relações sociais de produção inerentes ao capitalismo e, portanto, intrínseca, produtoras de desigualdade. Ao não operar com as determinações do modo de produção desta sociedade sobre a classe trabalhadora e os indivíduos que a compõem, e, por decorrência, ao não localizar o *locus* da desigualdade, os autores obrigam-se a ignorar ou secundarizar a igualdade enquanto categoria sócio-econômica e substituí-la pela idéia abstrata de equidade; obrigam-se, ainda, a situar as determinações da existência dos atores em uma outra instância: a oportunidade. Esta categoria – a oportunidade – aparece como uma entidade demiúrgica: desenraizada e detentora do poder de gestar o desenvolvimento social, ela paira sobre o real, sem que se esclareça quem ou o que é capaz de promovê-la.

Efetivamente, os autores afirmam, por um lado, que o desenvolvimento social se sustenta no protagonismo dos indivíduos e, por outro, que esse protagonismo depende de oportunidades. Entretanto, ao não explicitarem as condições de produção da (des)igualdade de oportunidades, posto desconsiderarem os determinantes econômicos das ditas oportunidades, tangenciam o fato concreto de que a desigualdade social é intrínseca ao modo de produção capitalista e passam a explicar pelo individual o que diz respeito às relações sociais, num claro reducionismo no tratamento da questão. Tal ponto de vista torna cada indivíduo auto-responsável pelo seu desenvolvimento individual, mediante hipotéticas oportunidades, ao mesmo tempo em que, dele, indivíduo, depende o desenvolvimento coletivo, gestor das mesmas oportunidades de que ele, o indivíduo, depende. Assim, enredam-se, os autores, em um pensamento claramente circular.

Evidencia-se que os mecanismos de desenvolvimento das potencialidades individuais propostos pelos defensores do paradigma do desenvolvimento humano sustentado, por meio do protagonismo juvenil, (quais sejam: desenvolvimento da auto-estima, da identidade, da educação para valores) não são tratados de forma a considerar a desigualdade social, diga-se, no meandro das condições reais de existência de cada um, mas de forma abstrata, como se tais potencialidades, uma vez apontadas e desenvolvidas em projetos de protagonismo, fossem suficientes para gerar o *empoderamento coletivo*.

Ora, na sociedade dividida em classes, cujos interesses são antagônicos, não há como viabilizar um contexto de equidade, em que todos tenham as mesmas oportunidades, mesmo porque tal condição não se apresenta compatível com as condições de reprodução do capital. As oportunidades a que se referem os autores só se apresentam, nesta sociedade, em situações excepcionais e localizadas, cujo móvel traduz ou uma enérgica e difícil luta operária, ou um interesse do próprio capital, o que permite que, na maioria das vezes, tal interesse não se apresente revelado, mesmo porque o que se trata é de **igualdade de oportunidades** e não **igualdade de condições**, o que por si só traduz uma defesa da desigualdade social como estruturação legitimada.

Tanto é assim, que uma jovem protagonista formada pelo IIDAC, ao ser questionada sobre a igualdade entre os homens, em entrevista à pesquisadora, afirmou:

...eu sou favorável que todo mundo pudesse ter um padrão de sobrevivência digna para as condições básicas, mas não que todo mundo tenha o que eu preciso necessariamente ter. Não que exista uma igualdade linear, mas que todo mundo, que as pessoas possam ter condições básicas de sobrevivência e que todo mundo construa sua própria condição econômica. O cara que quer trabalhar, vai lá ralar, vai ganhar mais dinheiro que o cara que não quer.⁹

Essa afirmação deixa nítida a orientação de não questionamento dos determinantes das desigualdades sociais, ou seja, de não questionamento do capitalismo, ao mesmo tempo em que ressalta o mérito da vontade individual e o pressuposto da possibilidade de oportunidades *equitativas*.

Um tal ponto de vista – francamente idealista – coloca a “vontade”, ou seja, uma condição abstrata, como fundamento das condições de existência do sujeito, à revelia da mais óbvia expressão da realidade humana contemporânea.

Com efeito, uma análise, ainda que rápida da condição humana aponta inequivocamente o trabalho, entendido enquanto produção de existência, como a categoria ontológica em última instância. Daí que, o grau de desenvolvimento das forças produtivas articulado ao modo de produção-distribuição dos bens necessários à existência humana condicionam o indivíduo, em toda a sua plenitude.

⁹ Importante apontar que a jovem entrevistada tanto destacou-se no processo de formação desenvolvido pelo IIDAC, incorporando seu ideário, que passou a atuar na administração central do Instituto.

Assim é que, as condições em que o indivíduo se encontra situado no interior do modo de produção, determinam, não apenas as suas possibilidades, como o alcance a até **a própria natureza da sua vontade.**

Nesse sentido, dispôs Marx, de forma brilhante:

Suponhamos que o *homem é homem* e que a sua relação com o mundo é humana. Então, o amor só poderá permutar-se com o amor, a confiança com a confiança, etc. Se alguém deseja saborear a arte, terá de tornar-se uma pessoa artisticamente educada; se alguém pretende influenciar os outros homens, deve tornar-se um homem que tenha um efeito verdadeiramente estimulante e encorajador sobre os outros homens. Cada uma das suas relações com o homem - e com a natureza - têm de ser uma expressão definida, correspondendo ao objeto da vontade, da sua vida *individual real*. Se alguém amar, sem por sua vez despertar amor, isto é, se o seu amor enquanto amor não suscitar amor recíproco, se alguém através da *manifestação vital* enquanto homem que ama não se transforma em *pessoa amada*, é porque o seu amor é impotente e uma infelicidade (Marx, 1989, p.234-235).

Ou seja, o ato volitivo também é produto das condições materiais individuais, na medida em que *somente desejo beber vinho, porque conheço e aprecio o consumo de bebida tão nobre*. E para conhecê-lo e apreciá-lo é necessária a condição concreta de acesso a ele, o que supõe um homem que por não encontrar-se destituído dos seus meios de trabalho, não se encontra destituído dos produtos do seu próprio trabalho e, enquanto produtor, igualiza-se aos demais produtores.

A noção de *equidade*, portanto, emerge da necessidade de esvaziamento de uma categoria cara ao pensamento revolucionário: a igualdade. Não a igualdade abstrata, a igualdade de direitos, mas a igualdade de inserção no processo produtivo. Vale dizer, a igualdade somente possível a partir da eliminação da propriedade privada dos meios de produção.

O CARÁTER SUSTENTADO

Ao mencionar o *caráter sustentado*, COSTA (2003) esclarece seu conteúdo ao reivindicar que, no processo de desenvolvimento “*cada geração deve às gerações vindouras um meio ambiente igual ou melhor do que aquele recebido da geração anterior*” e afirma o protagonismo juvenil como um notável instrumento de viabilização dessa premissa.

Nesse sentido, propõe: “*pensar globalmente e agir localmente*” pontuando os campos de atuação do protagonismo juvenil enquanto dimensões do processo de desenvolvimento:

Defendemos uma visão multidimensional da sustentabilidade, quando falamos de desenvolvimento local sustentável. Entendemos que pelo menos cinco dimensões do processo de desenvolvimento devem ser ressaltadas:

1. **Sustentabilidade Ambiental** – entendida como o dever, a inarredável obrigação ético-política de cada geração deixar para as gerações vindouras um meio ambiente igual ou melhor do que aquele recebido da geração anterior;
2. **Sustentabilidade Econômica** – trata-se de desenvolver o potencial produtivo de bens e serviços de modo a gerar oportunidades de emprego e renda para as novas gerações em base local;
3. **Sustentabilidade Social** – trata-se do desenvolvimento das pessoas, que alguns ainda chamam de **capital humano**, para que elas tenham condições de saúde, educação e outros serviços sociais que lhes permitam preparar-se adequadamente para as oportunidades geradas pela economia local;
4. **Sustentabilidade Cultural** – cada geração tem o dever de preservar o legado cultural das gerações anteriores e de acrescentar a ele a sua própria contribuição, uma vez que o desenvolvimento cultural é, antes de mais nada, uma experiência que permanentemente está a progredir;
5. **Sustentabilidade Política** – os processos de desenvolvimento local não devem limitar-se apenas ao Poder Público, mas envolver todas as forças vivas da comunidade, de modo a assegurar que, nos processos de mudança governamental, as iniciativas não sejam sucateadas, como é tão comum ocorrer no Brasil hoje. (sem paginação)

Para o mesmo autor, a viabilização das dimensões da sustentabilidade deve partir de ações privilegiadas no desenvolvimento de programas e ações de protagonismo juvenil, nas seguintes áreas:

1. **Educação** – por ser o eixo vertebrador do desenvolvimento do potencial do ser humano;
2. **Saúde** – por formar junto com a educação, o binômio básico de desenvolvimento das pessoas, ou seja, do capital humano;
3. **Assistência Social** – por permitir o ataque aos focos de mais pobreza e outras formas de vulnerabilidade social;
4. **Meio Ambiente** – por ser tratar de área básica onde surgiu e na qual se sustenta o conceito de sustentabilidade;
5. **Cultura** – por ser uma área síntese para o resgate, a preservação e a inovação do legado cultural da humanidade, das nações, das regiões e das localidades;

6. **Comunicação** – por constituir-se numa área de atuação transversal, que pode contribuir com todas as demais áreas, além de ter objetivos próprios.(sem paginação)

No site oficial do Centro de Protagonismo Juvenil (<http://www.pr.gov.br/cpj/>) são disponibilizados – no ícone que trata da construção de projetos de protagonismo – alguns textos de apoio, dentre os quais, um deles, titulado como “Protagonismo Ambiental”, de autoria de Toshiba Preferred User, em que é possível apreender a concepção de sustentabilidade adotada pelo IIDAC:

O termo protagonismo, ambientalmente adjetivado, imprime caráter e delimita ações, no sentido de uma atuação mais concreta em relação à cidadania, educação formal, educação informal de todas as idades e categorias profissionais, no tocante à utilização sustentável e preservação do meio para gerações futuras.

Sua prática contribui para a construção do desenvolvimento no campo pessoal do senso de identidade, da auto-estima, do autoconceito, da autoconfiança, da visão de futuro, do nível de aspiração vital, do projeto e do sentido da vida, da autodeterminação, da auto-realização, da busca da plenitude humana e da preservação em seu conceito internacionalmente reconhecido (sustentabilidade).

Concluindo que:

Compreender academicamente o meio ambiente e a interferência criada pelo homem não basta, é necessário uma estreita vinculação de ações pró-ativas em relação a problemas concretos do contexto sócio-ambiental a partir dos agentes envolvidos que aproveitem todos os meios públicos e privados, disponíveis para transformar e utilizar responsabilmente a base natural do meio humano, satisfazendo suas necessidades e desenvolvendo valores éticos, que serão passados culturalmente à gerações futuras, ingrediente básico de criação de uma sociedade sustentável.

Da transcrição dos textos acima, é possível intuir que a concepção de sustentabilidade tem suas raízes no debate mundial a respeito da questão ambiental, utilizada como “pano de fundo” ideológico para acobertar os efeitos predatórios decorrentes do avanço do capitalismo, donde se originou o paradigma do *desenvolvimento sustentável*.

Tendo em vista que se trata de um paradigma cujo conceito não é unânime no âmbito daqueles que já se debruçaram sobre o estudo, importa ressaltar sua constituição histórica, para que possamos tomá-la no contexto dessa análise.

Segundo PEDROZO e SILVA (2000), uma série de desequilíbrios ambientais foram causados pelo modelo de desenvolvimento neoliberal (*Revolução Verde*)¹⁰

¹⁰ **Revolução Verde** refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas

dinamizado pela Revolução Industrial, o que fez com que a bióloga Rachel Carson publicasse o seu trabalho intitulado *Silent Spring*, denunciando os perigos de utilização de agrotóxicos na lavoura. A partir desse trabalho, iniciou-se uma série de discussões a respeito da necessidade de preservação dos recursos naturais, a partir das quais originou-se o Clube de Roma, entidade composta por intelectuais e empresários.

Embora o Clube de Roma não compusesse uma entidade tipicamente ambientalista, produziu os primeiros estudos científicos a respeito de preservação ambiental, publicados entre 1972 e 1974, relacionando quatro aspectos a serem observados para que se atingisse a tão almejada sustentabilidade. São eles: o controle do crescimento populacional, o controle do crescimento industrial, eliminação da insuficiência na produção de alimentos, e o controle do esgotamento dos recursos naturais.

A partir disso, dois momentos foram marcantes em âmbito internacional: em 1972, realizou-se a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo (Suécia); em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente, da ONU, presidida pela primeira ministra da Noruega, Sra. Gro Harlem Brundtland, elaborou um documento denominado “Nosso Futuro Comum”, mais conhecido como “Relatório Brundtland”, no qual foi apresentado oficialmente o conceito de Desenvolvimento Sustentável e recomendados os métodos para enfrentar a crise mundial.

de 60 e 70. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização e diminuição do custo de manejo. Também são creditados à Revolução Verde o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como na Gerenciamento de produção. Esse ciclo de inovações se iniciou com os avanços tecnológicos do pós-guerra, embora o termo Revolução Verde só tenha surgido na década de 70. Desde essa época, pesquisadores de países industrializados prometiam, através de um conjunto de técnicas, aumentar estrondosamente as produtividades agrícolas e resolver o problema da fome nos países em desenvolvimento. A introdução destas técnicas em países menos desenvolvidos provocou um aumento brutal na produção agrícola de países não-industrializados. Países como o Brasil e a Índia foram alguns dos principais beneficiados. No Brasil, passaram a desenvolver tecnologia própria, tanto em instituições privadas quanto em agências governamentais (como a Embrapa) e universidades. A partir da Década de 1990, a disseminação destas tecnologias em todo o território nacional permitiu que o Brasil vivesse um surto de desenvolvimento agrícola, com a aumento da fronteira agrícola, a disseminação de culturas em que o país é recordista de produtividade (como a soja, o milho e o algodão, entre outros), atingindo recordes de exportação. Há quem chame esse período da história brasileira de Era do Agronegócio (ou Era do Agrobusiness, embora esse último termo soe provocativo em alguns círculos nacionalistas). Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre. (retirado do site www.wikipédia.org.)

O conceito instituído no relatório de Brundtland é lembrado por PEDROZO e SILVA (2000) e é traduzido nestes termos: “*o desenvolvimento sustentado é o desenvolvimento que faz face às necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades*”.

Com efeito, do conceito estabelecido no Relatório de Brundtland, PEDROZO e SILVA (2000) apontam para dois aspectos a serem considerados: o primeiro diz respeito a uma exigência, implícita no conceito, de uma posição de equidade social entre as gerações presente e futuras, o que implica em que

um modelo de desenvolvimento que seja positivo para as gerações presentes, não pode colocar em risco a perpetuação da espécie humana. O segundo aspecto refere-se ao fato de que para se alcançar a sustentabilidade, algumas dimensões deverão ser observadas: a eliminação da pobreza, a conservação de recursos básicos para a vida, a ampliação do conceito de desenvolvimento, que além do crescimento econômico, também deve abarcar o crescimento cultural e social, e a interligação da economia e da ecologia (ecoecologia).

O que se verifica, portanto, é que a proposta do desenvolvimento sustentável traz explicitada uma enorme lacuna no que diz respeito aos mecanismos de alcance do que se propõe, visto desconsiderar significativamente as condições concretas do processo produtivo contemporâneo, que se alimenta exatamente daquilo que a proposta pretende “eliminar”, sem nenhuma menção à destruição do próprio sistema; visto desconsiderar que as implicações ambientais, políticas e culturais que o conceito faz emergir decorrem do próprio modelo econômico-social.

Com efeito, em seu importante trabalho, BOLDRINI (2003) alerta para o caráter ideologizado da proposta de desenvolvimento sustentável, esclarecendo:

A ideologia (*nas propostas de desenvolvimento sustentável*) aparece em muitos aspectos, a saber:

- quando ocultam as contradições entre o público e o privado ao colocarem a responsabilidade das soluções quanto à destruição ambiental para o poder público, quando a destruição é causada pela iniciativa privada;
- quando desvinculam o consumo da produção, assim como o consumidor do produtor;
- quando ocultam os problemas da pobreza nos países de "primeiro mundo", enfatizando os países de "terceiro mundo" como o alvo de preocupação ambiental;
- e, principalmente, quando atrelam a destruição ambiental à pobreza e esta à superpopulação, sendo que esta última categoria aparece com vida própria, desvinculada das relações de produção.

Não obstante a pluralidade de formas (e conteúdos) com que o problema é tratado pelos estudiosos do tema, a imprecisão do conceito não tem se traduzindo em empecilho para que seja utilizado como *categoria-chave* entre os planos de desenvolvimento financiados pelos governos e agências internacionais.

Muito ao contrário, é justamente tal imprecisão que vai permitir que, ao menos no plano discursivo dos seus defensores, isto é, no nível ideologizado, a proposta do desenvolvimento sustentável possa realizar a mágica de ignorar qualquer preocupação com a produção e o mercado e priorizar a vida, ao fazer ferrenhamente a defesa do aspecto ambiental e limitar a questão social a uma pretensa superação da pobreza, sem, no entanto, questionar o modo de produção gerador de tal quadro.

Procedendo a uma análise crítica da concepção de desenvolvimento sustentável e meio ambiente, BOLDRINI buscou demonstrar que os fundamentos de tal concepção encontram-se calcados na ideologia, cujo objetivo:

“por um lado, é o de dissimular os interesses capitalistas imbrincados na conservação dos recursos naturais que ainda restam para explorar, no planeta (...). Por outro, ao colocar a superpopulação e a pobreza como os geradores das crises ambientais, culminando no Aquecimento Global e conseqüente Alteração do Clima, a ideologia do Desenvolvimento Sustentável dissimula o verdadeiro fundamento do problema da superpopulação, da pobreza e das crises ambientais no planeta, qual seja a contradição entre Trabalho e Capital. Através desta ideologia a classe dominante – aqueles que personificam o capital - legitima as condições sociais de exploração e dominação. (BOLDRINI, 2003).

Foladori, citado por BOLDRINI (2003), em uma análise crítica sobre o relatório *Nosso Futuro Comum*, acima mencionado, apreende, com muito clareza, que as próprias denúncias sobre os impactos ambientais nele contidas deixam claro que não se pode separar o regime capitalista de produção das questões ambientais e sociais, ainda que os autores do dito relatório pareçam não reconhecer tal relação de determinação.

No dizer de PEDROZO e SILVA (2000): “*A grande propagação da ideologia do desenvolvimento foi possível porque instituições financeiras de Bretton Woods passaram a controlar a política econômica dos Estados nacionais, considerados agentes fundamentais do processo de desenvolvimento*”. É exatamente aí que reside a força do seu clamor, na medida em que se ajusta perfeitamente aos discursos ideológicos dos projetos neoliberais, desconsiderando inclusive o processo de constituição do próprio conceito, que emergiu como resultado das políticas de mercado.

Ademais, ressalte-se que a proposta do desenvolvimento sustentado encontra largo respaldo no então denominado “terceiro setor”, principalmente no que refere ao âmbito da educação. Com efeito, PEDROZO e SILVA (2000, p. 6) afirmam que

...esse processo de transformação está relacionado com a capacidade que **a sociedade civil** tem de se articular e de promover a defesa de seus direitos ao nível local, regional, nacional e global” e para isso, impõe-se que “a estratégia mais importante que a proposta de Desenvolvimento Sustentável comporte seja a de que a educação/reeducação é fundamental, não somente para que o homem possa se qualificar para lidar com as novas tecnologias, mas também para que ele possa se conscientizar da sua necessidade sobre o papel de sua existência, e da necessidade de se preservar o meio ambiente, e perceber que o mundo é um sistema formado por diversos subsistemas inter-relacionados e interdependentes, dos quais ele depende para continuar a existir.

Registre-se que, a “sustentabilidade” anunciada pelos defensores do protagonismo juvenil (com vistas ao desenvolvimento humano sustentado) tem no seu conteúdo a mesma dimensão da “sustentabilidade” publicizada pelas instituições financeiras de Bretton Woods.

Com efeito, é exatamente aí que reside a “evolução” do termo *desenvolvimento sustentável* para *desenvolvimento humano sustentado*, em que, numa retomada da Teoria do Capital Humano, mais adequada aos ditames neoliberais, direciona-se o desenvolvimento econômico a partir do desenvolvimento das potencialidades humanas individuais – que é o que propõe, diga-se, o **protagonismo juvenil**.

A PRODUTIVIDADE

Por outra monta, a categoria *produtividade*, que também está no cerne do paradigma do desenvolvimento humano sustentado, aqui é entendida como sendo a possibilidade de, por meio do protagonismo, educar para o trabalho.

Essa educação para o trabalho é que irá preparar o trabalhador sob a ótica de um perfil de polivalência e flexibilidade, posto que, segundo Costa, é *o trabalhador requerido pela economia do conhecimento*. Para atingir tais qualidades, Costa enfatiza a necessidade de se equilibrar habilidades básicas, específicas e de gestão, conceituando-as.

Para este pedagogo, *as habilidades básicas são aquelas que duram a vida inteira, como a leitura, a escrita, a expressão oral, a capacidade de resolver problemas, planejar, criar, de relacionar-se eticamente com as demais pessoas, etc.*

As habilidades específicas são aquelas necessárias para o trabalhador participar da produção ou de uma das etapas da produção de um determinado bem ou serviço.

As habilidades de gestão compreendem as habilidades de auto-gestão, co-gestão e heterogestão, as quais caracterizam-se respectivamente por: cuidado individual com a saúde física e mental e seus efeitos na atuação profissional; capacidade de relacionar-se em grupo e capacidade de coordenação do trabalho alheio.

Costa é enfático ao afirmar que *o protagonismo permite ao adolescente desenvolver habilidades básicas e de gestão que, mais tarde, serão fundamentais para o seu desempenho no mundo do trabalho*. Porém, alerta: *o protagonismo juvenil não é certamente uma educação profissional strictu sensu. Sua relação com o mundo do trabalho reside no fato de que ele introduz o jovem numa realista e autêntica **cultura da trabalhabilidade**, ou seja, numa visão inovadora de como ver, viver e conviver com o novo mundo do trabalho*. (COSTA, 2003, 50)

O debate a respeito da produtividade, no interior do processo de protagonismo perpassa a idéia da **cultura da trabalhabilidade**, que pode ser traduzida pelo transcrito do site da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, ao explicitar um de seus programas:

O PROGRAMA LARGADA 2000 é resultado de uma **Aliança Social Estratégica** entre o Serviço Social da Indústria - SESI e o Instituto Ayrton Senna e é voltado para adolescentes na faixa etária de 14 a 19 anos nas áreas de Lazer, Saúde, Educação e Ação Social nas Unidades SESI/SENAI do Estado de Minas Gerais.

A metodologia de trabalho utiliza-se de três eixos - educação para valores, protagonismo juvenil e cultura da trabalhabilidade, no sentido de viabilizar o adolescente como pessoa, cidadão e trabalhador:

Educação para valores. A metodologia de trabalho utiliza-se de três eixos - educação para valores, protagonismo juvenil e cultura da trabalhabilidade, no sentido de viabilizar o adolescente como pessoa, cidadão e trabalhador.

Protagonismo Juvenil. Como cidadão, desenvolvendo o seu sentido de reciprocidade nas relações sociais; de co-responsabilidade pelo bem comum e de participação solidária, construtiva e criativa na busca conjunta de soluções para problemas reais na escola, na comunidade e na vida social mais ampla.

Cultura da Trabalhabilidade. Como trabalhador, desenvolvendo as competências e habilidades necessárias para o adolescente viabilizar-se no mundo do trabalho, transformando pela globalização dos mercados, pela inovação tecnológica e pelas novas formas de organização do processo produtivo. Mais do que nunca, ele precisará desenvolver sua trabalhabilidade, como condição para ingressar, permanecer e progredir num mercado de trabalho em constante mutação.

O Programa Largada 2000 parte da constatação de que hoje - na sociedade dita "da informação" - todos os espaços da vida social são potencialmente educativos.

Educação para valores, para a autonomia e para o trabalho podem ocorrer tanto em uma sala de aula como em uma partida de futebol. (www.fiemg.com.br)

Na mesma senda explorada, em entrevista à Sulamérica On-line, denominada **“Funcionário é peça estratégica”** o Sr. Luiz Carlos Campos, presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), afirma que a principal mudança no mercado de Recursos Humanos, nos últimos dez anos, deve-se ao fato de que há uma preocupação maior na relação entre a empresa e seus funcionários, ou seja, desenvolveu-se a consciência de que as pessoas são o principal recurso estratégico das organizações. Segundo ele: *“Criamos a palavra ‘Trabalhabilidade’ para vinculá-la mais ao trabalho e menos ao emprego, porque isso é uma realidade dos nossos tempos”*.

E, ao ser questionado sobre os rumos do mercado, respondeu:

Pelo viés de Recursos Humanos, destacaria a questão da produtividade. Já pelo lado das organizações, a competitividade, e pelo lado das pessoas, a “trabalhabilidade”. A necessidade de estar mais produtivo num mundo acelerado e altamente competitivo nos remete para a seguinte reflexão: como implantar e manter operante os sistemas e as organizações vivas e atuantes? A equação é complexa e novamente a principal variável será pessoas com talento. Talento para gerir gente, para construir culturas organizacionais que estimulem e retenham pessoas preparadas com potencial para criar, agir e fazer as coisas acontecerem. A palavra “trabalhabilidade” não existe. Ela foi cunhada por mim e pelo L.A. Costa Leite, para substituir o termo empregabilidade que existe, e vinha sendo muito utilizado. Como nós acreditamos que o emprego tradicional com carteira assinada, que eu afirmo que não vai acabar, não será a única forma de relações de trabalho e tampouco a única maneira de geração de renda, criamos essa expressão para vinculá-la mais ao trabalho e menos ao emprego. E isso é uma realidade dos nossos tempos. (http://www.sulamerica.com.br/grupo/revista/15/m_entrevista.html, retirada em 20/07/04)

A conexão entre *a cultura da trabalhabilidade* e o atual processo de reestruturação do capital evidencia-se pela função que se atribui à educação do trabalhador, a qual toma em caráter secundário até mesmo a mera formação técnica, voltando seu foco, mais enfaticamente, no sentido de prepará-lo para a nova configuração das relações de trabalho, caracterizada pela flexibilidade de funções e, sobretudo, marcada pelo desemprego estrutural.

Não por acaso os teóricos citados se referem explicitamente a uma substituição terminológica – entretanto, não meramente semântica - que retrata o aprofundamento da desregulamentação do trabalho e conseqüente perda das garantias arduamente

conquistadas pelos trabalhadores em lutas históricas contra o processo de exploração capitalista. Essa substituição faz avançar para um patamar mais elevado um processo que teve seu início na substituição da noção de emprego pela noção de empregabilidade. Reconhecendo que “*o emprego tradicional com carteira assinada... não é a única forma de relações de trabalho*”, urge criar um novo conteúdo para a formação do trabalho: a preparação para a trabalhabilidade, ou seja, a preparação para ser mão de obra disponível, dificilmente incorporada ao mundo do trabalho, porém conformada.

É um discurso ideológico na medida em que, pela “suposta” valorização do indivíduo, processa um deslocamento aparential da perspectiva de lucro – fundamento de existência e fim da empresa. Trata-se da pregação de uma “nova” proposta visando o indivíduo, cujo conteúdo não apresenta consonância com a realidade concreta, posto que, sob o jugo do capital a produtividade se traduz tão somente como mecanismo de extração de mais valia relativa, donde resulta a manutenção da lógica do mercado.

Trata-se, enfim, de um discurso ideológico que promove a apologia do trabalho, como suporte e forma de legitimação da exploração capitalista para os poucos que conseguem inserção no mercado de trabalho e, nos dias atuais, como legitimação do processo de desemprego estrutural.

Finalmente, há de se destacar o caráter altamente articulado dessa proposta - expressão pedagógica da política neoliberal -, que toma o trabalhador ainda jovem, em pleno desabrochar da vida adulta, em um momento privilegiado de desenvolvimento da consciência, e incute-lhe, por mecanismos altamente sedutores, uma visão de mundo que, em última análise, torna-o culpado dos efeitos da própria exploração ou exclusão de que é vítima.

O EMPODERAMENTO

O desenvolvimento humano sustentado, na forma como é teorizado pelos defensores do protagonismo juvenil, traz no seu bojo, entremeado à cultura da trabalhabilidade, a idéia da necessidade de promover *o empoderamento (de pessoas de modo que elas participem e se beneficiem do processo de desenvolvimento)*.

Na cooperação para o desenvolvimento, o termo “empoderamento” (em inglês: *empowerment*) é utilizado para designar “*um processo contínuo que fortalece a autoconfiança dos grupos populacionais desfavorecidos, os capacita para a articulação*”

de seus interesses e para a participação na comunidade e que lhes facilita o acesso aos recursos disponíveis e o controle sobre estes, a fim de que possam levar uma vida auto-determinada e auto-responsável e participar no processo político". (Retirado do site <http://www.gtz.de/glossar/potugiesisch/> em 20/07/04)

O debate a respeito do termo *empoderamento* vem ocorrendo desde os anos 70, a partir de discussões que diziam respeito ao *desenvolvimento sustentável*, autogestão de recursos políticos, econômicos e sociais, com vistas à redução da pobreza nos países periféricos.

A luz desse debate insta citar o nome de um de seus maiores ideólogos: John Friedman, professor de planejamento urbano da University of Califórnia (Los Angeles – EUA). Tendo atuado como consultor de planejamento na América Latina e Ásia, construiu uma teoria de *Desenvolvimento Alternativo*, que no seu entendimento, constituiria uma abordagem alternativa à doutrina econômica tradicional (neoliberal) do desenvolvimento.

Friedman elabora uma proposta de desenvolvimento a partir de uma política de *empowerment* direcionado às famílias pobres, a fim de torná-las aptas a alcançarem melhores condições de vida e integrá-las na comunidade em geral, donde suceder-se-ia uma integração política, econômica e social com respeito às gerações futuras (FRIEDMANN, 1996)

A teoria de Friedman traz como justificativa moral do desenvolvimento alternativo a idéia de que *as pessoas têm o direito fundamental e igual a condições materiais de vida adequadas*. (p.9) Tal justificativa sustenta-se na defesa dos direitos humanos, dos direitos dos cidadãos e do desenvolvimento integral das potencialidades humanas ("*human flourishing*").

Afirmando abandonar a concepção neoclássica de *homo economicus*, Friedman assenta o desenvolvimento alternativo na economia familiar, entendendo a família tanto como unidade produtiva, quanto como comunidade política, cuja possibilidade de melhoria das condições de vida só se daria com base no "empoderamento" (*empowerment*), o qual consiste no acesso a um poder que se apresenta em tripla dimensão: social, política e psicológica. Empoderamento, enfim, é dotar do poder para agir. É exatamente aí que Friedman faz referência ao *empowerment* como sendo a condição sob a qual dar-se-ia a reinserção, na sociedade, das famílias então excluídas.

Nesse sentido, Friedman não desconsidera as relações da família com o mercado, mas ao contrário, busca articular essas relações às relações morais. Sob esse ponto de vista, entende a família como: “*o fundamento básico para se repensar as relações econômicas, contrapondo-se ao viés individualista da economia neoclássica*”.(p.47)

Para a realização do desenvolvimento alternativo, Friedman propõe um conjunto de quatro “orientações alternativas”: 1) a integração política, através do favorecimento de reivindicações de natureza política que visam modificar o sistema de relações políticas e as instituições correspondentes; 2) a integração econômica, assentada no atendimento à reivindicação de um crescimento adequado, que articule relações territoriais (políticas) e não territoriais (de mercado); 3) a integração social, através da promoção de reivindicações de igualdade entre os gêneros; 4) a integração futura, pelo atendimento das reivindicações relativas ao meio ambiente, de modo a garantir, para as gerações futuras, condições ambientais iguais ou melhores que as de seus antepassados.

Esta teoria do empoderamento é incorporada nos textos de Costa, assim como nos documentos do IIDAC, articuladamente à idéia do protagonismo, como uma prática formativa do jovem.

Conforme entendimento de Costa, na *transição da heteronomia da infância à autonomia do mundo adulto, o protagonismo juvenil pode exercer uma influência construtiva da maior relevância, ao permitir o crescimento pessoal do adolescente, com base no desenvolvimento da auto-estima e na construção da identidade* (Costa, 2001, 31). Contudo, a produção da auto-estima depende da possibilidade de se desenvolver no adolescente um auto-conhecimento, capaz de torná-lo auto-confiante, na medida em que, conhecendo-se, acaba por aceitar-se com suas *forças e debilidades*. Da auto-estima produzida pelo auto-conhecimento e por decorrência, auto-aceitação, é possível que o adolescente crie uma *visão destemida do futuro, que é o primeiro passo na construção do projeto de vida*. Para Costa, há um período anterior à construção do projeto de vida – que não pertence à racionalidade, que o mesmo caracteriza como sendo um sentimento de desejo intenso em relação ao futuro. Quando esse sentimento transmuta-se em razão, constitui-se em projeto de vida, donde *a vida do jovem passa a revestir-se de sentido e o sentido da vida é a linha que une o ser ao querer-ser*. (idem)

Para Costa, é esse sentido da vida que irá direcionar o jovem na busca por autonomia, autodeterminação, bem como nele produzir uma capacidade de resistência

às adversidades, no seu dizer – a *resiliência*, o que também poderá ser utilizada como instrumento de fortalecimento no processo do desenvolvimento individual do jovem, sua busca por auto-realização.

Para este pedagogo, a auto-realização compreende o desenvolvimento do potencial individual, a partir da realização das promessas que cada um faz a si próprio, desde o nascimento. Nesse sentido, cita Freud, ao afirmar que a realização do homem se dá no amor e no **trabalho**. Nesta mesma ordem de idéias, também cita Cenise Monte Vicente, ratificando a sua defesa de acrescentar mais um aspecto na busca pela capacitação individual de realização: *o homem realiza-se através da solidariedade para com os outros homens, ou seja, na ação em favor do bem-comum, na esfera da cidadania*.

Ao propor o desenvolvimento da *subjetividade* do jovem, Costa aduz:

É nessa esfera que o jovem supera o particularismo das relações afetivas e do projeto profissional, desabrochando para o desenvolvimento social no sentido pleno do termo. E é precisamente aí que o protagonismo juvenil, enquanto prática e vivência da educação para a cidadania, encontra a fonte do seu sentido e o suporte da sua significação como rito de ingresso das novas gerações nas questões relativas ao bem-comum.

E defende:

...o protagonismo do ponto de vista da sua importância para o desenvolvimento pessoal e social do adolescente, é um direito. Por outro lado, se olharmos o protagonismo do ponto de vista da família, da escola e da comunidade, não podemos deixar de percebê-lo como um dever.

Para Costa, a possibilidade de auto-realização perpassa a idéia de *empoderamento*, ou seja, seria o caminho que leva à auto-realização, conforme afirma:

A atuação voluntária enseja a revalorização da pessoa, da sua presença no mundo, conferindo-lhe um outro significado. Este tipo de ação leva as pessoas a dizerem coisas do tipo: "estou melhor comigo mesma", "aprendi mais do que ensinei", "recebi mais do que dei", "cresci". Os reflexos deste tipo de constatação na auto-estima, no auto-conceito e na autoconfiança dos voluntários se traduzem naturalmente na elevação dos níveis de motivação, criatividade e compromisso na vida pessoal e profissional de cada um. (artigo titulado "**Voluntariado Corporativo**", retirado do site <http://www.facaparte.org.br/> em 20/07/04)

Uma tal afirmação aponta, como nos conceitos anteriormente analisados, para uma perspectiva de desenraizamento dos problemas e afirmação idealizada de soluções. Busca produzir, no âmbito da subjetividade, mecanismos de resistência – e não de enfrentamento – à adversidade, uma *resiliência*, um conforto moral destituído de

qualquer base material, bem como uma auto-imagem que não reflete a vida concreta do indivíduo.

Por outro lado, o *empoderamento* supõe um dever que desemboca na atuação voluntária, atribuindo a esse sujeito, destituído até mesmo de uma imagem especular que de fato o represente, o dever de, pela solidariedade, resgatar seus iguais das condições de miserabilidade em que se encontram.

Abandonada a perspectiva de transformação social pela destruição do cerne da sociedade capitalista, a “alternativa” que resta é, tão somente, a alienação.

2.1. Desenvolvimento Humano Sustentado e a Teoria do Capital Humano

A análise de todos esses elementos do *Paradigma do Desenvolvimento Humano Sustentado* permite reconhecer, nele, em certa dimensão, uma versão atualizada da “Teoria do Capital Humano”, que floresceu a partir dos anos 60, ao mesmo tempo como uma teoria de desenvolvimento e uma teoria da educação.

Enquanto teoria do desenvolvimento, atribui à educação o papel de produtora de capacidade de trabalho, e, conseqüentemente, reconhece-a como potenciadora de renda, isto é, como capital (social e individual) que atua como fator de desenvolvimento econômico e social.

Na dimensão de teoria da educação, concebe a prática pedagógica sob uma perspectiva instrumentalista e funcional, orientada para o desenvolvimento econômico, ao qual serve na medida em que, reduzida à mera dimensão técnica, provê os requisitos exigidos pelas ocupações existentes no mercado de trabalho. Em suma, na expressão de FRIGOTTO (1984), “*a teoria do capital humano representa a forma pela qual a visão burguesa reduz a prática educacional a um “fator de produção”, a uma questão técnica*”.(p.18)

É interessante observar que essa teoria se desenvolve e se difunde articuladamente a uma conjuntura político-econômica cujo aspecto mais relevante foi a emergência de um novo movimento imperialista, em que os Estados Unidos substituem a hegemonia britânica no comando da economia capitalista mundial.

Com a intenção de consolidar o controle econômico sobre a periferia e portanto sobre todo o mercado mundial, os Estados Unidos utilizam sua posição hegemônica para estabelecer as instituições de Bretton Woods — o General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Essa nova

configuração imperialista não significa, entretanto, apenas um redirecionamento do destino dos lucros provenientes da exploração dos países periféricos, mas contempla um grau mais avançado dos mecanismos dessa exploração, seja com a incorporação de novas tecnologias, seja com novas modalidades de gestão para incremento da produtividade. Essa relação entre a nova configuração imperialista e a TCH não passou despercebida a FRIGOTTO (1984) que diz:

O que é intrigante na teoria do capital humano – que postula uma ligação linear entre desenvolvimento e superação da desigualdade social, mediante a qualificação, porque levaria a uma produtividade crescente – é o fato dela surgir quando observamos historicamente uma reorganização do imperialismo, uma exacerbação do processo de concentração e centralização do capital, uma crescente incorporação do progresso técnico da produção – arma de competição, intercapitalista – e uma conseqüente desqualificação do trabalho, criação de um corpo coletivo de trabalho e o anúncio da fase áurea do desemprego e subemprego no mundo. (p.19-20)

O adensamento da crise que se manifesta como aprofundamento das desigualdades econômicas entre os países centrais – especialmente os EUA – e os países periféricos, e como instauração do fenômeno do desemprego estrutural, passa a exigir a busca de soluções. Daí que, como bem afirma FRIGOTTO, *“Repentinamente parece que a “inteligência” imperialista indica aos países subdesenvolvidos e/ou aos miseráveis do mundo subdesenvolvido a chave mediante a qual, sem abalar as estruturas geradoras de desigualdades, é possível atingir a “igualdade” econômica e social – investimento no capital humano. (FRIGOTTO, 1984, p.16)*

Ao defender a educação – melhor dizendo, o treinamento – como fator determinante do desenvolvimento econômico e, por conseqüência, como instrumento de equalização social, a Teoria do Capital Humano produz uma inversão na ordem do real, de modo que a superestrutura é que se apresenta como determinante da infraestrutura. Assim, deslocando o *locus* de origem das mazelas sociais do campo da produção para o campo do produzido, a Teoria do Capital Humano contribui não apenas para retirar os fatores econômicos do foco da crítica, como, ainda, para reafirmar as relações de produção capitalistas, mercê de um discurso pretensamente científico que logra traduzir a realidade de forma mistificada, reforçando as interpretações de senso comum.

Ora, o Paradigma do Desenvolvimento Sustentado, sob novos enunciados, traduz, de certa forma, o mesmo móvel e a mesma estratégia da Teoria do Capital Humano.

De fato, da mesma forma que a TCH, aquele paradigma pressupõe a determinação da superestrutura sobre a infraestrutura, ao defender a vontade, orientada por uma consciência cidadã e orientadora de um dito protagonismo, como o fator determinante do desenvolvimento individual e coletivo. TCH e protagonismo se vêem, ambos, como combustível das mudanças sociais. O protagonismo também concebe, a exemplo da TCH, que a orientação da vontade pela consciência cidadã se processa por mecanismos educacionais, o que coloca a educação, em última instância, como redentora da sociedade contemporânea.

Entretanto, há aspectos importantes que distinguem essas teorias entre si, os quais se explicam pelas diferenças que marcam os distintos momentos históricos em que elas emergiram. O mais relevante deles se refere, no nosso entendimento, à própria mudança de paradigma, apontando para uma radicalização na aposta pela educação como elemento fulcral das mudanças sociais. Nesse sentido, afirma Cavagnari: “*Com as ascensão do estado neoliberal e o fenômeno da globalização nos anos 90, há um deslocamento do paradigma da época anterior: do crescimento e do desenvolvimento para a prioridade à educação.*” (VEIGA e RESENDE, 2003, p. 95) O mais relevante deles se refere, no nosso entendimento, ao próprio conteúdo da educação. Na TCH, este conteúdo se configurava, claramente, como domínio técnico – e a pedagogia tecnicista se articula a esse conteúdo – posto que a qualificação do trabalhador, sob essa teoria, é tomada como mercadoria, como *capital* humano. Em um momento da história do capitalismo que se caracteriza pelo avanço do fenômeno do desemprego estrutural, já não é possível tomar a qualificação técnica como *capital*. Neste momento, o conteúdo da educação tende a deslocar-se da formação técnica para a formação moral, fundada no desenvolvimento da auto-estima que, por sua vez, apóia-se na satisfação que envolve a ação voluntária ou, no interior da escola, por exemplo, na exacerbação do lúdico.

O protagonismo - fundado na ação voluntária – ao mesmo tempo busca produzir um sentimento de satisfação ilusória de inserção social, de integração, de “apoderamento” e, em consonância com o pensamento neoliberal, provoca a incorporação de um ideário de sustentação à transferência de responsabilidade do Estado para o indivíduo, do capital para uma abstrata “sociedade” devidamente depurada dos antagonismos sociais, no que tange à desigualdade social, à produção da miséria e seus desdobramentos.

Nesse ideário, o trato da subjetividade – especialmente na dimensão emocional - assume o centro da atenção pedagógica. No debate político, da mesma forma, a subjetividade prevalece sobre as condições concretas de existência, vale dizer, as relações sociais de produção, orientando-se para o “direito ao direito de”, tangenciando as determinações sócio-econômicas que condicionam as possibilidades de efetivação prática dos direitos formais.

Essa orientação põe em evidência a categoria da cidadania, na sua dimensão especificamente burguesa, isto é, esvaziada de concretude e reduzida à mera formalização legal, jurídica, que define direitos e deveres abstratos.

Nesta nova versão da TCH, a idéia de cidadania, entendida como conhecimento dos direitos e deveres políticos, é o elemento articulador de uma formação, voltada para os filhos da classe trabalhadora, que assume o “empoderamento” como conteúdo e o protagonismo como método.

Essa pedagogia, determinada por tais conteúdo e método, obscurece a determinação, em última instância, das relações capitalistas de produção sobre as condições de existência dos sujeitos, realizando o intento ideológico de, enfim, desobrigar o capital das mazelas sociais.

3. PROTAGONISMO COMO EXERCÍCIO DA CIDADANIA: A ESTRATÉGIA DO IIDAC PARA A FORMAÇÃO DO JOVEM

Diante da sociedade em crise pelos efeitos da acumulação capitalista, é possível verificar, nos últimos 20 anos, uma intensiva mobilização para as questões atinentes ao jovem. Nesse sentido, as discussões e estudos aumentam, principalmente na seara de políticas públicas, lastreada pelas influências da reforma de Estado neoliberal, cuja preocupação é o trabalho do jovem, porque este tema se liga diretamente às questões da pobreza e exclusão social.

Essa mobilização está sustentada, segundo LEITE (2003, 153) *numa oscilação entre uma “retórica do sofrimento”, que orienta “políticas de piedade” passando pelo discurso da “cidadania” e, mais recentemente, pela perspectiva da “racionalidade”, que embasa políticas de direito.*

Leite procede a uma crítica à “retórica do sofrimento” por entender que a mesma está fundamentada em uma perspectiva de defender direitos de crianças e adolescentes

pobres, ou seja, excluídos do sistema, a partir de paradigmas europeus ou norte-americanos sobre o ideal de pessoa, família, trabalho, escola e sociedade, além de não pautar-se em base estatística confiável, mas sensacionalista. Pondera, ainda, que essa perspectiva produz uma espécie de estigmatização de populações e famílias pobres, alvos de “políticas de piedade”.

Para Leite, é a partir dos anos 80 que, em decorrência da mobilização dos trabalhadores e da abertura política, uma nova bandeira para enfrentamento das questões sociais é levantada: a cidadania (LEITE, 2003, p.154).

A autora também alerta para o fato de que os anos 90 são caracterizados pelo surgimento de uma nova tendência mundial de análise do trabalho juvenil, marcada pela busca de uma racionalidade focada em dois aspectos: de um lado, o abandono da idéia de que o trabalho do adolescente e do jovem é uma marca e tragédia do subdesenvolvimento familiar ou nacional, mas uma prática generalizada ao norte e ao sul do Equador, em famílias pobres e não pobres; de outro, uma nova visão do jovem trabalhador, não como vítima passiva da miséria ou exclusão, mas como ator social que sofre as injunções e injustiças sociais.

Por decorrência, a autora conclui que essa nova tendência está fulcrada no reconhecimento de que os jovens são atores sociais, portadores de novas identidades coletivas. Nas suas palavras: “*ao assumir a visão do adolescente/jovem como ator social – e, portanto, sujeito pleno de direitos -, é preciso atentar ao modo como ele interpreta e ressignifica as identificações impostas pelos adultos, os usos que faz das instituições sociais – família, escola, trabalho, entre outras*” (Idem, p.155)

As considerações de Leite são reveladoras de uma tendência não aleatória, nos domínios da hegemonia burguesa, mas antes disso, necessária para a sua manutenção e reprodução. É exatamente nessa ordem de idéias que novos paradigmas, como o protagonismo juvenil, vão sendo criados, assim como os já existentes são “ressignificados”.

Embora a preocupação com o espaço e a atuação juvenis não seja recente, a expressão “protagonismo juvenil” ganhou força por meio de um de seus maiores defensores, o pedagogo Antonio Carlos Gomes da Costa, mentor do Programa Cuidar, da Fundação Odebrecht, e autor do livro *Protagonismo Juvenil*.

Esse autor, tal como os demais defensores do protagonismo juvenil, assume como um dos mais fortes argumentos em defesa desse movimento a idéia de que o jovem somente poderá atuar como cidadão na medida em que tomar conhecimento de sua realidade social e comunitária.

Esta afirmação é, em princípio, extremamente relevante e sua defesa encontra eco no pensamento de qualquer educador conseqüente. Entretanto, cabe indagar sobre qual é o entendimento do que seja, de fato, o conhecimento da realidade, quais as condições desse conhecimento, bem como o que implica a atuação cidadã. É justamente nessa seara que se irá realizar a análise.

A proposta estabelecida pelo autor em pauta padece de reducionismo, na medida em que sustenta que o contato do jovem com os problemas de seu *locus vivendi* é suficiente para torná-lo conhecedor de sua realidade, bem como, por decorrência, torná-lo-ia participante-ativo.

Não restam dúvidas de que o jovem deve tomar conhecimento de sua realidade social. Porém, a questão não se reduz ao mero “contato” com a realidade, mas sim ao fato de compreender, sob um ponto de vista de classe, as relações que constituem essa realidade, ou seja, as relações dialéticas do capitalismo.

Entre as questões que esta concepção de protagonismo juvenil suscita destacam-se, nesse sentido, as seguintes: *que conteúdo será trabalhado com esses jovens para fazê-los compreender a realidade? Por meio do protagonismo juvenil serão discutidas formas de construção de uma nova realidade que rompa com os padrões burgueses ou sua participação se reduz a um processo de melhor adequação à estrutura social vigente?*

Nos escritos de COSTA observa-se que a proposta do protagonismo juvenil, com vistas à formação cidadã, assenta-se em uma concepção de conhecimento da realidade que exclui, ou no mínimo secundariza, um instrumental teórico capaz de romper com os limites da aparência formal da realidade. Em lugar desse instrumental COSTA enfatiza o contato com a realidade e ações aleatórias, não orientadas por um ponto de vista de classe, e, portanto, incapazes de explicitar os antagonismos e contradições da sociedade contemporânea.

Uma tal legitimação é constatável, de forma implícita, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Na LDB encontramos, por exemplo, em seu Título I, Art. 1º, uma referência de acolhida e legitimação das “organizações da sociedade civil”:

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (grifo nosso)

E em seu art. 35, afirma explicitamente a subordinação da educação formal aos ditames do mercado, na sua forma mais atual: a flexibilização, bem como reafirma a cidadania como categoria determinada pela educação. Senão, vejamos:

“O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

...II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com a flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;”

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio encontra-se estabelecido como princípio a “Política da Igualdade”, cujo texto refere ao direito e à cidadania:

“A política da igualdade incorpora a igualdade formal, conquista do período de constituição dos grandes Estados Nacionais. Seu ponto de partida é o **reconhecimento dos direitos humanos** e o **exercício dos direitos e deveres de cidadania**, como fundamento da preparação do educando para a vida civil” (p.76). (Grifo nosso).

Incoerentemente, este último documento, ao mesmo tempo em que atenta para o fato de que a igualdade formal não basta, é firme e claro na defesa de uma política de igualdade cujo eixo se restringe ao “estado de conhecimento do estado de direito”, ou seja, pura abstração:

“A política da igualdade se traduz pela **compreensão e respeito ao Estado de Direito** e aos seus princípios constitutivos abrigados na Constituição: o **sistema federativo** e o **regime republicano e democrático.**”(p.77). (Grifo nosso).

Como se verifica, o ponto de vista da classe dominante quanto à educação incorpora, como um seu objetivo, a promoção dessa inculcação ideológica. Essa perspectiva de formação realizada por várias instituições da sociedade (a família, a Igreja, os organismos de controle social, as diversas modalidades de associações, as Ong’s, etc.), tem, na escola, uma instância privilegiada. Esta instância entretanto, sobretudo no que se refere à classe trabalhadora, cada vez mais vem dividindo sua função com organizações do tipo ONGs e OCIPs, em decorrência do processo progressivo de abandono das políticas públicas pelo Estado.

É o caso do nosso objeto de análise, que se auto-reconhece como instituição promotora de “educação para valores”, visando a promoção do desenvolvimento humano sustentado e fazendo do protagonismo juvenil o seu instrumento para a divulgação da categoria cidadania.

Tanto é assim que grande parte de suas atividades objetivam a promoção do protagonismo juvenil. Para isso, foi criado no interior do próprio Instituto um Centro de Protagonismo Juvenil – CPJ -, fruto de um crescimento acelerado de grupos de protagonismo perpetrado no interior das escolas da rede de ensino público do Estado do Paraná, por meio de um projeto denominado “Vem ser Cidadão”. Nesse projeto, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação do Paraná, a assessoria técnica ficou a cargo do IIDAC, para a constituição e execução dos sub-projetos.

A criação desse Centro foi possibilitada graças a um convênio efetuado entre o Instituto e a Secretaria Estadual de Educação do Paraná. Voltado para os alunos do Ensino Médio, contou com financiamento advindo do PROEM – Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná, envolvendo recursos na ordem de 1,6 milhão¹¹.

O projeto “Vem ser cidadão” constituiu-se um dos principais instrumentos do IIDAC, para a divulgação do protagonismo juvenil, pela facilidade que se demonstrou na formação de “redes” de adolescentes-jovens protagonistas e seus projetos de cidadania.

Tanto quanto o Centro de Protagonismo Juvenil, esse projeto também foi fruto de uma parceria entre a Secretaria Estadual de Educação do Paraná – SEED/PR e o IIDAC, com financiamento do Proem.

A ressonância obtida pelos eventos do “Vem ser cidadão” é atestada pela quantidade de participantes, tanto de âmbito nacional, quanto regional, além das diversas autoridades e profissionais que dele participavam. A título de exemplificação, registre-se a notícia eletrônica da SETI – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná:

Iniciativa da Secretaria da Educação, em 1998, o Seminário "Vem Ser Cidadão" reuniu em Faxinal quase 400 adolescentes, de 13 a 19 anos, de treze estados brasileiros. Ali nasceu a rede nacional de jovens promotores da cidadania, um marco na história, coincidente com o ano em que se comemorou os 50 anos dos Direitos Humanos. As atividades destes jovens foram acompanhadas por cem educadores e pela atenção de 50 representantes da mídia nacional, num total de 550 pessoas. (<http://www.seti.gov.br>)

¹¹ O PROEM é resultado de um acordo entre o Governo do Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, responsável por uma parcela significativa de financiamento. O estudo realizado por Ana Lorena de Oliveira Bruel – As Reformas do Ensino Médio no Estado do Paraná (1998-2002): relações entre o PROEM e os projetos de protagonismo juvenil, 2003, relata que “*O total de recursos repassados para o IIDAC ao longo dos quatro anos de convênio com a SEED (de 1999 a 2002), corrigido pelo IGP-Médio calculado pelo DIEESE, passa de R\$ 1,6 milhão, proveniente do PROEM e do PQE – Programa de Qualidade de Ensino.(p.118)*”

Em ano posterior, a notícia produzida pelo portal do protagonismo juvenil, da conta de amplitude do evento:

Vem ser Cidadão 2001. O 4º Seminário Vem Ser Cidadão, que aconteceu em Faxinal do Céu-PR, tem como objetivo salientar, promover e incentivar jovens a desenvolverem projetos sociais no Brasil com oficinas e palestras. Com mais de mil participantes representando 15 estados brasileiros e 17 países da América latina e Europa, o evento foi promovido pela SEED, Secretaria de Estado de Educação do Paraná com o Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania - IIDAC e teve como tema "Cooperação Internacional" durante os dias 31/10 a 04/11.

A cerimônia de abertura contou com a secretária de Estado da Educação , Alcyone Saliba, a ouvidora da SEED e coordenadora geral do CPJ - Centro de Protagonismo Juvenil - Tânia do Rocio, Gilson Scharnik, presidente do IIDAC e coordenador executivo do CPJ, o vice-presidente da Associação Brasileira de Ouvidores, João Elias de Oliveira; o assessor técnico do Fórum Latino Americano de Juventude (FLAJ), Juan Carlos Rodriguez. e a representante da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, Esmeralda Brown. (<http://www.protagonismojuvenil.org.br>)

Neste evento de 2001, o pedagogo Antonio Carlos Gomes da Costa, na condição de principal ideólogo brasileiro da concepção abraçada pelo IIDAC, participou como palestrante.

Como se depreende acima, o protagonismo juvenil é o método pedagógico de que se vale o IIDAC para a formação do adolescente-jovem para a **ação cidadã**. Cabe, então, interrogar qual concepção de *cidadania* é assumida pelo Instituto?

Este questionamento é importante uma vez que, no interior de uma sociedade de classes e dada a natureza dialética do real a condição de cidadania carrega, necessariamente, positivities e negatividades.

Assim, embora se constitua em uma a categoria que, na sociedade contemporânea, realiza uma função ideológica de ocultamento e/ou legitimação dos antagonismos sociais, também é condição necessária para avanços táticos da classe trabalhadora, enquanto campo de luta para a conquista de direitos essenciais. Enquanto campo tático, traduz-se contrária aos interesses do capital e é nessa condição que passa a ser invocada pelos trabalhadores.

Entretanto, Note-se que a categoria cidadania, a partir dos anos 90, está presente nos mais variados discursos sociais: *a empresa-cidadã, agir com responsabilidade social visando a defesa da cidadania, etc.*

A fim de responder a esses questionamentos, cuja explicação constitui a matéria de nosso estudo, é preciso percorrer um caminho endogenista pela categoria cidadania,

na medida em que somente a sua reconstituição histórica é que nos levará a uma compreensão de sua atual conotação.

4. A CIDADANIA NO QUADRO DOS “NOVOS” PARADIGMAS SOCIAIS:

Como já demonstrado, os efeitos do novo regime de acumulação pós-fordista trazem a lume a reafirmação dogmática, porém com novas roupagens, dos paradigmas tanto estruturais como fenomênicos no interior do embate capital-trabalho.

É importante observar como esses paradigmas assumem diferentes formas, principalmente em um processo em que se exige o estabelecimento de uma educação não-formal em substituição à instituição escolar (formal por excelência), resultante dessa nova composição de acumulação do capital.

Atenta para esse contexto, esta pesquisa propôs-se a apreender a interdependência entre dois eixos de redefinição inerentes a estas mudanças estruturais: a cidadania e o trabalho. Ao buscar tal articulação entre ambas as categorias, buscou-se demonstrar de que forma as mudanças nas relações produtivas de base fazem emergir a necessidade de “novos” discursos constituídos pelas classes proprietárias em consonância com os ditames do neoliberalismo.

Essa formação ideológica se organiza em torno do Consenso de Washington, cujo conteúdo centra-se na transformação do Estado do tipo “*Welfare state*” para o chamado “Estado Mínimo”, bem como na transferência da responsabilidade do atendimento às questões sociais, do Estado para o chamado “terceiro setor”, por meio de ações “voluntárias” da “sociedade civil”. Com efeito, verifica-se uma paulatina desresponsabilização do Estado para com a classe trabalhadora no que tange às ações voltadas ao bem-estar social. Cabe lembrar que essa transferência ocorre *pari passu* com um movimento de flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas tão arduamente conquistados, o que atinge sobremaneira as condições de cidadania¹².

Ora, foi através do Estado do tipo “*Welfare State*” que a burguesia pretendeu estabelecer uma rede mínima de direitos e garantias dos cidadãos, ou seja, realizar certas condições de cidadania, conferindo ao Estado o papel de mediador num contexto de oposição de interesses classistas, ocultando sua natureza francamente interessada e

¹² A passagem do Estado de Bem-Estar Social para o chamado “Estado mínimo” tem sido abordada por vários autores. Entre outros, mencionamos SOKOL; 2003; PETRAS, 1999; POCHMANN, 2001; COUTINHO, 1999; NETTO, 1992; OFFE, 1995; KUENZER, 2002, SAES, 2003; COGIOLLA, 1994.

opressora. Este modelo de Estado resultou de lutas trabalhistas, em um contexto histórico em que, por um lado, o capitalismo vivia, nos países centrais, uma onda ascendente de desenvolvimento e, por outro, apresentava-se tensa a correlação de forças entre os regimes capitalista e comunista.

A derrocada desse modelo de Estado - determinada pela nova composição da estrutura orgânica do capital, ao lado do desmonte do regime comunista nos países do Leste - ao atingir profundamente aqueles direitos e garantias, colocou em evidência a questão dos direitos de cidadania. A solução neoliberal para este tensionamento entre capital e trabalho deu-se por dupla via: através da proliferação de legislação afirmativa de direitos de cidadania – que, dadas as condições concretas da população, raramente extrapolam o plano meramente formal -, e através do deslocamento, para o terceiro setor, do atendimento de algumas áreas que, até então, constituíam responsabilidade do poder público. A insistente proclamação e defesa da cidadania apresenta, assim, uma face mistificadora dos reais conflitos que marcam as relações sociais de produção no atual contexto da acumulação capitalista.

Para melhor análise desta questão, cumpre apreender, ainda que em breves linhas, o percurso de desenvolvimento da categoria cidadania no interior da sociedade capitalista, desde suas origens até sua configuração nos moldes atuais da reestruturação produtiva do capital, neste caso, como conteúdo reiterado no discurso do chamado “terceiro setor”, consagrado, este, como principal veículo de articulação dos direitos de cidadania.

Tal reflexão se justifica na medida em que o objeto de nosso estudo – IIDAC, constitui-se como instituição característica do terceiro setor e se define como articulador do fenômeno do “protagonismo juvenil”, cujo intento é desenvolver no adolescente-jovem a cidadania-participativa.

4.1. A categoria Cidadania abraçada pelo IIDAC: percurso de evolução e a versão contemporânea

Não obstante a categoria cidadania ter suas raízes em tempos bastante remotos, conforme retrata PINSKY, em seu livro *Os profetas sociais e o Deus da Cidadania* (PINSKY e PINSKY, 2003), ir-se-á restringir, para efeito da pesquisa, apenas à noção

de cidadania construída pelo estado liberal burguês. Ir além, implicaria elaborar um tratado, o que, evidentemente, extrapola os limites e as possibilidades desse trabalho.

É imprescindível ressaltar que, via de regra, na interpretação das fontes teóricas analisadas, pertinentes a tal categoria, percebeu-se sua intrínseca relação com a questão da defesa da propriedade privada por meio dos chamados direitos de cidadania, o que reafirma a interpretação marxista segundo a qual o cerne da formação das superestruturas consiste nas relações de produção infra-estruturais, relações estas que se fundamentam na propriedade privada dos meios de produção.

Detendo-se a explicitar a construção de tal categoria por decorrência das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, verifica-se que a conquista dos direitos do cidadão, ou seja, do habitante da cidade, transcorreu ao longo de pelo menos três séculos, assim distribuídos: direitos civis (século XVIII); direitos políticos (século XIX) e direitos sociais (século XX). Essa construção paulatina não se deu por mero acaso, mas por necessidades historicamente construídas e decorrentes do processo de formação capitalista.

Os primeiros impulsos para a construção da categoria cidadania nos moldes da perspectiva liberal burguesa decorreram da Revolução Gloriosa Inglesa do século XVII (1640-1688). Essa revolução constituiu um momento singular entremeio à derrocada da sociedade organizada em feudos e a consolidação da sociedade capitalista.

Como pano de fundo da revolução inglesa já vinha ocorrendo todo um processo de transformação das condições concretas – desencadeada pelo desenvolvimento de novas forças produtivas – e da visão de mundo que lhes era correspondente. Verifica-se, assim, no campo das idéias, a decadência de percepção teológica de mundo, por força crítica do saber científico que vai ganhando corpo. Este saber ultrapassou os limites impostos pelos dogmas religiosos, os quais possibilitavam uma organização calcada em privilégios. De fato, segundo MONDAINI (2003, 115) *“O homem passou não apenas a traçar o seu destino, mas também a ter total capacidade de explicá-lo”*. Continuando, o mesmo autor afirma: *“Contra um mundo de “verdades reveladas”, assentado no trinômio particularismo/organicismo/heteronomia, construiu-se um outro pautado no trinômio universalidade/individualidade/autonomia, no qual a descoberta das verdades depende do esforço criativo do homem”*.

O esforço criativo do homem, a que se refere MONDAINI, nada mais é do que a manifestação da racionalidade burguesa - fulcrada no tripé: o fato, a análise e a indução -, a qual irá contribuir sobremaneira para articular uma nova concepção de mundo, na medida em que possibilitou ao homem firmar os questionamentos sobre sua condição humana socialmente organizada.

Essa racionalidade é instrumento de questionamentos a respeito das desigualdades sociais próprias da sociedade feudal. Conforme, ainda, MONDAINI, “*uma nova visão de mundo exigia, pois, o severo questionamento dos princípios embaixadores do sistema estamental de privilégios, a mudança revolucionária da percepção da desigualdade entre os homens como fato natural e/ou instituído pela vontade divina e, por isso mesmo, fadado à eternidade*” (Idem, p. 116)

E conclui, o autor: “*Um dos acontecimentos mais significativos dessa passagem deu-se justamente com o desenvolvimento de uma consciência histórica da desigualdade. A diferenciação natural existente entre os homens não implica a existência da desigualdade natural entre eles*”. (Idem, ibidem).

No entendimento de MONDAINI, é aí que reside o fundamento da origem da categoria cidadania na sua versão burguesa, posto que a negação de tal noção de desigualdade permitirá a transformação do conceito de *cidadino/súdito para o cidadão/cidadão*, a realizar-se na constituição de direitos.

Denote-se que tal interpretação da desigualdade tinha suas origens na própria organização social das relações de produção, pois como demonstra MONDAINI, “*tal projeto civilizatório não podia ser conivente com um corpo ético que, de uma parte, recomendava aos trabalhadores pobres do campo a aceitação passiva do sofrimento, uma vez que este trazia em si a purificação e o caminho seguro dos céus, e que, de outro lado, tranqüilizava a consciência dos nobres (e do próprio clero) ao fomentar a virtuosidade de uma vida na mais profunda ociosidade*”. (Idem, ibidem)

É importante ressaltar que essa nova concepção de mundo foi-se estabelecendo a partir de circunstâncias econômicas verificáveis nas relações de produção infra-estruturais, quais sejam: na agricultura - a substituição do sistema comunitário por um sistema de cercamento dos campos; no setor manufatureiro – a aplicação de recursos artesanais possibilitadores de acelerar a atividade comercial; e no setor mercantil, propriamente dito, o aumento da atividade comercial e da pirataria, tendo todas essas

manifestações culminado na formação de uma nova classe social – a burguesia -, detentora dos meios de produção e acumuladora de capital.

Paralelamente a tais mudanças, verificáveis com mais evidência nos séculos XIV e XV, que colocaram a sociedade feudal em crise violenta face à instauração de uma nova ordem social cujos anseios não mais correspondiam aos interesses do clero e da nobreza, instaurou-se uma nova ordem filosófica. As mudanças materiais e filosóficas culminaram em importantes processos históricos, entre os quais destacam-se a Revolução Francesa e a Independência Americana.

No quadro político, o liberalismo constitui o corpo teórico que vai opor-se aos privilégios feudais e a categoria cidadania vem de forma contundente enquadrar-se nos moldes da perspectiva liberal latente ao processo revolucionário do momento.

Cabe, aqui, um apanhado do pensamento de três pensadores iluministas que contribuíram para a formação da concepção da categoria cidadania, do ponto de vista liberal.

Thomas Hobbes, em seu “*Leviatã*”, publicado em 1651, faz alusão ao Estado absolutista como sendo o resultado de um “contrato social” firmado entre indivíduos que se encontravam em seu “estado de natureza”, e que justamente por essa situação resolvem criar um outro corpo social e político. Segundo Hobbes, esse chamado “estado de natureza” compreendia a existência de homens livres e iguais, os quais tinham sua conduta ilimitada a ponto de colocá-los em conflito generalizado. Dessa forma, como o direito à vida de cada homem estava ameaçado por outro, torna-se necessário que cada um abdique de sua individualidade em prol dos demais, a que seria garantida por um terceiro – O Estado-Leviatã, como sendo produto de um contrato firmado entre todos (HOBBS, s/d).

Conforme ensina ABBAGNANO (2000), as normas fundamentais do direito natural destinam-se, na concepção hobbesiana, a “*subtrair o homem ao jogo espontâneo e autodestrutivo dos instintos e impor-lhe uma disciplina que lhe proporcione pelo menos uma segurança relativa e a possibilidade de se dedicar às atividades que tornam cômoda a sua vida*” (p. 66). Tal se dá, ainda segundo a interpretação de Abbagnano, pela abdicção de sua liberdade ilimitada em benefício de um controle do Estado, mediante um contrato social. Cidadão é, assim, o sujeito que, transferindo ao Estado o controle de sua liberdade ilimitada, integra uma sociedade unitária. O Estado

é, assim, alçado à condição de instituição reguladora e mediadora dos interesses particulares.

MONDAINI (2003, p. 129) atenta para o fato de que “*não obstante o seu caráter absolutista, o pensamento hobbesiano já aponta para uma percepção moderna da relação Estado/indivíduos, pois situa o primeiro como fruto da vontade racional dos segundos. Hobbes localiza-se, assim, dentro daquela tradição do pensamento jurídico-político responsável pela edificação “de uma ética racional separada definitivamente da teologia”, e que se pretendia garantidora da “universalidade dos princípios da conduta humana” – o jusnaturalismo.*

Para Mondaini é a partir dessa inversão de papéis, qual seja, indivíduo – Estado e não Estado- indivíduo, ou seja, o indivíduo como criador de suas relações pós-contratuais, que se efetivariam a constituição dos direitos civis, caracterizadores de um início de cidadania. Nas palavras de Mondaini: “*Estavam abertas as portas para a ofensiva de uma tradição que se pautasse pela defesa da liberdade do indivíduo, limitando politicamente os poderes estatais. Chegava a hora do liberalismo e sua defesa implacável dos direitos civis*”. (Idem, ibidem)

Já, para LOCKE, conforme sua obra *Segundo Tratado sobre o Governo (1632-1704)* o Estado era produto de um contrato social caracterizado não pela submissão, como em Hobbes, mas resultado de um “pacto de consentimento”. Para ele, os homens em seu “estado de natureza” dispunham de alguns “direitos naturais”: a vida, a liberdade e seus bens, os quais constituíam, segundo o autor, o direito de propriedade.

Segundo Locke, a propriedade deveria ser garantida pelo Estado e esse só seria constituído pelo consenso de todos, por isso, torna-se necessário que se faça “um contrato social” objetivando a sua preservação legal. Locke é contundente em enfatizar que a função do Estado é a defesa da propriedade e que tal ensejo somente poderá realizar-se se este tiver o seu poder político fragmentado, donde resulta sua construção em três poderes legitimados, a saber, o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Federativo. (LOCKE, 1978).

Dessa proposição teórica de Locke pode-se deduzir que a condição de cidadania estaria condicionada ao Estado, por força de sua defesa da propriedade.

Segundo CROVE (1995), Locke produz uma concepção de cidadania exclusivista, assentada em uma desigualdade, posto que faz distinção entre uns que se

caracterizam como cidadãos e outros como não-cidadãos. A autora ressalta o fato de que, para Locke, todos os homens têm direito ao próprio corpo e portanto tal propriedade só a ele diz respeito. No entanto, afirma a autora, ao trabalhar o vínculo de propriedade do corpo e cidadania, Locke “*o faz de tal forma que passa a indicar quem, segundo ele, tem a propriedade do próprio corpo e, portanto, quem é realmente cidadão. Ele afirma que a propriedade não é exatamente o corpo, mas o fruto que o corpo produz pelo trabalho ao se apropriar da natureza. E argumenta que essa apropriação não necessita do consentimento expresso de todos os homens. Para Locke o que é meu não é só o que retiro da natureza por mim mesmo, mas tudo aquilo retirado da natureza por meu cavalo, por meu criado*” (p.26).

Para a autora “*está aí perfilada a ideologia capitalista – da lei dos mais aptos e da competição -, possibilitando a exploração de grupos de homens por outros*” (p.26).

Já ROUSSEAU, outro grande iluminista, constrói uma concepção de cidadania diversa das concepções de Locke e Hobbes, na medida em que, ao menos se pretende em relações mais justas entre os homens. Em *O Contrato Social*, Rousseau sustentou a idéia de que nenhum homem teria autoridade “natural” sobre outro homem – *A força não produz nenhum direito*. Para ele, renunciar à liberdade seria como renunciar à própria condição de homem, aos direitos da humanidade e aos deveres. Ao construir sua forma de organização social, Rousseau estabelece um certo traçado atinente à categoria cidadania, no qual indica que para que se constitua o então *contrato social* faz-se necessário que os direitos e deveres de todos sejam respeitados.

CROVE (1995.27,28) destaca três aspectos da obra de Rousseau, relativamente ao tema da cidadania. O primeiro refere-se à consideração que o iluminista faz a respeito de uma democracia direta. Para ele, há a possibilidade de que todos os homens participem das decisões na gestão das instituições sociais. O segundo aspecto diz respeito à ligação entre igualdade (mais ligada ao aspecto econômico) e liberdade (cujo vínculo é mais político). Para Rousseau nenhum homem pode ser tão rico a ponto de permitir a compra de outro, o qual por ser tão pobre, submeta-se à venda. Ainda, ressalta Crove, que a posição de Rousseau é oposta à de Locke, na medida em que ao defender a não exploração de um homem por outro homem, Rousseau estaria construindo uma nova compreensão da categoria cidadania, levando-se em conta também o aspecto econômico e não apenas o aspecto político, o que se justifica pela não diferenciação entre as condições de liberdade e igualdade.

Outro autor, cuja referência não poderia deixar de ser feita, é Kant, que em sua obra *Da paz perpétua* apresenta três artigos de tratado de paz a ser traçado para que os Estados atinjam a paz duradoura, são eles: 1) A constituição civil de cada Estado dever ser republicana, o que compreende: liberdade dos membros da sociedade enquanto seres humanos; submissão de todos a uma legislação comum e igualdade de todos os cidadãos; 2) é preciso que o direito dos povos seja baseado numa federação de Estados livres; 3) O direito cosmopolítico deve limitar-se às condições de hospitalidade universal.

Note-se que Kant, a partir da relação dos indivíduos entre si, bem como da relação entre os Estados nacionais, dá uma conotação importante ao Estado de Direito, como veículo realizador da condição cidadã do ser humano. Dessa forma, Kant chega a afirmar que o desenvolvimento da história humana depende do desenvolvimento da história da sociedade jurídica.

Com efeito, para o autor, o principal instrumento de aquisição da condição cidadã é a Lei, que advém do Estado de Direito.

A partir disso, conclui CROVE (1995, 29): “À semelhança de Rousseau, Kant fala no cidadão e no súdito. Estes devem obedecer às normas da lei, mas, enquanto homens que raciocinam, devem fazer uso público da própria razão e estar num processo contínuo de crítica às leis, se consideram que elas são injustas, para que exista um processo também contínuo de reformulação desse Estado de Direito”.

É possível vislumbrar que há entre os pensadores mencionados um ponto comum atinente à categoria cidadania, qual seja, a idéia de que a cidadania é uma condição advinda e proporcionada pelo Estado, mais precisamente por meio da legislação. No entanto, tais pensadores divergem entre si quanto à origem da condição de cidadania: para Hobbes, ela seria proveniente de uma submissão; para Locke, de um consenso; para Rousseau, originária de um contrato social e, finalmente, para Kant, devida a uma institucionalização formal. Essa divergência decorre do fato de que a concepção de cidadania é atrelada ao que cada pensador considera como constituição estatal. Veja-se que nessas perspectivas a composição dos direitos não se dá a partir das relações imediatamente estabelecidas entre os homens, ou seja, infra-estruturais, mas a partir do e nos estreitos limites impostos pelo Estado.

Caso restringíssemos nossa análise da categoria cidadania ao pensamento desses autores, poder-se-ia concluir que a função precípua do Estado de Direito é a garantia da condição de cidadãos.

Entretanto, não se pode deixar de considerar que os pensadores citados refletem exatamente o pensamento liberal de sua época e, portanto, não dispunham de condições suficientes para construir uma crítica do sistema econômico que se vinha aperfeiçoando. Ademais, faz-se necessário ressaltar que não houve por parte deles qualquer menção crítica às relações subjacentes à necessidade imperiosa de se fazer valerem os direitos de cidadania, que muitos deles consideravam inerentes ao próprio ser humano.

Ora, se a condição de ser humano é suficiente para se fazer valer os direitos, qual a razão para a existência de um intermediário, nesse caso - o Estado de Direito, cuja proposição é a garantia de tais direitos de cidadania a todos os homens, como instrumento mediador de tal condição? Aqui, novamente esbarramos na relação de submissão da classe trabalhadora pela classe proprietária dos meios de produção, a partir da qual se ergue toda uma superestrutura legitimadora dos interesses desta última. Para garantir essa legitimação, justifica-se, em um quadro de tensão entre as classes antagônicas, a concessão, a título formal, dos direitos de cidadania. A breve reconstituição histórica da categoria cidadania no contexto do pensamento liberal já nos fornece elementos para a apreensão da função que ela exerce enquanto mediadora dos interesses do grande capital.

Contemporaneamente, a concepção hegemônica de cidadania está ligada ao pensamento de T.H. Marshall, cujo ensaio clássico publicado em 1949 “Cidadania e classe social”, continua sendo leitura obrigatória para aqueles que refletem sobre o tema.

Para Marshall, cidadania é a *participação integral do indivíduo na comunidade política*. Na sua formulação teórica o autor atribui uma conotação política à categoria, entendendo que aquela participação deve manifestar-se como lealdade ao padrão de civilização vigente e à sua herança social, bem como o acesso ao bem-estar e à segurança materiais.

Uma análise interessante a respeito das teses marshalianas foi feita por SAES (2003). Nessa análise, o autor, a partir de Marshall, faz uma crítica à concepção liberal de cidadania.

Segundo SAES, o aspecto principal da obra de Marshall não diz respeito a sua definição da categoria cidadania, a qual, conforme seu entendimento, é bastante vaga e obscura, mas sim à caracterização dos diferentes modos pelos quais essa participação do indivíduo ocorre, sem se preocupar em rastrear as diversas implicações de sua definição e os limites que a própria condição apresenta.

Tais modos de participação, que Marshall organiza em uma classificação, correspondem aos direitos e seus correlatos deveres para com o Estado. Conforme SAES, ao classificar os direitos individuais, Marshall *nos propõe na prática um quadro de indicadores concretos de cidadania* (SAES, 2003, 11). Para essa classificação, Marshall utiliza o critério das esferas da atividade social, nas quais o Estado estaria reconhecendo as prerrogativas dos indivíduos: a esfera da produção e do trabalho, a esfera da atividade política e a esfera do consumo. Para SAES, a classificação marshalliana dos direitos resulta da utilização desse critério aliada à observação histórica.

A classificação marshalliana divide os respectivos direitos em três categorias assim distribuídos: *direitos civis* – aqueles que concretizam a liberdade individual (liberdade de ir e vir, liberdade de pensamento, liberdade de contratação, etc); *direitos políticos* – prerrogativa de participar do poder político, o que implica tanto na possibilidade de escolha de seus representantes (exercício do voto) quanto da possibilidade de ser escolhido para governar (elegibilidade); *direitos sociais* – representam a possibilidade de acesso ao mínimo de bem-estar e segurança materiais.

É exatamente na caracterização de cada categoria de direito que Marshall irá sustentar a tese de evolução da cidadania em seu país – a Inglaterra.

Segundo esse autor, considerando que a cidadania compreende sempre algum reconhecimento, por parte do Estado, da condição de igualdade entre os homens, esta seria incompatível com o Estado Feudal, cujas relações sociais estabeleciam um *status diferenciado (função política e posição social da família)* para cada classe social, diversa da proposta de um *status único e uniforme*, proposta da cidadania moderna.

Marshall sustenta sua tese no seguinte argumento: a passagem do *status medieval* para a cidadania moderna deu-se a partir de um processo de fusão das instituições no plano geográfico (a substituição de instituições locais por instituições de caráter nacional) e a partir de um processo de separação de instituições no plano

funcional (a substituição de instituições multifuncionais por instituições de caráter especializado) do que decorrem que antes as prerrogativas do indivíduo – agregadas no quadro do *status* particular de cada categoria, fossem decompostas em diferentes tipos de direitos – cada qual garantido por um tipo especial de instituição. Explica o autor que: face as diferentes esferas da vida social, próprias do capitalismo, permitiu-se que a implantação dos direitos na Inglaterra tivesse ocorrido de modo *defasado* e não *simultâneo*: *direitos civis* (*século XVIII*), *direitos políticos* (*predominantemente no século XIX*) e *direitos sociais* (*predominantemente no século XX*). (SAES, 2003, 13)

Disso decorre que, segundo SAES, a concepção de cidadania marshalliana deu-se a partir de *um processo de conquista de direitos em escada; o que sugere a idéia de uma evolução natural da cidadania*.

SAES (ibidem.) faz importante constatação sobre a construção de Marshall ao ressaltar que, para este autor, apenas a tradução legal de tais direitos não os torna viáveis, fazendo-se necessária a *emergência de quadros institucionais específicos*. Tais quadros institucionais justificam-se pela sua função: *os direitos civis* para serem respeitados e cumpridos dependeriam do desenvolvimento da profissão especializada de defensor dos particulares (advogados), da capacitação financeira de toda a sociedade para arcar com os custos do litígio (assistência judiciária aos pobres, independência decisória dos juízes, etc); os direitos políticos somente seriam viabilizados caso houvesse uma Justiça e Polícia que criassem condições concretas para o exercício dos direitos de votar e ser votado; e por fim, os direitos sociais dependeriam de um Estado cujo aparato administrativo fosse suficientemente forte, a ponto de propiciar, a todos, os serviços sociais que garantissem o acesso universal a um mínimo de bem-estar e segurança materiais.

SAES conclui, assim, que *“Marshall não confunde, portanto, cidadania e “letra de lei”* A referência de SAES é bastante relevante na medida em que ao retratar o pensamento de Marshall a respeito das condições materiais em que, segundo sua concepção, iriam se concretizar os direitos de cidadania, este pensador nos dá o fundamento que perpassa toda a concepção majoritária da categoria cidadania: a vinculação estatal. Nesse sentido, imprescindível ressaltar a consideração dos direitos sociais a partir de uma condição *sine qua non*, qual seja de um aparato estatal *suficientemente forte*, o que novamente nos remete a nossa idéia inicial de que a

construção de um *terceiro setor* encontra largo respaldo ideológico para sua estruturação como produto do movimento de desresponsabilização estatal.

Dito de outra forma: quanto mais o Estado afirma-se como impossibilitado de garantir os direitos de cidadania, mais espaço abre para que outros segmentos sociais venham a cooptá-lo.

Por outro lado, Marshall estabelece uma relação entre o desenvolvimento do capitalismo e a evolução da cidadania, como sendo a instauração dos direitos civis indispensáveis à implantação do sistema capitalista, posto que tal sistema pressuporia homens livres: seja como compradores, seja como vendedores de sua força de trabalho.

Ressalte-se, entretanto, que Marshall trata tal relação como *funcional*, na medida em que *o livre funcionamento do mercado faria com que os homens se distribuíssem em posições extremas e desiguais: capitalistas e empregados*. (SAES, 2003, 13).

No que concerne às outras categorias de direitos, estas teriam a finalidade de, em momento posterior, minorar as desigualdades de classe.

Dessa forma, para SAES, a visão marshalliana de *funcionalidade*, num primeiro momento, e *conflito*, num segundo momento, do percurso realizado pela relação entre cidadania e desigualdade de classe resulta numa concepção subjetivista de classe social, ou seja, a formação de uma “vasta classe média” definida pelo sentimento de diferenciação e de distanciamento que cada grupo social experimenta com relação aos demais.

É importante reafirmar que o evolucionismo marshalliano deixa de levar em conta as relações subjacentes que permeiam o processo de construção dos direitos de cidadania, o que resulta não apenas em uma relação mecânica mas também invertida de causa – efeito, tratando tais direitos como resultado do Estado de Direito, e não como construção dialética do embate capital – trabalho.

Na interpretação de SAES, *a caracterização marshalliana da evolução da cidadania seria “idílica” e excessivamente otimista, seja no caso de ser explorada tão somente na análise da Inglaterra contemporânea, seja no caso de ser considerada válida para todas as sociedades capitalistas*. (Idem, p. 13).

Para o autor, de fato Marshal estabelece uma concepção “idílica” acerca da instauração da cidadania ao subestimar o potencial do processo revolucionário de

destruição do status feudal, ao desconsiderar completamente o papel determinante das lutas populares no processo de conquista dos direitos, como se os mesmos apenas decorressem de concessões estatais.

No dizer de SAES (2003,12), “... Marshall não dispõe de um esquema teórico preciso que defina os papéis respectivos das classes trabalhadoras, das classes dominantes e da burocracia de Estado no conjunto do processo de criação de qualquer novo direito: processo esse que envolve o desempenho de papéis diferenciados, como pressão, negociação, deliberação, execução, etc”.

Além disso, Marshall tende a encarar o processo de instauração da cidadania civil como um processo de evolução institucional, caracterizado pela fusão de instituições no plano geográfico e separação no plano funcional. Ao fazer isso, conclui SAES, *a sua reflexão tende a desconsiderar toda a possibilidade de ocorrência de um salto qualitativo – isto é, de uma “revolução na cidadania” – em momento posterior.* (Idem, p. 12).

Outro aspecto da teoria marshalliana criticado por SAES diz respeito à dinâmica interna do processo de evolução da cidadania. Considerando que esse autor desenvolve uma idéia de um processo de evolução dos direitos, em escada, isto implica que a conquista de um elenco determinado de direitos serviria como condição ou degrau necessário à conquista dos elencos seguintes. Obviamente essa posição decorre de uma concepção evolutiva deficiente, por desconsiderar a natureza classista da social capitalista e, portanto, o caráter contraditório e antagônico dos interesses em jogo.

É como se o antagonismo social ficasse, inexplicavelmente, diluído, suspenso, implicando numa postura passiva por parte da classe trabalhadora, o que não acontece, pois segundo Saes, esta classe assume, diante da cidadania, uma postura *dinâmica e progressiva.*

E reafirma: “Assim, independentemente da dimensão simbólica ou ideológica de sua luta (por exemplo: a busca de reconhecimento, respeitabilidade ou dignidade no plano social), as classes trabalhadoras têm de usar a conquista de novos direitos universais como instrumento para a satisfação de interesses materiais em processo de permanente redefinição”. (SAES, 2003,16).

Ainda, considerando o reducionismo do pensamento de Marshall, ao tangenciar as relações subjacentes de reafirmação da categoria cidadania na sociedade burguesa, é

possível suscitar o direito de organizar sindicatos e partidos políticos como arma de luta popular pela conquista ao sufrágio universal, bem como pela conquista dos direitos sociais, como formas efetivas de exercício de cidadania.

Ou seja, do que se depreende da crítica de Saes, a análise marshalliana da dinâmica interna do processo de evolução da cidadania é deficiente, uma vez que *“Marshall não formula com clareza o papel específico das classes trabalhadoras no processo de formação e evolução da cidadania. E essa deficiência decorre, em parte, do fato de que esse autor superestima, em termos práticos, a iniciativa dos adversários políticos das classes trabalhadoras – classes dominantes e burocracia estatal – nesse processo”*. (Idem, 17)

Da mesma forma, esta “desconsideração” de Marshall não posiciona a classe dominante como intrinsecamente resistente à extensão de direitos de cidadania para a classe trabalhadora.

Desde as revoluções políticas burguesas, os Estados Europeus, em função do princípio da igualdade jurídica, desenvolveram um processo de resistência à instauração da igualdade política, à adoção do sufrágio universal, da democracia plena, por parte das classes dominantes, por temer conquistas de direitos sucessivas.

A justificativa apresentada pela burguesia foi de que instituições políticas democráticas acabariam por se voltar contra as próprias liberdades civis.

Contrariando esse posicionamento que só reflete o conflito de interesses de classe, Marshall vai afirmar que “a etapa da cidadania civil prepara a etapa da cidadania política”.

Entretanto, tal interpretação mostra-se limitada, na medida em que desconsidera que a liberdade civil é condição necessária, porém não suficiente, para a instauração de direitos políticos efetivos, posto que, não obstante a conquista de uma dada escala de direitos, estes permanecem como objeto de disputa entre as classes e podem ser subtraídos assim que a correlação de forças entre capital e trabalho ultrapassar um determinado ponto na direção do capital.

Tanto isso se verifica que, em momento posterior, isto é, no século XX, mais precisamente, a partir da década de 1930, os ideólogos das classes dominantes passam a apresentar os direitos sociais emergentes nos países capitalistas como uma ameaça real aos direitos civis e políticos já instaurados.

Dentre estes ideólogos destaca-se Hayek, autor de duas obras que se tornaram referência nesta temática: *O caminho da servidão* e *O fundamento da liberdade*. Em seus trabalhos, Hayek apresenta o Estado-Providência (ou Welfare State) como uma dupla ameaça: a) ameaça às liberdades individuais, na medida em que a intervenção estatal e o planejamento econômico-social implicariam o esmagamento dos objetivos individuais (os únicos dotados de uma existência legítima) por objetivos supostamente coletivos; b) ameaça ao funcionamento das instituições democráticas, na medida em que seria impossível o estabelecimento de um consenso em torno de algo mais que a necessidade de o Estado manter as condições essenciais à satisfação dos objetivos individuais, definidos em termos minimalistas.

Esta é a ofensiva contra o Welfare State e os direitos sociais adquiridos em lutas assentadas na perspectiva da cidadania. A justificativa para tal ofensiva, segundo Hayek, é de que o crescimento das despesas do Estado destinado às questões sociais estaria gerando uma “crise da democracia”, por comprometer as liberdades civis.

Além disso, é preciso considerar que a instauração e conquista de direitos não se processa de forma linear, harmônica, mas no confronto de luta de classes, conforme o quadro conjuntural de correlação de forças. Veja-se o caso das conquistas sociais – vale dizer, direitos sociais - ‘varguistas’, concedidos a partir de intensa luta trabalhista, porém, em um contexto de importante estratégia compensatória de um regime ditatorial em busca de legitimidade e de base social de apoio.

Ao percorrer a constituição histórica da categoria cidadania, é possível concluir que, contemporaneamente, a concepção hegemônica de cidadania está ligada ao pensamento de T.H. Marshall.

O caminho percorrido teve a intenção de apreender a fonte e o percurso dessa categoria no leito do pensamento burguês, para elucidar a proposta pedagógica do IIDAC. Chega-se, ao fim deste caminho, à compreensão de que o Instituto se apóia na categoria de cidadania que, guardando seu vínculo com o pensamento marshalliano, reelabora-o, buscando atualizá-lo de modo a lograr sua conformação às demandas das políticas neoliberais.

De fato, a proposta de cidadania do IIDAC realiza sua função formativa conforme os interesses do capital, no seu atual movimento de reestruturação produtiva,

configurando-se como um “instrumento de inculcação ideológica”, ao propor a conquista de cidadania pelo conhecimento, bem de acordo com os dogmas neoliberais.

Senão vejamos, esta idéia de **cidadania pelo conhecimento** leva à categoria empoderamento que, por sua vez, ajusta-se aos pressupostos das políticas neoliberais de uma responsabilização do indivíduo – neste ponto constituindo uma retomada da teoria do capital humano – e, por contrapartida, desresponsabilização do Estado, em defesa, em última análise, de um discurso de desresponsabilização do capital.

A importância da atuação das agências do terceiro setor nos moldes desta que realiza o IIDAC, consiste em manter o controle sobre as dimensões de positividade dessas categorias – neste caso, a cidadania - de que também se valem os trabalhadores na sua luta pela transformação social, posto que só lhes é facultado, pela determinação histórica, produzir o novo a partir do velho. Ou seja, a luta proletária só pode contar com o já existente e seu esforço se orienta no sentido de atribuir aos recursos presentes uma direção revolucionária.

Assim, a luta dos trabalhadores pela escola, ainda que no interior do sistema educacional burguês, se explica pelas mesmas razões por que ela é escolhida como instrumento promotor da inculcação ideológica pela burguesia: pelo seu alcance e possibilidades, a escola interessa ao proletariado como terreno possível de uma contra-educação, ou seja, de uma educação com novo conteúdo, orientada para a transformação social e, por isso, interessada em divulgar, massivamente, o conhecimento científico na perspectiva de seus interesses, sem o quê, a luta revolucionária resultaria desorientada.

A questão do conhecimento, entretanto, face a divisão social do trabalho, não se conforma a mera experiência imediata, mas requer que essa experiência seja submetida a reflexão dialética da totalidade social, vale dizer, do modo e das relações de produção.

Poder-se-ia dizer que “Educação” é o processo de formação das novas gerações. Para Marx, a educação do ser humano, além de ser um processo produzido social e historicamente, compreende o desenvolvimento intelectual e físico e o domínio técnico, a partir do conhecimento teórico e prático que já foi produzido historicamente pelas gerações passadas. Na esfera intelectual, a educação abarca a aprendizagem das bases da ciência, a formação da concepção de mundo e o desenvolvimento das capacidades intelectuais; a educação física compreende o desenvolvimento das forças físicas necessárias à participação ativa no trabalho útil à sociedade; finalmente, a esfera da

formação técnica visa a preparação do indivíduo como elemento das forças produtivas de bens materiais, o que requer o conhecimento dos instrumentos de trabalho e da técnica, bem como a assimilação da experiência da produção e dos processos de trabalho (KONSTANTINOV, N.A.e outros, 1958).

No que se refere ao objeto da pesquisa, três aspectos se fazem necessários para o desenvolvimento de conclusões: em primeiro lugar, imprescindível destacar a função social exercida pela educação e pela escola. Em segundo lugar, é necessário observar as formas pelas quais os processos de formação se verificam no interior da sociedade. Isso porque, dado o momento histórico atual de acumulação do capital, a educação formal - cuja instância de realização por excelência é a escola -, tem sido delegada a outros setores da sociedade, entre os quais, predominantemente, as instituições do chamado terceiro setor, exatamente onde se enquadra o nosso objeto de estudo. Por fim, é necessário lembrar que a educação (em seu sentido mais amplo) é um privilegiado veículo de transmissão da ideologia dominante, faça-se ela pela família, pela escola ou por quaisquer instituições, de acordo com o que as exigências históricas assim o determinem.

Impõe-se desenvolver uma explicação mais aprofundada do que representam esses três aspectos.

Partindo-se sempre da concepção do materialismo-histórico dialético, compreende-se que a formação do ser humano, por meio da educação, é um processo que acompanha a sociedade no seu desenvolvimento histórico, donde resulta a explicação de sua função social.

Dessa forma, verifica-se que o processo educacional manifestou-se historicamente de acordo com os processos históricos vigentes em cada época e de acordo com as necessidades sociais daqueles momentos.

Por outro lado, tais momentos históricos caracterizam-se pelo modo de produção vigente em cada época, o qual, por sua vez, determina o modo de viver da sociedade.

A maneira como as pessoas produzem e trocam os seus meios de vida compreende o que se denomina *modo de produção*. Este será sempre social, na medida em que é impossível cada indivíduo produzir, isoladamente – ou seja, apenas com o concurso de seu trabalho individual -, a totalidade dos bens exigidos para o atendimento

de suas necessidades materiais. Assim, é o modo de produção que condiciona, em última análise, todas as esferas da vida social.

Nesse sentido, brilhantemente concluíram Marx e Engels, na Ideologia Alemã:

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (1993:27-28)

Assim, se é o modo de produção que condiciona o modo de vida das pessoas e a educação nada mais é de que a transmissão desse modo de vida, o princípio educativo, por excelência, é o trabalho.

Disto resulta que a questão do conhecimento, entretanto, face a divisão social do trabalho, não se conforma a mera experiência imediata, mas requer que essa experiência seja submetida à reflexão dialética da totalidade social, vale dizer, do modo e das relações de produção.

Desde o surgimento da divisão de classes, a sociedade passou por diversos estágios de desenvolvimento, resultando as mais variadas formas de organização social (escravista, feudal até se chegar à sociedade moderna – capitalista).

O que não se pode deixar de ter em mente, é o fato de que essas diversas formas, nada mais representam do que “formas diferenciadas de organização social”, mas que têm na sua base formas peculiares de propriedade privada dos meios de produção, as quais se articulam diferentes formas de divisão social do trabalho. A divisão social do trabalho, como já mencionamos, dá origem a uma divisão de classes, opondo, de um lado, os produtores, e de outro os que vivem do trabalho excedente dos demais.

Cada modo de produção, assentado na divisão de classes, e caracterizado por um determinado grau de forças produtivas, organiza sua forma própria e peculiar de Estado.

O resultado do desenvolvimento das forças de produção, decorrentes da divisão social do trabalho faz surgir gradualmente a posse dos meios de produção por parte de pessoas ou grupo de pessoas, ocorrendo a propriedade privada dos meios de produção.

Estes que possuem os meios de produção, por vezes, também detêm os produtos da atividade produtiva. Dessa forma ocorre a exploração.

Nesse sentido, CORNFORTH bem dispôs: *“Os produtos da atividade produtiva são apropriados de várias maneiras e assim distribuídos de maneira diferente pelos membros da sociedade, de acordo com o tipo de estrutura econômica predominante”*.

E acrescenta: *“Em geral, é o modo de apropriação dos meios de produção, a natureza das relações de propriedade, que determina a forma de apropriação e o modo como os meios de vida são distribuídos”*.

Mais ainda: *“O critério fundamental que distingue as diferentes formações econômicas da sociedade dividida em classes é o método de exploração ou o método de obtenção de mais-valia do trabalho dos produtores e exigir o produto desse trabalho”*.

Disto resulta que a exploração não é um fenômeno exclusivo do modo de produção capitalista, manifestando-se já nas relações de produção escravistas e feudais.

No entanto, o que torna o modo de produção capitalista peculiar é a sua forma própria de exploração do sobre-trabalho ou mais-valia.

Toda essa explicação se faz necessária, posto que é a divisão social do trabalho que determina o grau de dificuldade de compreensão da realidade, uma vez que oculta, à primeira vista, os verdadeiros fundamentos da relação de produção, promovendo uma ruptura entre teoria e prática, dado que divide os homens em planejadores e executores.

Considerando que o trabalho é o princípio educativo por excelência e que sob a sociedade capitalista, o trabalho manual e o trabalho intelectual estão separados, o processo de conhecimento que é proposto, quer na educação formal, quer na educação informal, tende a vir carregado dos reducionismos resultantes dessa divisão. Além do que, o conhecimento fragmentado que é proposto aos jovens também cumpre a função de preparar o trabalhador para esta forma de trabalho, mantendo-o alienado.

As relações de produção são maneiras de regular as relações mútuas das pessoas no processo de utilização dos meios de produção e distribuição do produto, ou seja, fala-se das relações de propriedade.

Aqui, faz-se necessário adentrar a questão de como ocorre, no modo de produção capitalista, essa separação entre o produtor direto e os meios de produção.

A apropriação do sobre-trabalho do produtor direto pelo proprietário dos meios de produção assume, no capitalismo, uma forma diferenciada, qual seja, a compra e venda da força de trabalho. Isso ocorre, já em função da propriedade privada dos meios de produção, uma vez que o trabalhador, já despossado desses meios, somente possui, enquanto mercadoria, a sua força de trabalho, submetendo-se a qualquer trabalho.

Essa compra e venda não revela o seu caráter de desigualdade, passando ao trabalhador a idéia de troca de equivalentes, por meio do salário. Ocorre, entretanto, que a exploração se verifica em face da apropriação, pelo proprietário dos meios de produção, de trabalho excedente não pago: a mais valia.

Com efeito, é assentada nessa ilusão do trabalhador, troca de equivalentes, que se legitima a repetição constante dessas relações sociais.

Entretanto, no interior dessas relações de produção ocorre outro fenômeno bastante interessante: a relação de dependência ou independência do produtor direto com a coletividade – a chamada cadeia produtiva.

Tal consiste em que, ao mesmo tempo em que o trabalhador direto é dependente dos demais trabalhadores, na medida em que o processo de produção de um mesmo objeto ocorre numa grande variedade de tarefas encadeadas, esses trabalhos são executados independentemente uns dos outros, não havendo a necessidade de uma organização coletiva dos produtores diretos. Assim, são, estes últimos, trabalhos privados.

Assim, produtores diretos (conservados num estado de massa e impedidos de se constituir em classe social, na fábrica) mais os proprietários dos meios de produção formam a coletividade – Povo-Nação —, o que configura uma unificação formal e aparente por meio do Estado burguês, mistificando o real embate do capital – trabalho.

Essa unificação apresenta-se por meio da legalidade que é consequência da formação do Estado burguês.

Mas se o Estado burguês traz ínsito um discurso de realizador de uma vontade coletiva e geral, que ocorre apenas no plano formal (Lei), o que impede à classe trabalhadora a verificação do caráter meramente ideológico dessa proposição? A resposta, poderia apontar duas razões: por um lado, as condições de divisão do trabalho, as quais dificultam a visão de totalidade, visto esta requerer o exercício de uma reflexão teórica não atingida pelos trabalhadores face ao grau de sua submissão ao trabalho

alienado; por outro lado, a hegemônica e persistente veiculação generalizada da ideologia burguesa, a qual, interessada na manutenção da ordem capitalista, preocupa-se sobretudo com sua legitimação, donde decorre a formulação de um conhecimento parcial e reducionista, que urge contestar.

Entretanto, o processo de legitimação carece, ele próprio, de legitimidade, razão pela qual leva o sistema a recorrer a categorias que já foram incorporadas como consignas importantes pela classe trabalhadora, uma vez que, pela sua natureza dialética, representam brechas importantes de avanço tático na sua luta pela transformação da sociedade.

Nesse sentido, a reapropriação reacionária dessas categorias, levada a cabo por agências a soldo da burguesia, constitui objeto de denúncia imediata e radical. É isso que se pretendeu realizar neste trabalho.

Considerações Finais

O presente trabalho objetivou analisar criticamente a **concepção de cidadania** propagada no interior do fenômeno do protagonismo juvenil, originado no movimento de (contra) reforma do Estado e articulado à ofensiva neoliberal, no fluxo de consolidação do processo de reestruturação sistêmica do capital.

O interesse pelo tema se impôs diante da intensiva avocação pela qual a categoria cidadania tem sido suscitada nos espaços da educação formal e não-formal e, ainda, em razão dos rumos que essa avocação vem sugerindo, ou seja, apresentando a cidadania resultante do protagonismo juvenil como a principal categoria de uma proposta pedagógica possibilitadora de inclusão social e, nesse sentido, redentora da sociedade contemporânea.

O que se pretendeu demonstrar no presente trabalho é que por meio do fenômeno do protagonismo juvenil, com maior ênfase na ação do IIDAC, no Estado do Paraná, isso não só não acontece, como, pelo contrário, avolumam-se efeitos contraditórios, quando não distantes ou até mesmo opostos àqueles proclamados, decorrentes das lutas antagônicas da sociedade dividida em classes, mesmo porque tal fenômeno, ele mesmo, já constitui produto de tais lutas.

Adotou-se, como ponto de partida da apreensão do objeto, a elucidação do momento histórico no qual ele se situa, qual seja, da reestruturação produtiva do capital. Isto porque, foi preciso percorrer um caminho endogenista, na medida em que o nosso objeto de estudo faz parte do então chamado “terceiro setor”, cuja origem decorre dessa nova composição orgânica do capital, a qual, por sua vez, busca suporte na ofensiva neoliberal.

Em segundo lugar, demonstrou-se como se dá, no interior da reestruturação produtiva o desenvolvimento do “terceiro setor” e da ideologia que o acompanha. Para isso, o caminho percorrido foi o da caracterização do objeto de nossa pesquisa, sua inserção nesse contexto econômico e a forma como presta-se a reproduzir o sistema.

Além disso, também fez parte desse caminho a exposição de como a categoria cidadania é avocada pelo Instituto, tanto como justificativa de sua existência, quanto como veículo ideológico de reprodução do sistema atual de acumulação de capital.

Por fim, do estabelecimento dessas relações foi possível tirar algumas conclusões no que diz respeito às investidas ideológicas, fundadas em novas falácias

produzidas no interior do movimento dialético de reprodução capitalista, bem como a importância da ação política de desvendamento e resistência proletária ao conteúdo ideológico.

No que se refere ao nosso objeto, três aspectos se fizeram necessários para o desenvolvimento de nossas conclusões: em primeiro lugar, imprescindível destacar a função social exercida pela educação e pela escola. Em segundo lugar, a observação das formas pelas quais os processos de formação se verificam no interior da sociedade. Isso porque, dado o momento histórico atual de reestruturação produtiva do capital, a educação formal - cuja instância de realização por excelência era a escola -, tem sido delegada a outros setores da sociedade, entre os quais, predominantemente, as instituições do chamado terceiro setor, exatamente onde se enquadra o nosso objeto de estudo. Por fim, é necessário lembrar que a educação (em seu sentido mais amplo) é o veículo de transmissão da ideologia dominante, faça-se ela pela família, pela escola ou por quaisquer instituições, de acordo com o que as exigências históricas assim o determinem.

Dessa exigência decorre que a educação assume a forma institucionalizada pela escola pública ou privada e ainda por outros veículos, surgidos em decorrência do próprio momento de reestruturação produtiva do capital, quais sejam, o terceiro setor, ou seja, a sociedade civil organizada por meio de ONG's, OSCIP's, etc.

Concluiu-se, portanto, que os efeitos do novo regime de acumulação pós-fordista, trazem a lume a reafirmação, porém com novas roupagens, dos paradigmas tanto estruturais como fenomênicos no interior do embate capital-trabalho.

De acordo com nossa análise, percebeu-se como esses paradigmas tomam diferentes concepções, principalmente em um processo em que se exige o estabelecimento de uma educação não-formal substituidora da instituição escolar (formal por excelência), resultante dessa nova composição de acumulação do capital.

Nesse sentido, concluiu-se, a partir da análise do objeto empírico, conceber que a categoria cidadania, tanto por Costa, quanto pelo IIDAC, é recurso de “inculcação ideológica” no adolescente-jovem, na medida em que esse Instituto pretende desde cedo educá-lo de conformidade com os interesses capitalistas no atual quadro de reestruturação econômica, inculcando, nesse jovem, a “cultura da trabalhabilidade”.

Que a promoção do protagonismo juvenil para o desenvolvimento de uma chamada “ação-participativa”, nada mais é do que um processo que tem como fim último à transferência das responsabilidades do Estado, para o próprio indivíduo, de acordo com os anseios do neoliberalismo.

Concluiu-se, portanto, que *in casu*, o IIDAC, ao se propor desenvolver o desenvolvimento humano sustentado, por meio do protagonismo juvenil com vistas à ação-participativa, vincula-se ao discurso neoliberal.

Mas, de que forma?

A promoção do desenvolvimento humano sustentado ao retomar a “Teoria do capital humano” acaba por desenvolver uma cultura do individualismo, bem ao contrário do que se diz propor.

Partindo-se dessa contextualização, nossa pesquisa dispôs-se a apreender a articulação de dois eixos interligados de redefinição das mudanças estruturais: a cidadania e o trabalho. Ressalte-se, no entanto, que tal articulação propôs-se a demonstrar de que forma as mudanças nas relações produtivas de base fazem emergir a necessidade de “novos” discursos constituídos pelas classes proprietárias em adequação aos ditames do neoliberalismo.

Tais adequações, por meio do Consenso de Washington, cujas premissas centram-se na transformação do Estado do tipo “*Welfare state*” para o dito “Estado Mínimo” e a transferência da responsabilidade às questões sociais desse Estado para o chamado “terceiro setor”, por meio de ações “voluntárias” da “sociedade civil”, essa agora personificada, implica a verificação de uma **paulatina des-responsabilização desse Estado** para com as políticas sociais, o que acaba por gerar uma **flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas**, tão arduamente conquistados. Ocorre que, tendo sido, tais conquistas, alcançadas também a partir de espaços possibilitados pela brecha ideológica aberta pelo preceito de cidadania definido pela burguesia, restam, para a classe dominante, duas alternativas: ou explicitam a contradição interna de seu modelo de sociedade, atingindo uma de suas categorias estruturantes – justo a cidadania: ou reapropriam-se dela conferindo-lhes um conteúdo ainda mais ideologizado e orientado para a desresponsabilização do Estado e, em última análise, do próprio capital, pelos problemas sociais que o sistema vem criando, em escalada cada vez mais ampla.

Nessa perspectiva, tomando-se em conta a derrocada do Estado do tipo “*Welfare State*”, esse no qual propunha-se a constituir direitos e garantias aos cidadãos, ou seja, cristalizar a categoria cidadania como pretensa possibilidade de mitigar os efeitos do papel opressor do capital e do Estado Burguês - verifica-se que essa nova composição da estrutura orgânica do capital faz emergir a necessidade de atualizar o alcance e conteúdo de tal categoria, conferindo-lhe outra faceta, bem mais mistificadora dos reais conflitos oriundos das relações sociais de produção do sistema da atual reestruturação produtiva.

Com efeito, face ao acirramento e dramaticidade das novas formas de exclusão, nas palavras de COCCO (2000, in, Trabalho e Cidadania, pg. 14) “*sobrepõe-se a emergência de um novo tipo de poder: um poder que parece ter-se emancipado da sociedade civil e de toda a necessidade de construir sua legitimidade social*”.

Disto resulta que a construção do cidadão que ora se dava por meio e no interior do Estado, agora transpõe-se como **fim último e primeiro do chamado “terceiro setor”**.

O que ocorre, no entanto, é que categoria cidadania foi criada como categoria classista, embora se propusesse como universalista, é aí reside o seu papel dialético enquanto categoria, por que não deixou de ser chamada pela classe proprietária quando sustentava espaços táticos para os seus interesses de classe. De fato, se ora a categoria cidadania presta-se aos interesses do capital e ora presta-se aos interesses dos trabalhadores, tal condição não retira sua natureza endógena ao “sistema” a que a mesma está incorporada, uma vez que é produto dele.

Sendo o protagonismo juvenil difundido pelo IIDAC, fenômeno surgido no interior do chamado “terceiro setor”, o qual responde aos interesses do capital, e, portanto, em oposição à classe trabalhadora, a finalidade de formação de adolescentes-jovens com vistas às ações participativas – cidadãos -, é simples reprodução do sistema, haja vista a origem do próprio fenômeno, o qual está imbuído do interesse de determinada classe social - a classe proprietária.

Seu discurso apresenta-se, portanto como forma de cooptação pelo sistema, através da reapropriação de uma categoria que vinha apresentando forte contribuição ao avanço das lutas táticas dos trabalhadores.

Tendo muito claros os limites de nosso trabalho, acreditamos, entretanto, tratar-se de contribuição válida ao debate educacional, sobretudo em face da opção política de combate à ideologia reacionária e de afirmação das consignas revolucionárias, as quais, no campo do pensamento, apresentando-se limitadas pela linguagem, padecem do risco permanente de apropriação e distorção.

Intentamos, portanto, alertar para o conteúdo ideológico e de cooptação que a categoria cidadania assume quando retirada do campo dos interesses dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. História da Filosofia. Vol. 6. Lisboa: Presença, 2000.
- ABONG. ONGs. Identidade e desafios atuais. Cadernos Abong, nº 27. São Paulo. Editores Associados, maio de 2000.
- BENKO, G. Economia, Espaço e Globalização. Hucitec. São Paulo, 1999.
- BOLDRINI, Eliane Beê. Ideologia da Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável: o Caso da Estrada do Porto de Antonina. 2003. Tese de Doutorado. (Educação) - Universidade Federal do Paraná.
- BRASIL. Decreto Federal nº 2208, de 17 de abril de 1997.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.
- _____. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília. 1999.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do Estado para a cidadania. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo, Editora 34, 1998.
- BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. As Reformas do Ensino Médio no Estado do Paraná (1998-2002): relações entre o PROEM e os projetos de protagonismo juvenil. Tese de Mestrado. 2003.
- CAVAGNARI, Luzia Borsato, in VEIGA. Ilma Passos e RESENDE, Lúcia Maria G. (Orgs.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. São Paulo: Papyrus, 2003, pp. 95 a 112.
- CARTA CAPITAL. Grife da Onu, Grana do Brasil. Nº 301. Ano X. 28 de Julho de 2004.
- CHAUÍ, M. O que é ideologia? Col. Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- COCCO, Giuseppe. Trabalho e Cidadania. Produção e direitos na era da globalização. São Paulo. Editora Cortez. 2000.
- COGIOLLA, O. O trabalho e a classe operária na contemporaneidade. In **Estudos**. São Paulo, 41: set. 1994.
- CORNFORTH, M. Introdução ao Materialismo Dialético e Materialismo Histórico. Lisboa: Editorial Estampa, 1976
- COSTA. Antônio Carlos Gomes da. Tempo de Servir: o protagonismo juvenil passo a passo; um guia para o educador. Belo Horizonte: Editora Universidade, 2001.
- COUTINHO, Carlos Nelson, e TEIXEIRA, Andréa Paula de. Ler Gramsci, entender a realidade. International Gramsci Society. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania, Democracia e Educação. In: Escola: espaço de construção da cidadania. Série IDÉIAS, nº 24. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), 1994.
- CROVE, Maria de Lourdes Manzini. O que é Cidadania. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1995.

- CUEVA, Agustín. Tempos conservadores. São Paulo: Hucitec, 1983.
- FRIEDMANN, John, *Empowerment, uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras/PT, Celta Editora, 1996)
- FRIGOTTO, Galdêncio. A produtividade da escola improdutiva. Col. Educação Contemporânea. Editora Autores Associados. Editora Cortez. São Paulo. 1984.
- HOBBS, T. Leviatã. Os grandes mestres do pensamento. São Paulo: Formar, s/d.
- KONSTANTINOV, N.A.e outros. Problemas Fundamentales de la pedagogia. Montevideu: Ediciones Pueblos Unidos, 1958.
- KUENZER, Acácia, Zeneida. Educação, linguagens e tecnologias: as mudanças no mundo do trabalho e as relações entre conhecimento e método. In Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender. 2000. Rio de Janeiro.
- _____. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: Novos desafios para a gestão **In: Gestão Democrática da educação: atuais tendências, novos desafios para a gestão**. 1ª ed. São Paulo : Cortez, 1995, v.01, p. 33-57.
- LANDIM, Leilah. Notas em torno do terceiro setor e outras expressões estratégicas. O Social em Questão, nº 4. Enfrentamentos da questão social. Rio de Janeiro, Puc-Rio, 1999.
- LEITE, Elenice Moreira. Juventude e Trabalho: criando chances, construindo cidadania. Políticas Públicas. Juventude em Pauta. São Paulo. Editora Cortez. 2003.
- LOCKE, J. Segundo Tratado sobre o Governo. In Locke, coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril cultural, 1978.
- MARSHALL. T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- MARTIN, H-P e SCHUMANN H. A armadilha da globalização. São Paulo: Globo, 1998.
- MARX. K. e ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômicos Filosóficos. Lisboa. Portugal. Edições 70, 1989.
- MONDAINI, M. O Respeito aos direitos dos indivíduos. In PYNISKY, J. e PYNISKY, Carla B. Org. **História da Cidadania**. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.
- MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.
- NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social e Sociedade nº 50. São Paulo. Cortez. 1996.
- _____. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In LESBAUPIN, Ivo (org.). *O desmonte da nação. Balanço do governo FHC*. Petrópolis. Vozes, 1999.
- _____. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.
- OFFE, C. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

- PARANÁ. Guia de Gestão Escolar. Informações e orientações práticas para o dia-a-dia da escola pública. Curitiba. Gestão 1999 – 2002.
- PEDROZO, Eugenio Ávila e SILVA, Tânia Nunes da. O Desenvolvimento Sustentável, a abordagem sistêmica e as organizações. Artigo retirado da home-page [http://read.adm.ufrgs.br/ Edição 18](http://read.adm.ufrgs.br/Edição%2018%20nº%206%20v.6) nº 6 v.6 - Dezembro de 2000
- PELIANO, José Carlos Pereira. Reestruturação Produtiva e Qualificação para o Trabalho. Artigo retirado do site www.pt.org.br
- PETRAS, James. Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau, Furb, 1999. Col. Sociedade e Ambiente, nº 3.
- PINSKY, J. Os profetas sociais e o deus da cidadania. In PINSKY, J. e PINSKY, Carla B. (Org.). História da Cidadania, São Paulo: Ed. Contexto, 2003.
- POCHMANN, M. O Emprego na Globalização. São Paulo: Boitempo, 2001. SAES, D. Cidadania e Capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. **In Crítica Marxista**, nº 16. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SAES, Décio Azevedo Marques de. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. In Crítica Marxista. Nº 16. Boitempo Editorial. 2003

Sites:

<http://www.iidac.org.br>

<http://www.mec.gov.br>

<http://www.sulamerica.com.br>

<http://www.facaparte.org.br>

<http://www.cpj.org.br>

<http://www.fiemg.com.br>

<http://www.pnud.org.br/>

<http://www.undp.org.br/unv/>

<http://www.modusfaciendi.com.br/>

<http://www.seti.gov.br>

<http://www.gtz.de/glossar/potugiesisch/>

<http://www.protagonismojuvenil.org.br>

<http://www.wikipédia.org>